A TEORIA DA DEPENDÊNCIA:

BALANÇO E PERSPECTIVAS

Theotônio Dos Santos

PRÓLOGO

Este livro reúne três artigos do autor[*] que foram revistos para compor um panorama mais abrangente sobre a teoria da dependência, sua evolução e o amplo debate que suscitou.

A atualidade do tema se destaca particularmente na terceira parte do livro quando se discute a influência desta teoria e das polêmicas a ela associadas com a política econômica hoje executada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, um dos autores originais da teoria.

Na medida em que eu, com Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra somos considerados uma das correntes mais radicais desta teoria, onde se inscreveram muitos outros cientistas sociais, entre os quais deve-se destacar sobretudo a André Gunder Frank, cabia a mim retomar o fio da meada de uma polêmica que está profundamente associada à história dos povos colonizados e dependentes. A emancipação política de grande parte desses povos depois da II Guerra Mundial não assegurou ainda sua plena realização histórica. Este livro é mais uma contribuição a esta luta que, como mostramos, passa profundamente pela luta ideológica, pela história das idéias e pela evolução das ciências sociais, convertidas em redutos acadêmicos similares ao pensamento escolástico medieval.

Theotônio Dos Santos

Niterói, Novembro de 1998.

---

[*] "La teoría de la Dependencia: un balance histórico" in Francisco Lopez Segreras, El Reto de la Globalización. Ensayos en Homenaje a Theotônio Dos Santos. CRESALC-UNESCO, Caracas, 1998; "The Latin American Development: Past, Present and Future", in Sing C. Chew and Robert Denimark (eds.) The Underdevelopment of Development, Essays for André Gunder Frank, e "Foundations of the Cardoso Government," Latin American Perspectives.

ÍNDICE

Primeira Parte:

Da Teoría da Dependência à Teoria do Sistema Mundial

Segunda Parte:

Desenvolvimento e Dependência no Pensamento Social Latinoamericano

<u>Os Fundamentos Teóricos do Governo Fernando Henrique Cardoso: Uma Etapa de Polêmica sobre a Teoria da Dependência.</u>

Primeira Parte:

DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

À TEORIA DO SISTEMA MUNDIAL

I - ANTECEDENTES HISTÓRICOS: O SURGIMENTO DAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

Com o final da II Guerra Mundial, entraram em declínio definitivo as potências imperialistas que haviam dominado o mundo do final do século XIX até a I Guerra Mundial. O domínio colonial, embora contestado a partir dos anos 1914-19, pela emergência da hegemonia norte-americana, continuou a ser praticado e inclusive exacerbaram-se as tentativas de redivisão do mundo. Estas lutas pelo domínio econômico e territorial do planeta levaram finalmente à II Guerra Mundial.

As duas principais potências derrotadas em 1945, a Alemanha e sobretudo o Japão, perderam em conseqüência um importante espaço colonial. Os impérios Austro-Húngaro e Otomano desapareceram entre as duas guerras. A Inglaterra vitoriosa, não pôde sustentar seu esforço de guerra e, ao mesmo tempo, preservar seu vasto mundo colonial. A França - entre derrotada e vitoriosa - também se viu incapacitada para manter suas antigas conquistas territoriais. Os EE.UU., incontestável vitorioso, sem que fosse tocado seu território, não podia abandonar sua tradição anti-colonialista, própria de um ex-país colonial. Ademais, seu poder se tornou tão esmagador que não necessitava carregar o ônus de uma expansão territorial. Suas tropas haviam ocupado a Alemanha, a Itália e o Japão, onde estavam estacionadas, e estabeleceram-se bases militares norte-americanas em cerca de 64 países**(1).** A guerra fria, a OTAN e outros tratados regionais legitimaram e consolidaram estes deslocamentos de tropas, sem criar uma conotação colonial.

A URSS, herdeira do Império Russo, que fora invadido 3 vezes (por Napoleão, pela Alemanha na I Guerra e pela a ocupação nazista na II Guerra),

saiu da II Guerra com uma vasta zona sob ocupação, a qual procurou consolidar através de regimes aliados de corte ideológico que protegessem sua frente Ocidental. Estes foram, contudo, implantados improvisadamente e sem o respaldo social suficiente . Isto levará a uma sucessão de graves crises (Berlim, Hungria, Polônia). As oposições aos governos da Europa Central contavam com apoio externo significativo de várias origens. Esta inestabilidade era reforçada pela intensificação da guerra fria.

Esta era uma estratégia de confrontação global com a URSS e seus possíveis aliados, estabelecida pelos EE.UU e pela Inglaterra e baseada na doutrina da "contenção" de uma suposta expansão soviética. De fato, a guerra fria foi implantada pelos EE.UU., para consolidar sua hegemonia sobre o chamado Mundo Ocidental. Seus efeitos foram contudo extremamente negativos para a URSS e os demais países que implantaram economias e Estados socialistas. Acossados por forças materiais e ideológicas extremamente superiores, tentaram apresentar suas experiências históricas de transição ao socialismo como modelos de uma sociedade, uma economia e um mundo cultural post-capitalista: Modelos rígidos que tentavam transformar em leis gerais da evolução histórica as limitadas e localizadas soluções institucionais a que recorreram, muitas vezes improvisadamente.

Nesta recomposição de forças mundiais, emerge um conjunto de novos Estados nacionais juridicamente soberanos. Entre eles alguns são extremamente poderosos. A maior concentração populacional da terra reuniu-se em duas unidades estatais: a China e a Índia se constituem em Estados nacionais depois de anos de domínio colonial ou semi-colonial. Ao lado da Índia formam-se os Estados islâmicos do Paquistão e Bangladesch. Potências estratégicas, do ponto de vista geopolítico, como o Egito (que domina a passagem entre o Mediterrâneo e o Golfo Pérsico), a Turquia, a Pérsia, o Iraque, etc, também se liberam do domínio estrangeiro e se constituem em Estados nacionais. Os Movimentos de Libertação Nacional incendeiam a Ásia e a África.

O Oriente Médio se torna uma zona de disputa onde opera um complexo jogo de potências locais e internacionais. A re-emergência do mundo Árabe dá uma nova conotação ao principal pólo petroleiro do mundo. Nasser tenta unificar os povos árabes mas o seu pan-arabismo encontrará limites sérios. Com o tempo, contudo, a versão laica de Nasser será suplantada por um pan-islamismo de forte conteúdo fundamentalista submetendo o mundo político ao clero e à religião por ele interpretada.

A América Latina, apesar de ser uma zona de Estados independentes desde o século XIX, sente-se identificada com as aspirações de independência política e sobretudo econômica dos antigos povos coloniais. Ela deseja, além de uma independência política real diante das pressões diplomáticas e intervenções políticas e militares diretas da Inglaterra, sobretudo até 1930, e dos Estados Unidos, particularmente depois da II Guerra, uma independência econômica que viabilize seus Estados nacionais, seu desenvolvimento e seu bem estar.

A Conferência Afro-Asiática de Bamdung, em 1954, realizada na Indonésia de Sukarno, reuniu os lideres da Índia, do Egito, da China e da Yugoslávia e consagrou uma nova realidade política, econômica, cultural e civilizacional. Novas instituições econômicas ou políticas, como a UNCTAD e o Movimento dos Não-Aliados, darão continuidade ao espírito de Bamdung. As organizações regionais das Nações Unidas, como a CEPAL, não podiam escapar da influência deste novo clima econômico, político e espiritual. Organizações como a FAO, refletiam o pensamento crítico e inovador destas regiões. Josué de Castro, o médico e cientista social brasileiro que desvendara a gravidade da situação alimentar no planeta, em suas obras ***Geografia da Fome*** e ***Geopolítica da Fome*****,** chegava à presidência do conselho da FAO propondo uma política mundial contra o subdesenvolvimento.

Era inevitável, portanto, que as ciências sociais passassem a refletir esta nova realidade. Elas haviam se constituído, desde o século XIX em torno da explicação da revolução industrial e do surgimento da civilização ocidental como um grande processo social criador da "modernidade". Este conceito compreendia a noção de um novo estágio civilizatório, apresentado como resultado histórico da ação de forças econômicas, como o mercado ou o socialismo. Outras vezes este estágio aparece como o resultado de um modelo de conduta racional do indivíduo racional e utilitário, que seria a expressão última da natureza humana quando liberada de tradições e mitos anti-humanos. Outras vezes, estas condutas econômicas, políticas e culturais eram apresentadas como produto da superioridade racial ou cultural da Europa.

A crise do colonialismo, iniciada na I Guerra Mundial e acentuada depois da II Guerra Mundial, colocara em discussão algumas destas interpretações da evolução histórica. A derrota nazista impunha a total rejeição da tese da excepcionalidade européia e da superioridade racial. A modernidade deveria ser encarada fundamentalmente como um fenômeno universal, um estágio social que todos os povos deveriam atingir, pois correspondia ao pleno desenvolvimento da sociedade democrática que uma parte dos vitoriosos identificavam com o liberalismo norte-americano e inglês e, outra parte, com o socialismo russo (que se confundia com a versão que dele fizera o então intocável Joseph Stalin, cuja liderança, garantira a vitória da URSS e dos aliados).

Surge assim uma vasta literatura científica dedicada à análise destes temas sob o título geral de ***"teoria do desenvolvimento***". A característica principal desta literatura era a de conceber o desenvolvimento como a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da produtividade máxima, a geração de poupança e a criação de investimentos que levassem à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em conseqüência, de cada sociedade nacional. Os pensadores que fundaram as ciências sociais modernas,

haviam identificado estas atitudes e comportamentos. Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, além dos economistas clássicos (Adam Smith e Ricardo) e seus seguidores (Stuart Mill). Os seus continuadores neo-clássicos estabeleceram teorias em certos aspectos convergentes em outros contraditórios, sobre esta sociedade moderna e sobre os processos que conduziram à sua implantação.

No século XX, sociólogos como Talcott Parsons e Merton; antropólogos como Levy-Bruhl, Franz Boas e Herkovics; politólogos como Lipset, Almond, e Apter, desenharam um modelo ideal mais ou menos coerente das formas de comportamento compatíveis com esta sociedade moderna, e estabeleceram técnicas de verificação empírica mais ou menos desenvolvidas para detectar o grau de modernização alcançado pelas sociedades concretas. A teoria do desenvolvimento buscou localizar os obstáculos à plena implantação da modernidade e definir os instrumentos de intervenção, capazes de alcançar os resultados desejados no sentido de aproximar cada sociedade existente desta sociedade ideal. Por mais que estas construções teóricas pretendessem ser construções neutras, em termo de valores, e alardeassem haver superado qualquer filosofia da história que pretendesse estabelecer um fim para a humanidade, era impossível esconder a evidência de que se considerava a sociedade moderna, que nascera na Europa e se afirmara nos Estados Unidos da América, como um ideal a alcançar e uma meta sócio política a conquistar. Era mais ou menos evidente também uma aceitação tácita de que a instalação desta sociedade era uma necessidade histórica incontestável.

Isto ficou mais claro quando se colocou a necessidade de propor políticas coerentes de desenvolvimento que visassem elevar toda a população do mundo ao nível dos países desenvolvidos, que haviam alcançado este estágio ***"superior***" de organização social. Na economia, autores como Singer, Lewis, Harrod, Domar, Nurske tentaram formalizar os comportamentos e políticas possíveis e necessários para alcançar o desenvolvimento. Outros, mais céticos, e alguns até críticos, não deixaram de buscar os mesmos resultados com

métodos menos formais. Perroux, Nurske, Haberler, Vines, Singer, Hirschman, Myrdal não deixaram de pretender o mesmo objetivo: elevar as sociedades tradicionais, de comportamento não-racional e valores comunitários limitados, à condição de sociedades modernas, racionais, universalistas, etc.

Na década de 50, a teoria do desenvolvimento alcançou seu momento mais radical e, ao mesmo tempo, mais divulgado através da obra de W.W. Rostov (1961). Ele definiu todas as sociedades pré-capitalistas como tradicionais. Este barbarismo histórico, que provocou os protestos dos historiadores sérios, era necessário para ressaltar os vários estágios do desenvolvimento que se iniciaria com o famoso "take-off", a "decolagem" do desenvolvimento que teria ocorrido na Inglaterra de 1760, nos Estados Unidos pós-guerra civil, na Alemanha de Bismarck, no Japão da Restauração Meiji, etc. A questão do desenvolvimento passou a ser assim um modelo ideal de ações econômicas, sociais e políticas interligadas que ocorreriam em determinados países, sempre que se dessem as condições ideais à sua "decolagem".

Seu livro se chamava "um manifesto anticomunista" e não ocultava seu objetivo ideológico. Tratava-se de demonstrar que o início do desenvolvimento não dependia de um Estado revolucionário, como ocorrera na URSS, e sim de um conjunto de medidas econômicas tomadas por qualquer Estado nacional que assumisse uma ideologia desenvolvimentista. Num livro posterior menos divulgado, Rostov defendeu a necessidade de que este Estado desenvolvimentista fosse um Estado forte e seus trabalhos como consultor da CIA foram uma das principais referências das políticas de golpes de Estado modernizadores praticados nas décadas de 60 e 70, a partir do golpe brasileiro de 1964.

O modelo de Rostov tinha um começo comum, na indiferenciada massa das economias e sociedades tradicionais, em que ele transformou os 6.000 anos de história da civilização, e terminava na indiferenciada sociedade pós-industrial,

era da afluência à qual reduzia o futuro da humanidade, tomando como exemplo os anos dourados de crescimento econômico norte-americano do pós-guerra.

Apesar do seu primarismo, este modelo prevalece na cabeça dos cientistas sociais contemporâneos. Ele continua orientando pesquisas e projetos de desenvolvimento, apesar de que seu ponto de partida - a sociedade tradicional - tenha se tornado mais diversificado, devido à expansão da subjetividade dos povos descolonizados, e a idéia de sociedade afluente tenha caído do pedestal depois dos movimentos de massa de 1968. Talvez esta tenha sido uma das intervenções mais fortes e brutais da ideologia no campo científico. Rostov não deixou de acompanhar as modas posteriores: em 1970 aderiu ao estudo dos ciclos longos de Kondratiev e em 1990 chamou a atenção para a necessidade de retomar a temática do desenvolvimento através de um método inter-disciplinar que dê conta desta problemática (ver Rostov 1978 e 1994). Apesar de mais sérias, embora bastante falhas, estas obras não alcançaram nunca a difusão do manifesto anti-comunista da década de 50.

Mas os ataques de Rostov não deixaram de reconhecer a importância política, histórica, ideológica e científica da obra de Karl Marx. Neste momento, a guerra fria colocava em evidência a experiência de desenvolvimento da URSS. Na verdade, a Revolução Russa foi a primeira tentativa de conduzir racionalmente uma experiência de desenvolvimento econômico através do planejamento estatal centralizado. O Estado Soviético estabelecera o 1º Plano Qüinqüenal em 1929 e desde então passou a definir seu crescimento econômico e social através deste instrumento revolucionário que foi adotado em parte pela Revolução Mexicana, depois pelo Estado Indiano, plenamente pela República Popular Chinesa e pelas Repúblicas Populares da Europa Oriental. Os êxitos econômicos destes países obrigavam a respostas ideológicas como as de Rostov.

O pensamento marxista não escapava contudo deste esquema geral de raciocínio. Para Marx, a modernidade se identificava com a revolução democrático-burguesa. Tratava-se de uma versão classista e histórica de um modelo cujas pretensões universais derivavam de sua origem de classe, isto é, a ideologia burguesa. Os pensadores não críticos aceitavam a sua sociedade como a Sociedade, como a forma final e ideal da sociedade em geral. Mas para o Marx, esta formação social representava somente um estágio do desenvolvimento global da humanidade. Ao confrontar-se com a especificidade da formação social russa, Marx teve simpatias pela tese populista de que a Rússia teria um caminho próprio - via comunidades rurais, o Mir russo – para o socialismo sem passar pelo capitalismo. Contudo, nem ele nem Engels puderam elaborar em detalhe esta idéia geral.

A questão se tornava contudo extremamente complicada com o surgimento da Revolução Russa. A partir de então tornava-se necessário explicar como o socialismo surgira, como um novo regime político e como um novo regime econômico, que continha elementos importantes de um modo de produção novo, numa sociedade que não havia alcançado ainda a maturidade da revolução burguesa e da modernização.

Os regimes dirigidos pelos Partidos Comunistas, implantados na URSS e, depois da II Guerra Mundial, em várias partes do mundo não-desenvolvido, tomaram como tarefa realizar esta modernização que as burguesias colonizadas e dependentes (também chamadas burguesias “compradoras” na Ásia e na África), às vezes quase inexistentes nestes países, não haviam conseguido realizar. Esta modernização assumia uma forma nova ao realizar-se sob o comando da classe operária e do partido que a representaria, segundo a ideologia dos regimes de “***democracia popular***”, então no poder. Mas na maior parte destes países não havia uma classe operária capaz de conduzir este processo político, nem uma indústria moderna que pudesse sustentar uma produção pós-capitalista. Estes regimes de transição ao socialismo procuravam

combinar uma economia estatal e em parte socialista com o mercado e outras formas de produção mais arcaicas.

Difícil problemática que o pensamento dialético tentava resolver. É necessário lembrar, contudo, que a hegemonia do estalinismo havia significado também uma derrota da dialética marxista de origem hegeliana. A versão stalinista do marxismo se aproximava mais do positivismo. A solução estaliniana foi de converter o regime soviético, tal como Stalin o definia, num modelo ideal a ser seguido pelos novos regimes revolucionários. Os fundamentos deste modelo eram: crescimento econômico sustentado na industrialização de base e só secundariamente na indústria de bens de consumo; partido único ou coligação de partidos democráticos populares controlados pelo Partido Comunista para conduzir as transformações revolucionárias; reforma agrária e distribuição de renda que assegurasse maior igualdade social; cultura popular que valorizasse o folclore, as manifestações do trabalho e a construção do socialismo.

Para alcançar tais democracias populares eram necessárias condições especiais que não se reconhecia existir nos países do chamado Terceiro Mundo. Por isto se esperava que na maior parte dos países subdesenvolvidos e dependentes se completasse a revolução burguesa, da qual deveriam participar os partidos comunistas, para em seguida colocar-se um objetivo socialista. Os casos da China, da Coréia e do Vietnã e, posteriormente, o caso Cubano vieram a romper este princípio e a provocar uma crise no pensamento de origem stalinista. A possibilidade da revolução democrático burguesa se transformar numa revolução socialista nestes países passou a se constituir num novo dado da discussão no campo marxista.

Em 1958, Paul Baran demostrara que a gestão socialista do excedente econômico das economias subdesenvolvidas assegurava não somente uma melhor distribuição da renda como também um crescimento econômico mais rápido e mais equilibrado. O modelo soviético, o modelo iugoslavo, que não

aceitou vários aspectos do primeiro, o modelo chinês, que partia de condições históricas novas, e posteriormente o modelo cubano e mesmo o Argelino além das mudanças que resultavam da desestalinização da Europa Oriental, tornaram-se objeto de estudo dentro de uma concepção socialista mais pluralista e complexa e converteram-se em novas propostas de gestão socialista do desenvolvimento econômico. Muitos grupos e seitas tentaram contudo transformar estas experiências históricas em "modelos" pretensamente superior de transição ao socialismo.

Apesar do esforço em teorizar sobre os elementos comuns e específicos destas experiências, assim como do que as distinguia do desenvolvimento capitalista, os estudos sobre estes casos continham fortes elementos normativos que pretendiam apresentar o socialismo como a ***"solução***" de todos os ***"males***" do capitalismo, mesmo em economias que não haviam alcançado ainda os elementos básicos de uma economia industrial moderna. Não é aqui o lugar de desenvolver todos os detalhes de um debate por certo importante, mas muito equivocado na sua premissa básica, sobre o que poderia ser o socialismo como regime de transição de um capitalismo subdesenvolvido e dependente para um novo modo de produção pós-capitalista. Agravava ainda mais a dificuldade do debate, o fato de que tais regimes se estabeleciam numa economia mundial capitalista. A própria URSS não podia se desenvolver segundo sua vontade e era obrigada a condicionar seu desenvolvimento às exigências da guerra fria imposta pelos EE.UU.

A característica principal de toda a literatura que discutimos até agora era, contudo, sua visão do subdesenvolvimento como uma ausência de desenvolvimento. O ***"atraso***" dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos que neles existiam ao seu pleno desenvolvimento ou modernização. No entanto, no início da década de 60 estas teorias perdem sua relevância e força devido à incapacidade do capitalismo de reproduzir experiências bem-sucedidas de desenvolvimento em suas ex-colônias, que entravam em sua maioria, em processo de independência desde a Segunda Guerra Mundial.

Mesmo países que apresentavam taxas de crescimento econômico bastante elevadas, tais como os latino-americanos, cuja independência política tinha sido alcançada no princípio do século XIX, estavam limitados pela profundidade da sua dependência econômica e política da economia internacional. Seu crescimento econômico parecia destinado a acumular miséria, analfabetismo e uma distribuição de renda desastrosa. Era necessário buscar novos rumos teóricos.

II - A TEORIA DA DEPENDÊNCIA: UM BALANÇO.

A TEORIA DA DEPENDÊNCIA, que surgiu na América Latina nos anos 60, tentava explicar as novas característica do desenvolvimento sócio-econômico da região, iniciado de fato em 1930-45. Desde os anos 30, as economias latinoamericanas, sob o impacto da crise econômica mundial iniciada em 1929, haviam se orientado na direção da industrialização, caracterizada pela substituição de produtos industriais importados das potências econômicas centrais por uma produção nacional. Em seguida, terminado o longo ciclo depressivo (caracterizado por 2 guerras mundiais, uma crise global em 1929 e à exacerbação do protecionismo e do nacionalismo), restabelecia-se depois da II Guerra Mundial, através da hegemonia norte-americana, a integração da economia mundial. O capital, concentrado então nos EE.UU. expandiu-se para o resto do mundo, na busca de oportunidades de investimento que se orientavam para o setor industrial.

Nestes anos de crise, a economia americana incorporou o fordismo como regime de produção e circulação ao mesmo tempo em que a revolução científico-tecnológica se iniciava nos anos de 1940. A oportunidade de um novo ciclo expansivo da economia mundial exigia a extensão destas características econômicas ao nível planetário. Era esta a tarefa que o capital internacional assumia tendo como base de operação a enorme economia norte-americana e seu poderoso Estado Nacional, além de um sistem a de instituições internacionais e multilaterais estabelecido em Bretton Woods.

Implantada elementarmente nos anos 30 e 40, a indústria nos principais países dependentes e coloniais serviu de base para o novo desenvolvimento industrial do pós-guerra e terminou se articulando com o movimento de expansão do capital internacional, cujo núcleo eram as empresas multinacionais

criadas nas décadas de 40 a 60. Esta nova realidade contestava a noção de que o subdesenvolvimento significava a falta de desenvolvimento. Abria-se o caminho para compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como o resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Se a teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento eram o resultado da superação do domínio colonial e do aparecimento de burguesias locais desejosas de encontrar o seu caminho de participação na expansão do capitalismo mundial; a teoria da dependência, surgida na segunda metade da década de 1960, representou um esforço crítico para compreender a limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização.

Os economistas suecos Magnus Blomstrom e Bjorn Hettne se tornaram abalizados historiadores da teoria da dependência. Seu livro mais completo sobre o tema (Blomstrom e Hettne, 1984, pp.15) afirma que há "***um conflito de paradigmas***" entre o paradigma modernizante e o enfoque da dependência. Eles identificam dois antecedentes imediatos para o enfoque da dependência:

"a) Criação de tradição crítica ao euro-centrismo implícito na teoria do desenvolvimento. Deve-se incluir neste caso as críticas nacionalistas ao imperialismo euro-norte-americano e a crítica à economia neo-clássica de Raul Prebisch e da CEPAL.

b) O debate latino-americano sobre o subdesenvolvimento, que tem como primeiro antecedente o debate entre o marxismo clássico e o neo-marxismo, no qual se ressaltam as figuras de Paul Baran e Paul Sweezy.

Eles resumem em quatro pontos as idéias centrais que os vários componentes da escola da dependência defendem:

i) O subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados;

ii) O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal;

iii) O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista;

iv) A dependência, não é só um fenômeno externo mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política)".

Daí que Blonstrom e Heltne possam distinguir três ou quatro correntes na escola da dependência :

"a) A crítica ou autocrítica estruturalista dos cientistas sociais ligados à CEPAL que descobrem os limites de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo. Neste grupo eles colocam inquestionavelmente Oswaldo Sunkel e uma grande parte dos trabalhos maduros de Celso Furtado e inclusive a obra final de Raul Prebisch reunida no seu livro **O Capitalismo Periférico**. Fernando Henrique Cardoso às vezes aparece como membro deste corrente e outras vezes se identifica com a seguinte (tese que os membros desta corrente claramente rechaçam e com boa razão).

b) A corrente neo-marxista que se baseia fundamentalmente nos trabalhos de Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e Vânia Bambirra, assim como os demais pesquisadores do Centro de Estudos Sócio-Econômicos da Universidade do Chile (CESO). André Gunder Frank aparece às vezes como

membro do mesmo grupo, mas sua clara posição de negar seu vínculo teórico estreito com o marxismo e sua proposição de um esquema de expropriação internacional mais ou menos estático o separam do enfoque dialético dos outros neo-marxistas.

c) Cardoso e Faletto se colocariam numa corrente marxista mais ortodoxa pela sua aceitação do papel positivo do desenvolvimento capitalista e da impossibilidade ou não necessidade do socialismo para alcançar o desenvolvimento.

d) Neste caso, Frank representaria a cristalização da teoria de dependência fora das tradições marxista ortodoxa ou neo-marxista".

Apesar do brilhantismo e do esforço de fidelidade expresso no seu esquema histórico, Blonstron e Hettne podem ser contestados no que respeita à sua apresentação do debate entre o pensamento ortodoxo marxista e a corrente que ele chama de neo-marxista. Na realidade, esta última corrente tem muitos matizes que eles não parecem reconhecer. Mas esta discussão nos levaria demasiado longe para os fins deste trabalho. Podemos dizer que esta é, entre várias propostas, a que mais se aproxima de uma descrição correta das tendências teóricas principais que conformaram a teoria da dependência.

Insatisfeito com esta proposta, André Gunder Frank (1991) realizou uma análise das correntes da teoria da dependência baseando-se em cinco livros publicados no começo da década de 90 sobre esta teoria. Frank constatou uma grande dispersão na classificação dos ***"dependentistas***" entre as várias escolas de pensamento, segundo estes livros. A lista que ele teve o cuidado de estabelecer serve como uma tentativa de apresentação, de uma maneira mais neutra, dos principais pensadores relacionados de acordo com suas origens teóricas. Dentre os estructuralistas encontramos Prebisch, Furtado, Sunkel, Paz, Pinto, Tavares, Jaguaribe, Ferrer, Cardoso e Faletto. No que diz respeito à TEORIA DA DEPENDÊNCIA, além de Cardoso e Faletto, que aparecem ligados

a ambas as escolas, os demais pensadores mencionados são: Baran, Frank, Marini, Dos Santos, Bambirra, Quijano, Hinkelammert, Braun, Emmanuel, Amin e Warren. Frank diferencia ainda, no debate sobre a TEORIA DA DEPENDÊNCIA, entre os reformistas não-marxistas, os marxistas e os neo-marxistas.

O quadro abaixo, elaborado por André Gunder Frank (1991), traz os autores mais citados no debate sobre a TEORIA DA DEPENDÊNCIA, de acordo com os cinco livros publicados sobre o assunto entre 1989-90: Hettne, Development Theory and the Three Worlds, 1990; Hunt, Economic Theories of Development, 1989; Kay, Latin American Theories of Development and Underdevelopment, 1989; Larrain, Theories of Development, 1989; Lehman, Democracy and Development in Latin America, 1990. Estes autores teriam distinguido, além das teorias da Modernização e do Estruturalismo, quatro correntes da teoria da dependência: os reformistas (Refor), os não-marxistas (Não-Mx) , os marxistas (Mx) e os neo-marxistas (NeoMx):

QUADRO I - Escolas da Teoria do desenvolvimento na América Latina

Autores	Modernização	Estruturalismo		Dependência		
			Refor	Não-Mx	Mx	NeoMx
Prebisch	Lar	Kay Lar Het				
Furtado		Kay Lar Hnt Het				
Sunkel + Paz		Kay Lar Hnt Het	Kay			
Pinto		Kay	Kay			
Tavares		Kay				
Jaguaribe		Kay	Kay			
Ferrer		Kay	Kay			
Cardoso + Faletto		Kay Hnt	Kay	Lar		
Baran				Lar		Het
Frank				Lar	Kay	Het
Marini				Lar	Kay	Het
Dos Santos				Lar	Kay	Het
Bambirra					Kay	Het
Quijano					Kay	
Hinkelammert				Lar		
Braun					Kay	
Emmanuel				Lar		Hnt
Amim				Lar		Hnt
Warren						Hnt

Podemos compreender melhor o sentido destas opções teóricas quando revisamos a reordenação da temática das ciências sociais latino-americanas provocada pela teoria da dependência. Esta reordenação refletia não somente novas preocupações sociais que emergiam para a análise social e econômica mas também novas opções metodológicas inspiradas nas origens teóricas dos pesquisadores.

No seu conjunto, o debate científico latino-americano revela sua integração numa forte perspectiva transdisciplinar. Não foi sem razão que a América Latina (que já revelara ao mundo um autor marxista tão original como Mariátegui, nos anos 20) produziu, nas décadas de 30, 40 e 50, pensadores sociais tão originais

como Gilberto Freire (que praticava uma sociologia de forte conteúdo antropológico, ecológico, psicanalítico e histórico que encantou grande parte do pensamento europeu), como Josué de Castro (que aliava uma excelente formação nas ciências da vida, na medicina, na ecologia e na geografia humana com um enfoque econômico, sociológico e antropológico extremamente moderno - inspirador de grande parte do debate mundial não só sobre a fome e sua geopolítica, mas sobre o subdesenvolvimento como fenômeno planetário e da relação entre ecologia e desenvolvimento), como Caio Prado Júnior (cujo marxismo - às vezes estreito metodologicamente - não o impediu de desenvolver uma obra histórica de grande profundidade sobre as raízes da sociedade colonial e sobre o caráter da revolução brasileira), como Guerreiro Ramos (cujas raízes existencialistas o permitiram pensar de maneira pioneira o nascimento do movimento negro contemporâneo além de iluminar o conteúdo civilizatório da luta do Terceiro Mundo), como Raul Prebisch (cuja visão econômica transcendia o economicismo tradicional e revelava fortes implicações sociais e políticas - iluminadas pelos brilhantes “insights” do sociólogo hispano-latinoamericano Medina Echevarría); como um Sergio Bagú (que descobre o caráter capitalista do projeto colonial ibérico, através de uma metodologia de análise marxista modernizada pelos avanços recentes das ciências históricas e sociais), como Florestan Fernandes (cujo esforço metodológico de integrar o funcionalismo de origem durkheimniano, o tipo-ideal weberiano e a dialética materialista marxista talvez não tenha tido os resultados esperados, mas impulsionou um projeto filosófico-metodológico que vai se desdobrar na evolução do pensamento latino-americano como contribuição específica às Ciências Sociais Contemporâneas); ou como um Gino Germani (que logrou sistematizar o enfoque metodológico das ciências sociais norte-americanas com o seu liberalismo exacerbado na criação de um modelo de análise do desenvolvimento como processo de modernização).

A acumulação destas e outras propostas metodológicas na região refletiam a crescente densidade de seu pensamento social que superava a simples aplicação de reflexões, metodologias ou propostas científicas importadas dos

países centrais para abrir um campo teórico próprio, com sua metodologia própria, sua identidade temática e seu caminho para uma práxis mais realista.

A teoria da dependência tentou ser uma síntese deste movimento intelectual e histórico. A crítica de Bagú, Vitale e Caio Prado Júnior ao conceito de feudalismo aplicado à América Latina, foi um dos pontos iniciais das batalhas conceituais que indicavam as profundas implicações teóricas do debate que se avizinhava. André Gunder Frank recolheu esta problemática para dar-lhe uma dimensão regional e internacional. A definição do caráter das economias coloniais como feudais serviam de base às propostas políticas que apontavam para a necessidade de uma revolução burguesa na região. Inspirado no exemplo da Revolução Cubana que se declarou socialista em 1962, Frank abriu fogo contra as tentativas de limitar a revolução latino-americana ao contexto da revolução burguesa. Radical em seus enfoques ele vai declarar o caráter capitalista da América Latina desde seu berço. Produto da expansão do capitalismo comercial europeu no século XVI, a América Latina surgiu para atender as demandas da Europa e se insere no mundo do mercado mundial capitalista.

Não é aqui o lugar para revisar em detalhe o extenso debate que se seguiu a estes ataques e à proposta de Frank de analisar o mundo colonial como um sistema de expropriação de excedentes econômicos gerados nos mais recônditos recantos deste mundo. Eu mesmo censurei o caráter estático do modelo de Frank e o seu desprezo pelas relações de produção assalariadas como fundamento mais importante do capitalismo industrial, única forma de produção que pode assegurar uma reprodução capitalista, a partir da qual este sistema se transforma num modo de produção novo e radicalmente revolucionário. Ver Dos Santos (1972).

Era contudo evidente que Frank acertava na essência de sua crítica. A América Latina surge como economia mercantil, voltada para o comércio mundial e não pode ser, de nenhuma forma, identificada com modo de produção

feudal. As relações servis e escravistas desenvolvidas na região foram parte pois de um projeto colonial e da ação das forças sociais e econômicas comandadas pelo capital mercantil financeiro em pleno processo de acumulação - que Marx considera primária ou primitiva essencial para explicar a origem do moderno modo de produção capitalista. Estas formações sociais de transição são de difícil caracterização. Já lançamos, na época deste debate, a tese de que há uma semelhança entre as formações sociais de transição ao socialismo e estas formações socioeconômicas que serviram de transição ao capitalismo.

Não se podia esperar que a revolução democrático-burguesa fosse assim o fator mobilizador da região. Mas os erros de Frank abriam também um flanco muito sério. Eles faziam subestimar o obstáculo representado pela hegemonia do latifúndio exportador e pela sobrevivência das relações servis ou semi-servis na formação de uma sociedade civil capaz de conduzir uma luta revolucionária. Não se deve esquecer o avanço das relações assalariadas na agro-indústria açucareira cubana e a importância de suas classes médias e do seu proletariado urbano cuja greve geral contribuiu amplamente para a vitória de dezembro de 1958, para explorar o radicalismo e os êxitos da revolução cubana, (veja-se o livro de Vania Bambirra, 1974).

O debate sobre o feudalismo se desdobrou imediatamente no debate sobre a burguesia nacional. Tratava-se de saber até que ponto o capitalismo da região havia criado uma burguesia nacional capaz de propor uma revolução nacional democrática. Outra vez Frank polarizou a discussão com sua negação rotunda do caráter nacional das burguesias latino-americanas. Formadas nos interesses do comércio internacional, elas se identificavam com os interesses do capital imperialista e abdicavam completamente de qualquer aspiração nacional e democrática. Vários estudos mostravam os limites do empresariado da região: pouco conhecimento da realidade política do país, pouca presença junto ao sistema de poder, pouco conhecimento técnico e econômico, falta de uma

postura inovadora e de uma vontade de opor-se aos interesses do capital internacional que pudessem prejudicar o empresariado nacional.

Eu e outros sociólogos nos lançamos contra estas concepções simplistas. Nos anos 30, figuras como Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi e vários outros mostravam uma ampla consciência política e econômica do empresariado nacional. Suas entidades de classe como a Federação Nacional da Indústria, formulavam um projeto de desenvolvimento com alto conteúdo nacionalista e apoiavam o projeto de Estado Nacional Democrático dirigido por Getúlio Vargas.

Contudo, eu procurava mostrar os limites estruturais deste projeto diante de uma expansão das empresas multinacionais para o setor industrial. Elas possuiam vantagens tecnológicas definitivas e só poderiam ser detidas na sua expansão por Estados Nacionais muito fortes que necessitavam de um amplo apoio na população operária e na classe média, sobretudo entre os estudantes que aspiravam o desenvolvimento econômico como única possibilidade de incorporá-los ao mercado de trabalho.

Não se tratava pois de uma questão de ausência de conhecimento ou disposição de luta, ou determinação. Havia sérios limites de classe no projeto nacional democrático que chegou a ser desenvolvido intelectualmente através do IBESP e posteriormente pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), na década de 50, que tinha uma base material na Federação Nacional das Indústrias e em vários órgãos da administração pública que apoiaram o 2º governo Vargas, quando este projeto alcançou o seu auge. Tais forças demonstraram-se contudo hesitantes quando puderam avaliar a força e a profundidade da oposição dos centros de poder mundial a este projeto. A avassaladora campanha pelo "impeachment" de Vargas, foi detida pelo seu suicídio, e a sua carta testamento provocou uma arrasadora mobilização popular que fez a direita recuar e levou a uma fórmula de compromisso no governo de Juscelino Kubistchek: o Brasil abria suas portas ao capital internacional garantindo, contudo, suas pretensões estratégicas exigindo um alto grau de

integração do seu parque industrial que deveria expandir-se até a montagem de uma indústria de base.

O enorme crescimento industrial logrado de 1955 a 1960 aumentou as contradições socio-econômicas e ideológicas no país. O caso brasileiro era o mais avançado no continente e não assegurou um caminho pacífico. A burguesia brasileira descobriu que o caminho do aprofundamento da industrialização exigia a reforma agrária e outras mudanças em direção à criação de um amplo mercado interno e à geração de uma capacidade intelectual, científica e técnica capaz de sustentar um projeto alternativo. Tais mudanças implicavam no preço de aceitar uma ampla agitação política e ideológica no país que ameaçava o seu poder.

O golpe de Estado de 1964 cerrou a porta ao avanço nacional-democrático e colocou o país no caminho do desenvolvimento dependente, apoiado no capital internacional e num ajuste estratégico com o sistema de poder mundial. "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". A fórmula do General Juracy Magalhães, ministro de relações exteriores do regime militar consolidava esta direção. Por mais que os anos posteriores tenham demonstrado o conflito existente entre os interesses norte-americanos e os interesses do desenvolvimento nacional brasileiro, não foi mais possível romper esta parceria selada com ferro e fogo no assalto ao poder de 1964.

Não era possível, portanto, desprezar a luta interna gerada pelo avanço da industrialização nos anos 30. E a constatação da capitulação final da burguesia nacional não anulava totalmente seu esforço anterior. Camadas da tecnocracia civil e militar, setores de trabalhadores e da própria burguesia nunca abondonaram totalmente o projeto nacional democrático. Mas ele perdeu seu caráter hegemônico apesar de ter alguns momentos de irrupção no poder central durante a ditadura. Nos anos de transição à democracia, na década de 80, este projeto reapareceu no Movimento pelas "Diretas Já", voltou a influenciar as eleições locais e marcou político e ideológico com a formação do chamado

“centrão” durante a fase final da Constituinte e, sobretudo a constituinte de 1988. Contudo, a reorganização dos setores hegemônicos da classe dominante permitiu-lhes à retomada do controle em 1989, com a vitória eleitoral de Fernando Collor, e encontrou um caminho ainda mais sólido com a aliança de centro-direita que venceu as eleições de 1994, com Fernando Henrique Cardoso na presidência.

Fernando Henrique Cardoso fora um dos que demonstraram em 1960 a debilidade da burguesia nacional e sua disposição em converter-se em uma associada menor do capital internacional. Ele foi também um dos que observou o limite histórico do projeto nacional-democrático e do populismo que o conduzia.

Desde de 1974, como o mostramos no nosso artigo sobre sua evolução intelectual e política, (ver Dos Santos, 1996) Cardoso aceitou a irreversibilidade do desenvolvimento dependente e a possibilidade de compatibilizá-lo com a democracia representativa. A partir daí, segundo Cardoso a tarefa democrática se convertia em objetivo central da luta contra um Estado autoritário, apoiado sobretudo numa “burguesia de Estado” que sustentava o caráter corporativo e autoritário do mesmo. Segundo ele, os inimigos da democracia não seriam portanto o capital internacional e sua política monopolista, captadora e expropriadora dos recursos gerados nos nossos países. Os seus verdadeiros inimigos são o corporativismo e uma burguesia burocrática e conservadora que, entre outras coisas, limitou a capacidade de negociação internacional do país dentro do novo patamar de dependência gerado pelo avanço tecnológico e pela nova divisão internacional do trabalho que se esboçou nos anos 70, como resultado da realocação da indústria mundial.

Estas teses ganharam força internacional e criaram o ambiente ideológico da aliança de centro-direita que veio a se realizar nos anos 80, no México, na Argentina, no Peru, na Venezuela, na Bolívia, e no Brasil. Uma importante ala da esquerda populista ou liberal aderiu ao programa de ajuste econômico imposto

pelo Consenso de Washington em 1989, e assegurou a estabilidade monetária e o precaríssimo equilíbrio macroeconômico dela derivado.

Em troca desta adesão, estes governos garantiam um amplo período no poder através do apoio internacional que desfrutaram sobretudo sob a forma de vastos movimentos de capital financeiro e a sua articulação incondicional com a imprensa internacional. A América Latina entrou assim num novo patamar de relacionamento internacional caracterizado por moedas fortes (princípio quebrado no México no final de 1994), pela estabilidade monetária e a estabilidade fiscal obtida com a privatização das empresas públicas e o corte de gastos estatais. Governos reeleitos sucessivamente com forte apoio internacional assumiram discretamente a perspectiva de uma integração comercial das Américas sob a egemonia norteamericana (ver Dos Santos, 1996-b).

Este caminho de submissão estratégica crescente, seguido pelas burguesias latino-americanas, parece confirmar as previsões mais radicais sobre seu caráter “entreguista” e “comprador”. A crise da dívida externa na década de 80, a crise sócio-econômica que significou a política de “ajuste” para permitir o pagamento da dívida externa, parecem confirmar o caráter dependente de nossas economias. Mas as resistências continentais a estas situações foi bem maior do que muitos esperavam. De repente, viu-se um realinhamento de forças desenhando-se no subcontinente. Aparecem resistências ao projeto neo-liberal entre os militares, a igreja, setores da burocracia estatal e sobretudo técnicos, engenheiros e cientistas. Todos eles estão ligados à existência de um Estado nacional forte e um desenvolvimento econômico de base nacional significativa. Os trabalhadores industriais e de serviço se colocaram contudo no centro da resistência. Todos estes setores têm um papel ínfimo no projeto neo-liberal e alguns deles chegam mesmo a tornar-se inúteis.

As dificuldades de eliminar totalmente estas resistências manteve o projeto neo-liberal nos marcos de um regime liberal democrático e parece dar razão à tese de que o desenvolvimento dependente é compatível com os regimes políticos liberais democráticos.

No entanto, é necessário ressaltar que houve situações de exceção, como no caso do Peru onde Fujimori implantou um regime de exceção que foi tolerado pelas nascentes democráticas da região. Houve também, tentativas de rebelião dentro das forças armadas argentinas e venezuelanas, em 1990-93, cujos desdobramentos ainda estão em curso. Houve ainda o aparecimento de novos movimentos guerrilheiros, ou mesmo desta nova forma de política insurrecional que é o Exército Zapatista no México. É importante considerar também a sobrevivência e o fortalecimento recente das forças insurrecionais na Colômbia, onde a crise do Estado se faz cada vez mais aguda. Ninguém pode assegurar que a atual onda democrático-liberal resistirá indefinidamente a esta combinação de políticas econômicas recessivas, abertura externa, especulação financeira, desemprego e exclusão social crescente. Mesmo que, neste contexto, um setor importante da população possa melhorar seus padrões de consumo, isto dificilmente substituirá o desgarramento do tecido social, da identidade cultural e das expectativas de trabalho e de competitividade produtiva de grande parte da população. (ver nosso livro sobre este tema, Dos Santos, 1991).

Esta evolução dos acontecimentos parece confirmar outra temática posta em evidência pela teoria da dependência: a tendência à exclusão social crescente, como resultado do aumento da concentração econômica e da desigualdade social. "Dependente, concentrador e excludente" estas eram as características básicas do desenvolvimento dependente, associado ao capital internacional destacadas pela teoria. Estas características se exacerbaram na década de 80, sob o impacto da globalização comandada pelo capital financeiro internacional para o pagamento da dívida externa e a nov fase das moedas

fortes e privatizações da década de 90, sob o marco do Consenso de Washington.

A evolução da revolução científico-técnica parece confirmar as análises do final dos anos 60. Como mostrávamos, no final da década de 60, prescendendo em pelo menos uma década a literatura sobre a "reconversão industrial", ela favoreceu o crescimento da exportação industrial nos países dependentes de desenvolvimento médio, enquanto os países centrais se especializavam na tecnologia de ponta, geradora de novos setores de serviço voltados para o conhecimento, a informação, o lazer e a cultura.

Contudo, como previmos, a expansão industrial da América Latina não resultou na sua passagem para o campo dos países industriais desenvolvidos. Ao contrário, tem aumentado a distância com os países centrais colocados na ponta da revolução pós-industrial, enquanto as indústrias obsoletas e poluentes se concentram nos países de desenvolvimento médio. O mais grave contudo começou a ocorrer na década de 80 pois, conforme havíamos previsto, a adoção crescente da automação diminuiu drasticamente o emprego industrial. Cada vez mais afastados dos centros de produção científica, tecnológica, e cultural, os países em desenvolvimento se inserem na armadilha do crescimento econômico sem emprego, não vendo expandir por outro lado o emprego em educação, saúde, cultura, lazer e outras atividades típicas da revolução científico-técnica.

A desvalorização das camadas médias de profissionais resultantes desta falta de investimentos em pesquisa e desenvolvimento só é compensada em parte pela emigração de grande parte deles para os países centrais. Aprofunda-se assim a captação de recursos humanos, o "brain-drain" dos anos 60, agora atraindo cérebros dos países de desenvolvimento médio, cuja estrutura educacional superior se torna inútil diante da baixa demanda de serviços resultante de um desenvolvimento dependente, subordinado, concentrador e excludente. Os quadros formados por suas universidades sem meios para a pesquisa e sem contacto com as verdadeiras fontes de demanda da pesquisa e

desenvolvimento vão ser recrutados nos países centrais. (ver Dos Santos, 1993, 95, etc...)

Ao lado dessas tendências, prossegue a penetração do capitalismo nas zonas rurais, expulsando mais e mais população para os centros urbanos. A urbanização se torna cada vez mais metropolização e "favelização", isto é, marginalidade e exclusão social, que assume muitas vezes o caráter de um corte étnico, o que explica a força das reivindicações étnicas nos centros urbanos da região. De fato, o renascimento da questão indígena e dos movimentos negros sob novas formas cada vez mais radicais, são uma expressão desta situação.

O abandono do esforço científico e tecnológico regional, levou também ao abandono do setor de bens de capital, onde se concentra a chave do processo de revolução científico-técnica e a possibilidade de um desenvolvimento auto-sustentado. A complexidade da indústria de base e de sua modernização com a robotização, começa a retirá-la mesmo dos países, como o Brasil, que já haviam alcançado um importante desenvolvimento da mesma.

O Estado nacional vê-se avassalado por estas mudanças. Voltado para o pagamento dos juros da dívida externa na década de 80, criou uma imensa dívida interna com altíssimos juros e alta rotação. Na década de 90, quando os juros internacionais caem, os países dependentes vêm-se estimulados e até forçados a empreender políticas econômicas de valorização de suas moedas nacionais. Estas políticas os levam a criar importantes déficits comerciais, os quais buscam cobrir com a atração de capital especulativo de curto prazo, pagando-lhes altos juros, internamente.

É assim que, ao escaparmos dos juros altos internacionais (hoje extremamente baixos) caímos na trampa dos juros altos internos. O Estado se converte em prisioneiro do capital financeiro, afogado por uma dívida pública em

crescimento exponencial, cujo serviço não deixa mais nenhum espaço para o investimento estatal, e também, cada vez menos para as políticas sociais e mesmo para a manutenção do modesto funcionalismo público da região.

O conteúdo de classe do Estado faz-se pois, mais evidente ainda. Ele se põe completamente a serviço do grande capital financeiro subordinando cada vez mais os outros setores da burguesia. Ele se vê obrigado a abandonar o clientelismo e o patrimonialismo das antigas oligarquias através do qual o Estado atendia às suas famílias e a uma vasta população de classe média. Ele corta também as aberturas realizadas pelo populismo aos dirigentes sindicais e outras entidades corporativas. Não há dinheiro para ninguém mais - a fome do capital financeiro é insaciável.

As políticas de bem-estar voltadas para os setores de baixa renda e para a previdência social também se vêem definitivamente ameaçadas. A onda neo-liberal estimula medidas que giram em torno de uma retomada do dinamismo do mercado que não funcionou em nenhuma parte do mundo. Os governos Reagan e Thatcher não abandonaram o gasto público, apesar de liderarem o movimento neo-liberal. Pelo contrário, Reagan aumentou mais de 5 vezes o déficit público estadunidense, criando uma enorme dívida pública que serviu de ponto de arranque do movimento financeiro da década de 80. Os alemães e japoneses foram os principais beneficiários desta política. Aumentaram seu superávit comercial com os Estados Unidos e investiram seus ganhos em títulos da dívida pública a altas taxas de juros. Ao mesmo tempo, converteram suas moedas em poderosos instrumentos de política econômica (ver nosso artigo de 1992).

O que mais surpreendeu aos teóricos não dependentistas foi o crescimento dos países do sudeste asiático. Muitos autores apresentaram a consolidação do crescimento desses países como evidência do fracasso da teoria da dependência. São vários os estudos sobre estes processos e são unânimes em reivindicar as especificidades da situação regional. As economias da região não

fizeram uma grande dívida externa na década de 70, como os latino-americanos e os países do leste europeu. Elas passaram por reformas agrárias radicais nos anos 40 e 50, para o que tiveram especial apoio norte-americano, devido sua proximidade com os inimigos da guerra fria. Elas contaram com a acumulação de capitais japonesa e a política do MITI de exportar as indústrias de tecnologia em processo de obsolescência para os seus países vizinhos. Elas tiveram condições especiais de penetração no mercado norte-americano pelas razões geopolíticas já mencionadas. Mas, sobretudo, elas praticaram uma forte intervenção estatal e protecionismo que lhes permitiu sustentar suas políticas econômicas e desenvolver, ao mesmo tempo, uma base tecnológica própria, apesar de modesta.

Nada disto as impediu contudo de sofrer com rigor a crise financeira internacional quando a valorização do yen em 1992 começou a limitar suas exportações para o mercado norte-americano. O yen forte permitiu ao Japão substituir em parte o mercado norte-americano, enquanto a China ocupava o espaço deixado pelo Japão, os “tigres” e os “gatos” asiáticos. A desvalorização do yen no final de 1996 criou uma conjuntura nova. O Japão voltou ao mercado norte-americano e as demais economias exportadoras asiáticas viram-se na necessidade de desvalorizar suas moedas para recuperar seu espaço no mercado norte-americano. Sob o ataque dos especuladores, sua crise se tornou mais dramática e mostrou os limites desses países.

Esta evolução mostra que a agenda colocada na ordem do dia pela teoria da dependência continua a ser de grande atualidade apesar das mudanças fundamentais que ocorreram no período. Estas mudanças seguiram contudo as tendências apontadas no final dos anos sessenta. Com nossos estudos sobre a nova dependência, o surgimento do subimperialismo, o papel da marginalização e da exclusão social antecipamo-nos claramente à evolução dos acontecimentos.

Mas o que ressalta sobretudo é a questão metodológica. Mais do que nunca a problemática do subdesenvolvimento e do desenvolvimento tem de ser analisada no processo de evolução do sistema econômico mundial. Nele, persiste a divisão entre um centro econômico, tecnológico e cultural, uma periferia subordinada e dependente e formas de semi-periferia que ganharam grande dinamismo durante a fase depressiva do ciclo Kondratiev (de 1967 a 1993). Tudo indica que se retomou o crescimento econômico a partir de 1994 e novos alinhamentos devem se produzir com a entrada da economia mundial num novo ciclo longo de Kondratiev (ver Dos Santos, 1991, 92, 93, 94, 95, 98).

A queda do socialismo estatizante de forte influência stalinista, o socialismo numa só região do mundo, provocou uma onda de euforia neo-liberal que prejudicou muito gravemente a evolução destes países. Tudo indica, contudo, que a população destes países deverá retificar esta aventura altamente custosa em vidas humanas e em bem estar social.

As contradições entre EE.UU, Europa, e Japão encontraram o canal do grupo dos Sete para encaminhá-las. A Rússia (liberada dos seus aliados ou “satélites” europeus e da periferia da antiga União Soviética) foi precariamente integrada neste grupo. Mas a China em pleno crescimento, a Índia e o Brasil, entre outras 18 potências médias, não encontraram ainda seu lugar no sistema mundial pós-guerra fria. A não resolução desta questão crucial terá um alto custo para a paz mundial.

A separação do mundo em blocos regionais parece ser a forma intermediária que o processo de globalização vem assumindo para resistir ao livre movimento de capitais financeiros ou das empresas transnacionais ou globais. Isto se enquadra também nas previsões da teoria da dependência, inclusive a importância das integrações regionais na América Latina como um caminho mais sólido para a integração regional de todo o continente. O próprio EE.UU se vê obrigado a buscar um caminho de maior aproximação hemisférica.

O NAFTA mostra as dificuldades dessa integração de estruturas tão assimétricas e tão desiguais. A proposta da ALCA encontra resistências em todos os lados. A integração exitosa do MERCOSUL reafirma o princípio de que é mais fácil integrar mercados de níveis semelhantes, particularmente de significativo desenvolvimento industrial. Contudo, o ASEAN mostra a possibilidade de uma complementaridade entre um país central que ocupa a função de um pólo de acumulação como o Japão e outros periféricos, onde o primeiro organize seu mercado como um consumidor dos produtos dos mercados próximos, com transferência de tecnologia para garantir a qualidade de seus abastecedores. Os EE.UU. estariam dispostos a gerar uma nova política de boa vizinhança que integrasse as Américas sob sua égide. Se não o fizer a médio prazo talvez encontre já um Brasil consolidado como líder do desenvolvimento regional na América do Sul.

Como vemos, as mudanças teóricas e metodológicas iniciadas na década de 60, como cristalização de um amplo esforço teórico e político anterior, têm um alcance muito maior do que originalmente se pensava. Elas indicaram a necessidade de repensar a questão do desenvolvimento dentro de um contexto teórico muito mais amplo que colocava em questão o paradígma dominante nas ciências sociais. É necessário pois que discutamos o impacto internacional dos estudos sobre a dependência para compreender suas possibilidades e seus limites teóricos.

III - O DEBATE SOBRE A DEPENDÊNCIA

Para compreender a evolução da teoria da dependência é necessário tomar em consideração sua enorme difusão e, em seguida, os mais diversos ataques que esta teoria sofreu nas décadas de 70 e 80. Passamos a apresentar um survey desta literatura distinguindo as duas décadas.

Na década de 70 uma extensa literatura sobre a TEORIA DA DEPENDÊNCIA deu início ao debate sobre o tema, desde uma perspectiva universal.

O artigo de Suzzane Bodenheimer, "***Dependency and Imperialism***", Politics and Society, n. 5, maio 1970, foi talvez a primeira tentativa de apresentar a teoria da dependência como uma escola de pensamento nova que propunha um paradigma científico alternativo ao "main stream" do pensamento social ocidental. Em fevereiro de 1973, The Journal of Interamerican Studies dedicou uma edição especial à teoria da dependência, de conteúdo essencialmente crítico, o qual assumia claramente um ponto de vista conservador. O vários autores levantavam a questão de que a noção de dependência era uma desculpa para explicar o fracasso econômico dos países subdesenvolvidos. Neste mesmo ano, Norman Girvan (1973) procurava aplicar o conceito de dependência à realidade caribenha, exercendo uma particular influência sobre o governo Manley na Jamaica. Na verdade, este trabalho será o ponto de partida da escola caribenha da dependência de língua inglesa (ver Blomstrom e Hettne, 1984, 1990, ps. 128 a 155).

Na África, a teoria da dependência encontrou uma elaboração teórica em curso sobre o desenvolvimento e produziu-se uma fusão bastante profícua. Samir Amim (1974), convocou uma reunião em Dakar, em 1970, para produzir um encontro entre o pensamento social latino americano e africano. Quatro

anos mais tarde, Abelatif Benachenou chamará à realização de um Congresso de Economistas do Terceiro Mundo em Argel que dará origem a uma Associação Internacional de Economistas do Terceiro Mundo. Anteriormente, em Dar-El-Salan reuniam-se cientistas sociais de todo o mundo que tentavam um caminho teórico alternativo, muito influenciados pelo estruturalismo e pela teoria de dependência. Surge deste esforço o livro de Tamas Sentzes (1971) sobre o desenvolvimento econômico que se converteu num clássico da região. Entre os estudos africanos, surgem os trabalhos de Wallenstein e Giovanni Arrighi que tanto impacto terão posteriormente, com sua fixação no Fernand Braudel Center em Binghanton.

Na Ásia, particularmente na Índia, havia já uma longa tradição de crítica anti-imperialista e de formulação de caminhos próprios de desenvolvimento. Mas estas propostas, apesar de mais abertamente apoiadas no planejamento estatal, não deixavam de partir da disjuntiva entre tradicional e moderno, entre atraso e desenvolvimento, apesar de reconhecer os aspectos econômico, social e culturalmente positivos da cultura indiana. Gandhi sobretudo havia apoiado sua mobilização de massas anti-imperialista no reconhecimento dos valores da cultura indiana, entre os quais não estava somente a não-violência mas também a produção autônoma e artesanal e a comunidade hindu. Por esta razão, certos setores do pensamento nacional democrático indiano receberam mal uma visão do subdesenvolvimento que o ligava à formação do capitalismo moderno como uma economia mundial. Hettne e Bromstom (1984) insistem na pouca influência da teoria da dependência sobre o pensamento indiano.

Contudo, muitos autores hindus não somente integraram e noção de dependência em suas dimensões teóricas ou apresentações didáticas como assumiram a teoria da dependência como instrumental analítico (ver Baghshi, 19 e Todaro, M.P., 1977). No que respeita ao conjunto da Ásia pode-se ver este impacto no livro organizado por Ngo Man Lan (1984). Por este livro pode-se ver a profunda influência dos estudos sobre a dependência nas regiões mais

tipicamente subdesenvolvidas como as Filipinas, a Tailândia e o sudeste asiático em geral, onde se gastava a experiência dos tigres asiáticos.

Na América Latina, o programa da Unidade Popular de Salvador Allende e tendências do governo militar revolucionário peruano incorporavam elementos chaves da teoria da dependência. A teologia da libertação que surgia no Peru com Gutierrez tomou a teoria da dependência como sua referência fundamental. Outros autores como Enrique Dussel assumem claramente esta perspectiva analítica integrando-a na sua interpretação teórica do marxismo e do cristianismo. Luigi Bordin ( ) procurou demostrar as relações profundas entre a teoria da libertação no Brasil e na América Latina e absorção terórica da ala marxista da Teoria da Dependência.

Em Cuba, a revista Pensamento Crítico abrira suas páginas ao novo pensamento latinoamericano e persiste como uma influência teórica fundamental até a derrota de Che Guevara no debate travado entre ele e Rafael Rodrigues sobre o papel das motivações materiais e das motivações morais no planejamento socialista. O fracasso da Grande Safra dos 10 milhões de toneladas e outros erros da direção revolucionária levaram à adesão do PC cubano às teses do "marxismo- leninismo" ortodoxo soviético, com seus manuais de materialismo histórico e dialético, suas interpretações do imperialismo, da revolução russa, das revoluções de libertação nacional que se restringiam à passagem de sociedades feudais ou pré-capitalista para o capitalismo moderno e a democracia liberal.

As teorias da modernização que buscávamos superar se cristalizavam sob a forma de um marxismo de inspiração positivista, no qual predominava um evolucionismo mecanicista. Cuba voltava a ser um país exportador de cana de açúcar e importador de manufaturados só que agora do campo socialista. O socialismo permitia contudo uma utilização dos excedentes desta exportação na implantação do mais avançado projeto educacional, de saúde e de controle

popular sobre o Estado. Contudo, mesmo com as deformações burocráticas impostas pelos russos, elas não conseguiram quebrar a espinha dorsal da revolução cubana.

Vania Bambirra protagonizou uma ampla polêmica com a ortodoxia cubana, tanto guevarista como comunista. Num seminário realizado no Centro de Estudos Sócio-Econômicos, em Santiago do Chile, ela questionou as interpretações correntes da revolução cubana e reivindicou o papel das lutas democráticas, das massas urbanas, da mobilização histórica pela greve geral e até uma boa parte da militância do Partido Comunista Cubano no êxito da revolução. Estas teses foram publicados no seu livro *A Revolução Cubana*, uma Reinterpretação que foi lido por setores da direção política cubana mas não foi divulgado neste país por suas concepções não-ortodoxas. Nele, aplicava-se a teoria da dependência para mostrar não somente as verdadeiras causas do processo revolucionário cubano como também suas dificuldades.

A teoria da dependência ganhava assim uma avassaladora influência na região latino-americano e no Caribe; nos Estados Unidos, na África e na Ásia aprofundava seu campo de influência através da teologia da libertação. Na Europa, a mesma teoria encontrava eco na esquerda revolucionária, na esquerda do socialismo e da social-democracia. Ela influenciou pesquisas de grande valor como as realizadas pelo Starnberg, Institute, em Starnberg sobre a nova divisão internacional do Trabalho, por teóricos espanhóis, alemães, franceses e ingleses. Entrou também nos países nórdicos ao influenciar as pesquisas para a paz.

Em 1977, Helena Tuomi fazia um levantamento dos modelos de dependência na pesquisa ocidental sobre desenvolvimento (ver Tuomi, 1977). Ela encontrou naquele ano cinco projetos de pesquisa que tentavam definir a ou as variáveis independentes e dependentes que procuravam medir em períodos de tempo mais ou menos longos as situações de dependências. Com isto ela

pretendia definir modelos de explicação do subdesenvolvimento e testá-los empiricamente **(2).**

Mas era na América Latina que os estudos sobre a dependência avançavam por toda parte. Na metade dos anos 70 começa, contudo, um movimento de crítica à teoria da dependência. No Congresso Latino-americano de Sociologia de 1975, em Costa Rica, esta discussão tomou grande parte do congresso. Os resultados destes debates foram publicados no livro: Debates sobre la Teoria da la Dependência y la Sociologia Latino americana. EDUCA, San José, 1979, sob a supervisão editorial de Daniel Camacho.

Heraldo Muñoz publicou um dos melhores resumos sobre a TEORIA DA DEPENDÊNCIA em seu artigo ***"El Análisis de la Teoria de la Dependencia en los Centros: Ejemplos de EEUU***" in Estudios Internacionales, Vol. 12, n. 45, janeiro-março, 1979, pp, 68-76, e "***Cambio y Continuidade en el Debate sobre la Dependencia y el Imperialismo***" in Estudios Internacionales, vol. 11, n. 44, outubro-dezembro, 1978, pp. 88-138. Em 1982 ele editou From Dependency to Development - Strategies to Overcome Underdevelopment and Inequality, Estudos Especiais sobre Desenvolvimento Social, Politico Econômico, Editora Westview Press, Boulder, Colorado, 1982.

Veja-se também: Gustavo Rodriquez O., "De la Cepal a la Teoria de la Dependencia - Un Esquema Descriptivo", IESE, Cochabamba, 1979, e o capítulo sobre o Marxismo Latino-Americano escrito por Juan Carlos Portantiero para a coleção History of Marxism, dirigida por Eric J. Hobsbawn.

A grande onda de crítica à Teoria da Dependência ampliou-se sobretudo na segunda metade da década de 70 e começo da década de 80, vinda em parte de autores latino-americanos: Agustín Cueva***, "Problemas y Pespectivas de la Teoria de la Dependencia***", CELA, UNAM, deu início a uma nova crítica à Teoria de la Dependencia acusando seus autores de superestimar

fatores externos em relação a fatores internos e de abandonarem a análise das classes sociais. Depois disto ele publicou o livro El Desarrollo del Capitalismo en América Latina, Siglo XXI, México, 1978 onde deu continuidade a estas críticas. Posteriormente ele aceitaria o fato de que estava enganado em suas críticas e passou a destacar as conquistas da ala marxista da Teoria da Dependência diante dos ataques que ela receberia do pensamento conservador latino-americano e europeu. Octavio Rodriquez publicou seu "***Informe sobre las Criticas a la Concepción de la CEPAL***", Secretaria de la Presidencia, México, 1974, onde ele defendia Prebisch e a CEPAL das críticas da Teoria da Dependência. Enrique Semo, La Crisis Actual del Capitalismo, ed. de Cultura Popular, México, 1975 apresentou uma crítica baseada no conceito da interdependência como uma tendência da economia internacional. O trabalho de Vania Bambirra intitulado Teoria de la Dependencia; Una Anticrítica, Era, México, 1978, responde a grande parte destas críticas. Ela mostra sobretudo os equívocos de interpretação que elas continham, atribuindo aos teóricos da dependência posições que eles nunca defenderam, como a idéia de uma tendência à estagnação econômica, uma supervalorização dos fatores externos em relação aos internos, etc.

Há também um grupo de críticos da Teoria da Dependência que se chamam "marxistas ortodoxos" ou simplesmente "marxistas**"(3).** Eles re[ete, a crítica de Cuervas de que a teoria da dependência coloca as determinações externas como fundamentais e colocam em segundo plano a luta de classes no interior de cada país. Condenam também qualquer visão crítica do desenvolvimento do capitalismo que, segundo eles, não apresenta diferença essenciais entre os países dominantes e os dependentes. Esta tendência endogenista acredita que o imperialismo representa um progresso ao desenvolver as forças produtivas em nível internacional. Eles não compreendem em quanto o imperialismo bloqueia o desenvolvimento das forças produtivas das nações colonizadas, decepam seu poder de crescimento econômico, de desenvolvimento educacional, de saúde, etc. Não conseguem entender o

fenômeno da superexploração e a transferência internacional de excedentes gerados no 3º Mundo e enviados para os países centrais.

De fato, vai ocorrer uma convergência entre as críticas de Fernando Henrique Cardoso aos seus colegas que iniciaram a teoria da dependência e as críticas desses chamados “marxistas” (ver o meu artigo sobre as polêmicas com Cardoso). Estes levam contudo sua “ortodoxia” muito longe defendendo a necessidade de analisar os modos de produção no interior de cada economia. São chamados de autonomistas e endogenistas e foram analisados por Marini (1995) com rigor e precisão. Uma leitura séria de Marx jamais autorizaria este tipo de interpretação do marxismo. Ele sempre chamou a atenção para o caráter internacional do modo de produção capitalista e considerou o comércio mundial como condição necessária da acumulação primitiva capitalista. Marx não autorizaria jamais uma concepção classista que colocasse em oposição a análise das economias nacionais e o estudo de sua articulação com a economia mundial. Ele sempre entendeu a formação do capitalismo como a dialética entre a economia mundial, como fenômeno independente, e o conjunto de economias nacionais em competição, apoiando-se nos seus Estados nacionais.

As implicações teóricas da teoria da dependência estão ainda por desenvolver-se. Sua evolução na direção de uma teoria do sistema mundial buscando reinterpretar a formação e desenvolvimento do capitalismo moderno dentro desta perspectiva é um passo adiante neste sentido, como o veremos nos próximos capítulos **(4).**

IV - A GLOBALIZAÇÃO E

O ENFOQUE DO SISTEMA-MUNDO

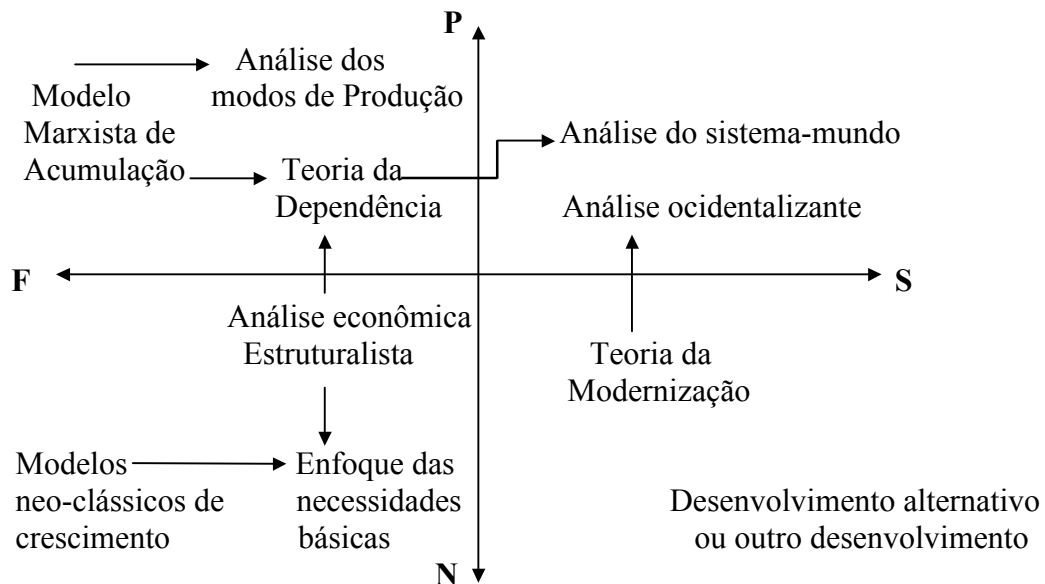
A teoria da dependência seguia e aperfeiçoava um enfoque global que pretendia compreender a formação e evolução do capitalismo como uma economia mundial. Prebisch já falava nos anos 50, da existência de um centro e uma periferia mundial, tese que ele aperfeiçoará na década de 70 sob a influência do debate sobre a dependência (ver Prebisch; 1981). A teoria da dependência buscou refinar este esquema ao rever a teoria do imperialismo desde sua formação com Hilferding, Rosa Luxemburgo, Hobson, Lenin e Bukharin. André Gunder Frank (1991) chama a atenção para esta busca de análise do sistema mundial que se desenha sobretudo no começo da década de 70 com Amin (1974), Frank (1978, 1980 e 1981) , Dos Santos (1970 e 1978) mas que ganha realmente um grande alento com a obra de Immamuel Wallerstein (1974, 1980, 1989), que desenvolve a tradição de Fernand Braudel (1979). Tudo isto tem sido objeto de uma ampla discussão**(5).**

Vários autores reconhecem a relação estreita da teoria do sistema-mundo com a teoria da dependência. Bjorn Hettne traça mesmo um quadro da evolução do debate sobre desenvolvimento e dependência no qual a teoria da dependência tem como resultado de sua evolução a teoria do sistema-mundo, enquanto a tendência estruturalista marcha para a teoria das necessidades básicas encampada pelo Banco Mundial nos anos 70 sob a direção de Mc Namara. Enquanto isto, a tendência endogenista (que se pretende “marxista” e que ele chama de análise dos modos de produção) se origina, segundo ele, dos modelos marxistas de acumulação de capital e representaria uma terceira vertente teórica.

Segundo Hettne, a teoria da dependência também teria tido esta origem nos modelos marxistas de acumulação, mas teria sofrido a influência da análise econômica estruturalista da CEPAL. As teorias da modernização teriam, por outro lado, mantido seu quadro de análise ocidentalista ou eurocentristas, enquanto sofriam a crítica dos modelos de "outro desenvolvimento" ou desenvolvimento alternativo. Estes últimos terminariam, segundo cremos, influenciando a concepção do desenvolvimento humano do PNUD.

Estas tendências podem ser visualizados no diagrama apresentado por Bjorn Hettne (1982, p. 140).

Orientações teóricas:

(P) Positivo-formal **(F)**
(N) Normativo-formal **(F)**
(P) Positivo-substantivo **(S)**
(N) Normativo-susbtantivo **(S)**

O enfoque do Sistema-Mundo busca analisar a formação e a evolução do modo capitalista de produção como um sistema de relações econômico-sociais, políticas e culturais que nasce no fim da Idade Média européia e que evolui na direção de se converter num sistema planetário e confundir-se com a economia mundial. Este enfoque, ainda em elaboração, destaca a existência de um centro, uma periferia e uma semi-periferia, além de distinguir, entre as economias centrais, uma economia hegemônica que articula o conjunto do sistema.

Ao mesmo tempo, a teoria do sistema mundo absorveu a noção de ondas e ciclos longos de Braudel (1979) que se diferenciam dos ciclos de Kondratiev. Há, no entanto, tentativas de conciliar os ciclos de Kondratiev de 50 a 60 anos com os ciclos longos, mais ligados ao movimento do capital financeiro e das hegemonias estatais, que encontrou Braudel. Desta forma, a evolução do capitalismo é vista como uma sucessão de ciclos econômicos, articulados com processos políticos, sociais e culturais. Em livro recente, Arrighi (1995) conseguiu ordenar a história do capitalismo como uma sucessão de 4 ciclos longos de acumulação, baseados em quatro centros hegemônicos:

1º) O ciclo genovês (que se articula com as conquistas ibéricas) que se inicia no fim do século XIV e início do século XV, quando se forma a base da acumulação financeira de Gênova, como cidade estado e, posteriormente, como nação dos genoveses, localizada em vários centros financeiros europeus a qual se prolonga até o fim do século XVI e começo do XVII. Este ciclo tem nas monarquias ibéricas seu principal instrumento.

2º) O ciclo holandês que se inicia exatamente no fim do século XVI e no início do século XVII até a metade do século XVIII.

3º) O ciclo britânico que se inicia na metade do século XVIII e que se prolonga até a 1º e a 2º Guerra Mundial.

4º) O ciclo norte-americano que se inicia durante a 1º Guerra e se desenvolve durante a 2º Guerra Mundial até nossos dias, quando há sinais de emergência de um novo ciclo que terá como centro o sudeste asiático, ou algum núcleo de poder supranacional.

Giovanni Arrighi (1995) analisa a relação destes ciclos com os principais centros financeiros que terminaram se transformando em centros hegemônicos aliados com centros comerciais. Tem faltado a estas análises uma aprofundização maior do aspecto produtivo que estabeleça os regimes de produção, a evolução das forças produtivas e das relações sociais de produção para melhor explicar o funcionamento destes ciclos. Neste sentido, Dos Santos (1978) tenta articular a noção de sistema mundial com as grandes estruturas de produção e particularmente com a revolução científico-técnica (Dos Santos, 1983 e 1986), indicando um caminho de pesquisa em parte complementar ao esforço mais global da teoria do sistema mundial, em parte reordenador desse esforço.

Uma característica importante das análises do sistema mundial é a negação das interpretações do mundo contemporâneo baseadas na bipolarização do pós-guerra, vista como uma relação entre dois sistemas econômicos de poder paralelo. Os vários teóricos do sistema mundial insistiram sempre na existência de um só sistema econômico mundial, neste período, de caráter capitalista e sob hegemonia norte-americana. A evolução da economia soviética e do bloco de nações a ela mais ou menos ligadas não havia sido capaz de sair do contexto determinado pelo sistema mundial capitalista. Sempre se esperou que a agudização deste conflito na década de 80 destruiria o modelo de guerra fria que redefiniria as zonas geopolíticas mundiais. Neste sentido ver Dos Santos (1978 e 1993), Wallerstein (1979, 1984) e Frank (1980, 1981).

Os estudos do sistema-mundo se situaram como expressão teórica de um amplo debate sobre as transformações que ocorriam na economia e política mundial dos anos 70. Desde o fim de 1960, surgia uma ampla documentação empírica sobre as corporações multinacionais, sobre as novas direções da economia mundial e sobre a nova ordem econômica mundial proposta pelos não-alinhados nas Nações Unidas. Vários informes sobre a situação econômica mundial se sucederam expressando as várias correntes internacionais e sobretudo a preocupação crescente com o meio-ambiente ameaçado**(6).** Dentro desta perspectiva globalizadora **(7)** é necessário afirmar sobretudo os seguintes elementos de uma nova síntese teórico-metodológica em processo:

1) A teoria social deve se desprender de sua extrema especialização e retomar a tradição das grandes teorias explicativas com o objetivo de reordenar o sistema de interpretação do mundo contemporâneo.

2) Esta reinterpretação deve superar sobretudo a idéia de que o modo de produção capitalista, surgido na Europa no século XVIII é a referência fundamental de uma nova sociedade mundial. Este fenômeno deve ser visto como um episódio localizado, parte de um processo histórico mais global que envolve a integração do conjunto das experiências civilizatórias numa nova civilização planetária, pluralista e não exclusivista, baseada na não subordinação do mundo a nenhuma sociedade determinada.

3) A formação e evolução do sistema mundial capitalista deve orientar a análise das experiências nacionais, regionais e locais buscando resgatar as dinâmicas históricas específicas como parte de um esforço conjunto da humanidade por superar a forma exploradora, expropriatória, concentradora e excludente em que este sistema evoluiu.

4) A análise deste processo histórico deve resgatar sua forma cíclica procurando situar os aspectos acumulativos no interior de seus limites

estabelecidos pela evolução das forças produtivas, relações sociais de produção, justificativa ideológica destas relações e limites do conhecimento humano.

5) Neste sentido, a evolução da ciência social deve ser entendida como parte de um processo mais global da relação do homem com a natureza: a sua própria, a imediata, a ambiental e o cosmos, só aparentemente ausente da dinâmica da humanização. Isto é, ela deve ser entendida como um momento de um processo mais amplo de desenvolvimento da subjetividade humana, composta de indivíduos, classes sociais, etnias, gêneros, instituições e povos que estão construindo o futuro sempre aberto destas relações.

NOTAS

(1) Segundo a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos, havia forças armadas norte-americanas em 64 países, no ano de 1968, quando chegou ao auge a política militarista dos EEUU com a escalada da Guerra do Vietnam. Apud Magdoff (1969).

(2) Eram eles, Bruce Russet (1975), Kaufman, Chernostsky & Geller (1975), Chase-Dunn (1975), Duvall et al. (1976), Alschuler (1976). Entre os outros nórdicos que discutiram a questão dos modelos da dependência e seu impacto nos estudos sobre a paz, veja-se: Autola, Esko (1976), Galtung, Johan (1971), Hveen Helge (1973), Tuomi, Helma (1977), Váyrinen, Raimo (1976).

(3) Eles consideram "não marxista" buscar estabelecer os elementos estruturais que formam o contexto nacional onde se desenvolve a luta de classes e são incapazes de compreender o sentido histórico dos conceitos de imperialismo e dependência. Nesta linha estão os textos do O'Brien (1975), Kahl (1976), Palma (19).

Os livros mais globais e sérios publicados sobre o tema na década de 80 foram: Ronald Chilcote, Theories of Development and Underdevelopment, ed. Westview Press, Boulder and London, 1985; Magnus Blomström e Björn Hettne, Development Theory in Trasition, The Dependency Debate & Beyond; Third World Responses, Zed Books, Londres, 1984.

Ronald Chilcote publicou também um livro sobre este debate chamado Dependency and Marxism; Toward a Resolution of the Debate, Westview, Boulder and London, 1982.

Um debate muito sério acerca do impacto teórico e empírico da Teoria da Dependência pode ser encontrado em: Christopher Abel e Colin M. Lewis, Latin America. Economic Imperialism and the State: The Political Economy of the External Connection from Independence to Present, The Athlone Press, Londres, 1985. Se este livro não fosse tão restrito à contribuição de Cardoso, Faletto e Frank, poderia tornar-se uma sólida referência no estudo da história da Teoria da Dependência.

A participação soviética também foi relevante neste debate, particularmente os seguintes artigos e livros:

IMEMO - Institute of World Economy and International Relations of the Science Academy, Developing Countries: Regularities, Tendencies and Perspectives, editado na Russia em 1978.

Kiva Maidánik, El Proceso Revolucionario de America Latina visto desde la URSS, Editora Tailer, C. Por A., Santo Domingo, República Dominicana, 1982.

Vladimir Davydov, “Nueva Ronda de Debates Acerca de la Dependencia”, América Latina, Moscow, n.11, 1984 e “Que es la Teoria de la Dependencia?”, América Latina, Moscow, n.12, 1985 e n.3, 1986.

(4) A literatura sobre a Teoria da Dependência cresce da cada dia em todas as partes do mundo, mesmo depois de vários autores decretarem seu falecimento. André Gunder Frank (1991) escreveu no começo da década de 90 um livro autobiográfico onde ele analisa alguns dos livros sobre o tema, citados no início deste balanço. Devemos, no entanto, acrescentar a esta lista as seguintes publicações mais recentes:

Charles Oman and Ganeshan Wignajara, The Postwar Evolution of Development Thinking, OECD Development Center, Paris, 1991.

Alvin Y. So, Social Change and Development, Modernization, Dependency and World System Theories, Sage Library of Social Research, Londres, 1990.

David E. Apter, Rethinking Development, Modernization, Dependency and Postmodern Politics, Sage Publications, Londres, 1990.

Richard Peet, Global Capitalism - Theories of Societal Development, Routledge, Londres e Nova York, 1991.

Heintz R. Sonntag, Duda/Certeza/Crisis, La Evolución de las Ciencias Sociales de América Latina, UNESCO - Editorial Nueva Sociedad, Caracas, Venezuela, 1989.

Este último livro integrou o debate sobre a Teoria da Dependência com um novo avanço conceitual estabelecido na década de 70 que relaciona a discussão sobre o desenvolvimento com o debate sobre a teoria do sistema mundo. Este novo avanço é consequência de uma precisão crescente do conceito de economia mundial.

(5) O conceito de economia mundial como uma realidade independente foi desenvolvido pela escola de dependência sobretudo na década de 70:

André Gunder Frank escreveu neste período: World Accumulation, 1492-1789, e Dependent Accumulation and Undervelopment, ambos editados pela Monthly Review Press em 1978. Posteriormente, desenvolveu sua análise em Crisis in the World Economy e Crisis in the Third World, ambos publicados pela Holmes & Meier, Nova York, 1980, 1981.

Samir Amin produziu, durante este período, Accumulation on a World Scale: A Critique of the Theory of Undervelopment, Monthly Review Press, Nova York, 1974.

Theotônio dos Santos desenvolveu o mesmo tema em La Crisis Norte-Americana y América Latina, ed. PLA, Santiago, 1970, bem como em Imperialismo e Dependência, Era, México, 1978.

Este interesse pela economia mundial também manifestou-se no artigo de Fernando Henrique Cardoso "Imperialismo e Dependência na América Latina", Structures of Dependency, F.Bonilla e R. Girling, editores, Stanford, California, Institute of Political Studies, 1973, bem como no artigo de O.Sunkel sobre "Capitalismo Transnacional e Desintegração Nacional na América Latina", Social and Economic Studies, University of West Indies, 22-1, 1973.

Prebisch também orientou-se em direção à economia mundial durante este período, sobretudo em seu livro Capitalismo Periférico, Crisis y Transformación, Fondo de Cultura Económica, México, 1981. Ao mesmo tempo Ruy Mauro Marini escreveu Dialética da la Dependência, confirmando sua tendência para uma análise mais teórica e global, expressada ainda com mais clareza por Orlando Caputo em sua tese sobre "As Teorias da Economia Mundial", defendida por ele quando candidato ao título de doutor na Coordenação de Doutorado em Economia da UNAM, México, 1979 (que infelizmente não foi publicada).

(6) Esta mudança em direção ao conceito de economia mundial também deu origem a uma literatura crescente sobre as corporações multinacionais e o surgimento de um análise metodológica da economia mundial por instituições internacionais, sobretudo com a criação, em 1978, da publicação anual do Banco Mundial World Development Report. Na década de 70 se criaram também vários modelos de economia mundial, preparados por organizações internacionais, bem como a publicação, em 1973, de The State of the World, produzida pelo gabinete da presidência norte-americana:
Os estudos clássicos de Vernon nas décadas de 60 e 70 (Raymond Vernon, The Sovereignity in the Bay) são uma referência pioneira para o estudo das

corporações multinacionais. Devemos considerar estas pesquisas como uma relevante antecipação da análise da economia mundial. As contribuições de Theotônio dos Santos sobre o tema estão resumidas nos livros Imperialismo y Corporaciones Multinationales, ed. PLA, Santiago, 1973, e Imperialismo y Dependencia, ed. Era, México, 1978. Veja também: "The Multinational Corporations: Cells of Contemporary Capitalism", in Laru Studies, n.6, Toronto, Canadá, 1978, "Big Capital and Structure of Power", "The New Tendencies of Foreign Investments in Latin America", in Petras and Zeitlin, eds, Latin America - Reform or Revolution, ed. Fawcett, Nova York, 1969.

O Centro das Nações Unidas para Corporações Transnacionais foi criado no início da década de 70 e publicou quatro informes gerais com dados empíricos substanciais sobre as corporações multinacionais e o desenvolvimento mundial:

1973 - Multinational Corporations and World Development
1978 - Transnational Corporations in World Development: A Reexamination
1983 - Transnational Corporations in World Development: Third Survey
1988 - Transnational Corporations in World Development: Trends and Propects

Em 1991 inicia-se a publicação do World Investment Report dedicado a The Triad in Foreign Direct Investment, e em 1992 Transnational Corporations as Engines of Growth. Estes estudos foram influenciados por uma visão mais sistemática do capitalismo mundial, que foi muito bem sintetizado por C.A.Michelet em seu livro Le Capitalisme Mondial, P.U.F., Paris, 1985. A partir de 1994 os World Investment Report foram entregues à responsabilidade da UNCTAD.

Veja também: W. Andreff, Les Multinationales, La Découverte, Paris, 1987 e Pierre Groa, Atlas Mondial des Multinationales e L'Espace des Multinationales, Récins-La Documentation Française, Paris, 1990.

A discussão em torno da nova ordem econômica mundial teve seu início devido à proposta do presidente Luis Echeverría da Carta de los Derechos y Deberes Económicos de los Estados, votada nas Nações Unidas em 1973. Posteriormente, em 1975, Boumediènne criou o termo "nova ordem mundial" no Encontro dos Não-Alinhados em Argel. Sob o impacto da crise do petróleo, os países do Terceiro Mundo avançaram consideravelmente no plano internacional com a criação da 'Década de Desenvol-vimento', vetada pela Assembléia das Nações Unidas em 1969; com o desenvolvimento da UNCTAD; com o funcionamento do Movimento dos Não-Alinhados e o diálogo Norte-Sul. Vasta literatura foi produzida neste período sobre a 'Nova Ordem Econômica Mundial', que incluia o debate sobre a ecologia, despertado pelo encontro de Estocolmo em 1972. Esta literatura se apoiou principalmente num conjunto de informes internacionais, quais sejam:

Club of Rome, The Limits to Growth, Universe Books, Nova York, 1972;

What Now?, The Dag Hammarskjöid Report to the United Nations, Development Dialogue, 1-2, 1975;

Amilcar Herrera et al., Catastrophe or New Society? A Latin American World Model, IDRC, Ottawa, 1976;

Jean Timbergen (coordenador), Reshaping the International Order, RIO, Report to the Club of Rome, Dutton, Nova York, 1976;

W.Leontief, The Future of World Economy, Nações Unidas, 1977;

Willy Brand Commission Report, North-South: A Programme for Survival, Pan Books, Londres & Sidney, 1980;

The Global 2000 Report to the President of the US, Government Printing Office, Washington, D.C., 1980;

Willy Brand Commission Report, Common Crisis North-South: Cooperation for World Recovery, Pan Books, Londres & Sidney, 1983;

Willy Brand e Michael Mantley, Global Challenge, From Crisis to Cooperation: Breaking the North-South Stalemate, Report of the Socialist International Committee on Economic Policy, Pan Books, Londres & Sidney, 1985;

Olof Palme Commission Report, Common Security: A Program for Disarmament, Pan Books, Londres & Sidney, 1982;

Fidel Castro, The World Economic and Social Crisis, People's Publishing House, Delhi, 1983;

OCDE, Interfuctures, Paris, 1979;

Amilcar Herrera et al., Las Nuevas Tecnologías y el Futuro de América Latina; Siglo XXI, México, 1992.

O Desafio ao Sul - Relatório da Comissão Sul, ed. Afrontamento, 1990.

Durante as décadas de 70 e 80 a idéia de uma ordem mundial leva à criação de informes permanentes sobre a economia mundial:

Desde 1978 o Banco Mundial inicia uma publicação anual chamada World Development Report responsável pela análise de um ou dois temas centrais e publica, também anualmente, seu World Development Indicators.

Desde 1980 o Fundo Monetário Internacional publica seu World Economic Outlook anualmente até 1984, e tornando-se semestral posteriormente.

Desde 1986 as Nações Unidas publica o Report on the World Economy, baseado em informes regionais da Europa, América Latina, Ásia e África através de suas comissões regionais e de organizações especiais das Nações Unidas.

A UNCTAD tem mantido também seus informes anuais de grande valor crítico e excelente fonte estatística.

Em 1991 o UNDP inicia a publicação anual de Human Development Report.

Desde sua fundação em 1961, aOCDE estuda a economia mundial e publica o Economic Outlook, que abrange os seus países membros. A OCDE criou também um modelo econométrico mundial, o INTERLINK.

O WALRAS representa outro modelo multinacional que aplicou um modelo de equilíbrio geral para quantificar a economia internacional.

Durante este período foi criado um grande número de informes privados sobre a situação da economia mundial tais como, L'Etat du Monde, publicado desde 1981 pela editora La Découverte, Paris, e RAMSÉS - Rapport Annuel Mondial sur le Système Économique et les Stratégies, publicado desde 1981 pelo IFRI - Institut Français des Rélations Internationales, bem como The State of The World, da Worldwatch Institute Report, publicado desde 1984, sobre os progressos feitos no sentido de uma sociedade auto-sustentável.

(7) A mudança conceitual mais importante relativa à economia mundial relaciona-se com a constituição de uma nova tradição teórica na década de 70, e principalmente na década de 80 baseada na categoria de sistema mundial.

Fernand Braudel desenvolveu seus conceitos de "économie-monde" no terceiro volume de Civilisation Matérielle, Économie et Capitalisme, sob o título Le Temps du Monde, Armand Colin, Paris, 1979. Immanuel Wallerstein apresentou suas idéias sobre sistema mundo em The Capitalist World Economy e The Politics of the World Economy, ambos publicados pela Maison des Sciences de l'Homme, 1979 e 1984. Ele também publicou a síntese de seus conceitos em Le Capitalisme Historique. Sua perspectiva histórica da formação de um sistema mundo está sendo publicada em vários volumes do seu Modern

World System, Academic, New York, 1974, 1980 e 1989. As idéias de André Gunder Frank sobre o sistema mundo estão em “A Theoretical Introduction to 5000 years of World System History”, in Review, Binghamton, vol. XIII, n.2, pp. 155-248, primavera 1990. Samir Amin, desde sua tentativa de articular um processo de acumulação mundial (1974) vem intervindo sistematicamente no debate. Ver sobretudo seus últimos trabalhos de 1993, 1993b, 1995, 1996, 1996[a] (copiar na bibliografia Los Retos de La Globalización, p. 184) Um panorama bem amplo do debate sobre a mundialização do ponto de vista da Teoria do sistema mundial pode ser obtido através do Livro: Los Retos de La Globalización organizado por Francisco Segreras e editado pela UNESCO-Caracas, 1998.

Dois recentes debates metodológicos sobre o conceito de sistema mundo estão em: Olivier Dolphus, “Le Système Monde”, in L’Information Géographique, 1992 , n. 54, pp. 45-52, e Michel Beaud, “Sur la Connaissance de l’Économie Mondiale”, Mimeo, Paris, 1990. Um ensaio sobre as políticas econômicas e como estas se relacionam com a idéia do sistema mundo estão em Kostas Vergopoulos, “Mondialisation et Dispersion”, Université de Paris VIII, Mimeo, Paris, 1990. Octavio Lanni tentou uma sistematização no seu Teoria da Globalização, Vozes, 1994, Petrópolis.

Autores norte-americanos relacionam a teoria do capital monopólico de Sweezy e Baran e a escola da teoria da dependência como duas bases importantes da teoria do sistema mundo Frank aceita esta relação em sua autobiografia. Deve-se destacar sobretudo a influência de Paul Baron com sua Economia Política do Crescimento.

A literatura sobre a globalização da economia mundial, o processo de regionalização e a integração regional cresceu em progressão geométrica nos últimos dez anos sendo por demais extensa para ser apresentada aqui. Gostaria de lembrar, no entanto, as instituições mais importantes para o desenvolvimento

de uma nova linha teórica de abordagem da economia mundial neste últimos anos:

O Fernand Braudel Center, de New York State University at Binghamton é o mais importante centro de estudos do sistema mundial dentro do pensamento de Immanuel Wallerstein.

O CEPII (Centre d'Études, Perspectives et d'Informations Internationales), França, produz uma ampla análise da economia mundial, tendo inclusive seu próprio modelo econométrico.

O WIDER, na Finlândia, parte integrante da Universidade das Nações Unidas, produz um grande número de estudos sobre política econômica de acordo com uma abordagem em escala mundial.

O FAST, em Bruxelas, dedicava-se às previsões do desenvolvimento tecnológico em relação à economia mundial e à sociedade, tendo sido extinto em 1995.

O SPRU, em Sussex, dedica-se ao estudo das relações entre as mudanças tecnológicas e as 'ondas longas' de Kondratiev. Nesta mesma linha temos também o MERIT, Maastrich Economic Research Institute on Innovation and Technology que não dá a mesma importância às ondas longas.

O Starnberg Institute, em Starnberg, é especializado no estudo da divisão internacional do trabalho, desenvolvimento e corporações transnacionais.

O OCDE Development Studies Center tem inúmeras pesquisas sobre economia mundo e o papel dos países em desenvolvimento.

O GEMDEV, localizado na Universidade de Paris, reune todos seus institutos de pesquisa sobre economia mundial e o terceiro mundo e estabeleceu uma Rede de Estudos do Sistema-Mundo.

O IMEMO - Instituto de Economia Mundial e Relações Internacionais da Academia de Ciências da Rússia é a mais antiga instituição dedicada à economia mundial.

O Instituto de Economia Mundial e seus vários Centros da Academia de Ciências Sociais da China é um novo e importante ponto de apoio de um enfoque global.

Um esforço antropológico-ecológico-teórico para produzir-se uma teoria global da civilização mundial foi feito por Tadao Umesao, que organiza desde 1982, um simpósium anual sobre "A Civilização Japonesa e o Mundo Moderno" no Museu National de Etnologia que ele dirige em Osaka.

No Japão, o Institute of Developing Economies mantém um acompanhamento sistemático dos países em desenvolvimento, particularmente do Sudeste Asiático.

A Escola Francesa de Regulação está cada vez mais interessada na economia mundial. Seguindo a linha de François Perroux e Maurice Byé, Gerard Destanne de Bernis pretende realizar uma abordagem teórica para a economia mundial na forma da escola de regulação em seu tratado sobre Rélations Économiques Internationales, bem como suas pesquisas como diretor do ISMEA, em Paris.

Samir Amin dá seguimento às suas pesquisa sobre a África, bem como seu trabalho teórico sobre o sistema mundo, principalmente dentro do contexto do Third World Forum, no Cairo.

Em Cuba, o Centro de Investigaciones de la Economía Mundial, ligado ao comité Central do PC Cubano vem produzindo um acompanhamento sistemático da economia mundial.

No México, várias instituições dedicam-se mais ou menos sistematicamente ao tema como o Instituto de Investigaciones Económicas da UNAM, particularmente a equipe de pesquisa liderada por Ana Esther Ceceña, o Centro de Estudos Interdisciplinares, dirigido por Pablo Gonzales Casanova, o Centro de Estudos da Economia Mundial da Faculdade de Economia da Universidade Autónoma de Puebla e várias outras instituições.

René Dreifuss criou um centro de Estudos Estratégicos na UFF que estuda detalhadamente não somente as estratégias globais como as instituições dedicadas a estudar e agir a nível mundial. Em A Internacional Capitalista - Estratégias e Táticas do Empresariado Transnacional - 1918 a 1986, ed. Espaço e Tempo, Rio de Janeiro, 1987, ele fez um levantamento histórico destas instituições - seu mais recente livro sobre a Globalização, editora Vozes, Rio, 1996, expressa o resultado deste trabalho.

O GREMIMT - Grupo de Estudos sobre a Economia Mundial, Integração Regional e Mercado de Trabalho que dirijo na Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense busca consolidar meus estudos sobre o tema e desenvolve um balanço anual da conjuntura mundial ainda em maturação.

Foi criada em 1998, uma Cátedra UNESCO e uma Rede de Estudos sobre a Economia Global com o patrocínio da UNESCO e da Universidade das Nações Unidas sob minha coordenação que pretende gerar uma sinergia entre estas e outras instituições e pesquisadores voltados para o estudo do tema na expectativa de favorecer um salto de qualidade na análise do Sistema Mundial e seu futuro.

Segunda Parte

DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA

NO PENSAMENTO SOCIAL LATINO AMERICANO

I – A TEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO: CONTINUIDADE E MUDANÇA:

Que lugar ocupou a questão do desenvolvimento no pensamento social latinoamericano? Como vimos na primeira parte, este pensamento surgiu dentro de um quadro local e regional para evoluir em direção a uma contestação do pensamento social dos países centrais até ganhar uma universalidade que levou a influenciar outros esforços teóricos libertários em todo o mundo.

A temática do desenvolvimento, sob várias formas e apresentações, tem sido uma constante do pensamento social latino-americano. No século XIX, este esteve, em grande parte, dominado pelo debate sobre civilização e barbárie. A elite "criolla" via seus países cada vez mais retardarem-se dentro de um mundo em evolução muito rápida, no qual prevaleciam os valores culturais da Europa ocidental. Este atraso parecia explicar-se pela presença cultural, social e étnica majoritariamente não-européia. Dentro da suposta confrontação entre o Ocidente avançado e o Oriente atrasado, os latino-americanos se sentiam mais próximos do Oriente do que do Ocidente.

Esta percepção derrotista assume também a forma de localizar a América Latina no polo negativo da dicotomia entre o moderno e o arcaico, entre o urbano e o rural, entre o progresso e o atraso. Progresso passou a ser, inclusive, uma das categorias fundamentais do pensamento das classes médias latino-americanas, em muito influenciadas pelo pensamento positivista. O positivismo colocava como meta histórica da civilização o desenvolvimento da indústria, da tecnologia e da ciência, cuja implantação seria o resultado da ação de uma classe industrial.

Este progresso que a América Latina não conseguia protagonizar será visto, na segunda metade do século XIX, como o resultado da importação do conhecimento científico e das tecnologias e não como o desenvolvimento

próprio e autônomo das mesmas. Esta ideologia do progresso refletia o ponto de vista das classes médias que buscavam estar ao passo com os setores médios e as classes dominantes dos países centrais para os quais a América Latina exportava e dos quais ela importava.

Essa visão dicotômica começará a ser revista entre as décadas de 20 e 30 deste século, quando se consolida a perspectiva de industrialização da região. Em conseqüência começam a reformular-se esses pares dicotômicos. **(1)**

Nas décadas de 40 e 50, desenvolve-se o pensamento da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, das Nações Unidas) que vai dar um fundamento de análise econômica e um embasamento empírico, assim como um apoio institucional, à busca de bases autônomas de desenvolvimento. Estas se definiram através da afirmação da industrialização como elemento aglutinador e articulador do desenvolvimento, do progresso, da modernidade, da civilização e da democracia política.**(2)**

A industrialização se afirmou sobretudo no Brasil, México, Argentina, e em parte no Chile e na Colômbia. Para suas lideranças mais modernas a industrialização era a chave do desenvolvimento. O atraso, o arcaico, a barbárie eram resultado da especialização destas economias, voltadas para a exportação de produtos primários. Alguns autores, como Gilberto Freire, denunciavam a monoprodução como destruidora de alternativas econômicas. Outros denunciavam o capital estrangeiro, que teve um papel muito importante na criação do setor exportador de vários países, por se tornarem verdadeiros "enclaves externos", que não produziam nenhum efeito sobre o conjunto das economias nacionais. Os investimentos nos setores exportadores não criaram "economias externas".

Vai se consolidando a noção do subdesenvolvimento como uma situação econômica, social, política e cultural na qual se misturam de forma negativa o

"enclave", a monocultura, a questão racial, o colonialismo interno, o chamado "dualismo" econômico. Este conjunto de elementos atuam uns sobre os outros e configuram uma situação de atraso ou subdesenvolvimento, um círculo vicioso, que era necessário romper para conseguir avançar para o desenvolvimento.

No entanto, o conjunto de transformações associados à industrialização era encarado sob o título de Revolução Burguesa. Grande parte da problemática do desenvolvimento se inscrevia na questão da necessidade de uma revolução burguesa na América Latina. Era a sua ausência que explicava o atraso da região.

A Revolução Burguesa passava também pela questão agrária, vista sob dois aspectos: sob o aspecto de destruição do latifúndio como força política e econômica, que fundava o domínio das oligarquias rurais e dos setores voltados para a exportação de produtos primários. Tinha assim, portanto, um conteúdo político, social e econômico: a luta contra o latifúndio. Por outro lado, o latifúndio era mostrado como um gerador de desigualdade econômico-social e um bloqueio ao desenvolvimento do campesinato e à constituição de um mercado interno.

A reforma agrária aparecia, portanto, como uma solução para esses dois grandes problemas, e ela tinha antecedentes históricos extremamente importantes na região como a Revolução Mexicana, que exerceu uma grande força de irradiação ideológica sobre todo o continente. Esta revolução se desdobrou nas lutas revolucionárias na década de 1910, nas lutas pela criação do Estado moderno, nacional e democrático, alcançado através da Constituição mexicana de 1917. Ela afirmava o princípio da reforma agrária, da propriedade nacional dos minérios e das riquezas nacionais; do Estado como regulador da economia e do progresso vinculado a transformações sociais, econômicas e políticas.

A irradiação dos ideais da Revolução Mexicana fez-se ainda mais importante na década de 30, quando o governo de Cárdenas os aprofunda e radicaliza, levando a reforma agrária a um campo mais amplo, tentando desenvolver as cooperativas e os *ejidos* mexicanos, inspirados na Revolução Russa. Através da nacionalização do petróleo, Cárdenas afirmava o princípio do monopólio estatal das riquezas nacionais e, através da instituição do plano econômico, defendia a necessidade do Estado conduzir o processo de industrialização.

Através da afirmação das centrais camponesas e operárias como forças fundamentais de condução do Estado mexicano, configura-se um quadro político em que a democracia liberal seria substituída por uma democracia participativa; onde a organização política e sindical dos trabalhadores constituía uma das bases fundamentais de um outro conceito democrático muito inspirado nos processos revolucionários mundiais socialistas, que se consagravam no processo mexicano através da idéia da educação socialista.

A irradiação da influência mexicana se cristaliza em figuras como Haya de la Torre, criador do APRA peruano, que afirmava o conceito da indo-América. Nele e em outros líderes políticos da região as questões social, racial, étnica e cultural se intermesclavam para afirmar a autonomia das nações latino-americanas. Esta autonomia se fundava na afirmação das populações indígenas, tese que vai ter sua influência inclusive nos partidos comunistas, que vão ter de adaptar a ideologia da Terceira Internacional às condições específicas do Terceiro Mundo em geral e da América Latina em particular.

Tentando imitar a discussão que se travava na Ásia (sobretudo na Índia e na China), procurava-se buscar na América Latina uma população autóctone, dominada pelos europeus, pela colonização e pelo imperialismo. As populações indígenas apareciam como a fonte de uma luta social que seria também econômica e política. Nos anos 20, Mariátegui buscara demonstrar que a

questão indígena tinha seu fundamento na questão agrária. Mella destacara o papel dos movimentos estudantis e Ponce colocara em primeiro plano a necessidade da educação.

Mas o marxismo latino-americano não pôde escapar deste contexto mais global formado pelo o pensamento democrático latino-americano que tinha se desenvolvido durante o século XIX, mais particularmente no seu final, em autores como Martí e Hostos, que lutavam pela afirmação nacional, anti-imperialista e anticolonial em Cuba e Porto Rico. **(3)** Independente dos debates sobre questões específicas, o quadro, no seu conjunto, era caracterizado pela necessidade de passar por uma revolução burguesa na América Latina. Esta revolução burguesa necessitava de uma classe protagônica que seria uma burguesia industrial nacional.

As forças sociais e movimentos de esquerda, particularmente os partidos comunistas, alcançaram o seu auge político na América Latina entre os anos 30 e 50. Nesta época, a União Soviética como grande potência industrial e vencedora da Segunda Guerra Mundial, atraiu o apoio da intelectualidade, de grande parte da tecnocracia, de setores da indústria (inclusive empresariais) como um modelo de solução dos problemas do atraso econômico através da planificação. Alguns autores invocavam o conceito de Schumpeter do empresário inovador, para caracterizá-lo como o protagonista dessa revolução. Tratava-se de superar um quadro histórico marcado pelas "sobrevivências feudais" ou pré-capitalistas interpretadas de várias maneiras. Contudo, nos anos 30 e 40, a condição de exportador de matérias-primas, de produtos primários, agrícolas, etc., vai se constituindo cada vez mais como o obstáculo econômico crucial.

II – A CEPAL E A SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES:

A afirmação desse ponto de vista se faz ainda mais clara com a criação, em 1947, da Comissão Econômica para América Latina das Nações Unidas sob a liderança de Raul Prebisch. Ele aprofunda a crítica sobre o papel do setor exportador como o principal obstáculo ao "desenvolvimento econômico". Este enfoque substituía em grande parte o conceito da revolução burguesa.

A CEPAL era uma organização emanada dos governos latino-americanos e um órgão encarregado da proposição de políticas e assessoria a governos. Seus estudos se concentraram nas políticas capazes de viabilizar o processo de industrialização procurando superar os obstáculos ao desenvolvimento. Suas propostas de políticas preservavam, contudo, as estruturas de poder existentes.

O desenvolvimento industrial da região tornara-se dependente do setor exportador, através do processo de substituição de importações. Este processo foi resultado de uma situação histórica e depois passou a ser sistematizado a nível teórico e conceitual. Ele foi resultado de algo que André Gunder Frank assinalou com muita ênfase nos seus estudos sobre América Latina: das dificuldades geradas pelas crises globais do capitalismo mundial. Em particular, a crise de 1929 teve um efeito limitante do comércio mundial, que caiu, na época, em cerca de 50%, diminuindo as importações da região.

Celso Furtado mostrou também como a política de financiamento dos estoques de café no Brasil manteve a renda média do país durante a crise de 1929 e, portanto, a demanda interna. Em outros países buscou-se ao máximo preservar o poder de compra interno. Criou-se assim um protecionismo espontâneo, conseqüência da crise econômica mundial, que viabilizou o desenvolvimento da indústria nacional, a qual passou a substituir grande parte dos produtos que se importavam anteriormente.

A Primeira e a Segunda Guerra Mundial cumpriram o papel de limitantes das importações, mas, ao mesmo tempo, funcionaram como estimuladores das exportações. Neste sentido, foram conjunturas extremamente favoráveis à substituição de importações.

Alguns autores, entre os quais me coloco, chamaram a atenção também para as crises dos anos 30, 40, 60, 80 e 90 do século XIX que só não produziram um efeito importante em termos de industrialização porque a etapa de desenvolvimento manufatureiro da região latino-americana era ainda muito débil, impedindo-a de aproveitar as circunstâncias geradas pela crise.

Por outro lado, as grandes expansões econômicas mundiais nas décadas de 1850 e 1860 e no período de 1895 a 1914, vão reestruturar fortemente a economia da nossa região a favor das exportações de produtos agrícolas e matérias-primas demandadas pela economia européia (e posteriormente também a norte-americana) em plena expansão.

O fenômeno da substituição de importações surgiu como resultado das crises e contrações do comércio mundial e começará a ser objeto de sistematização teórica e política na década de 30, quando em um artigo muito importante no Boletim do Ministério de Indústria, Comércio e Trabalho, Roberto Simonsen, o grande historiador econômico e líder industrial brasileiro, o descreveu pela primeira vez.

Na década de 50, a CEPAL estudou as particularidades deste processo de substituição de importações: ele se inicia pela substituição de importações de produtos de consumo, sobretudo de elite, que logo se vêem saturados. Mas nos anos 40 a substituição de importações se orienta para os bens de consumo durável e somente numa última etapa, já na década de 60, começa uma substituição no setor de maquinárias. Essa característica do processo de industrialização baseado na substituição de importações fez com que o

crescimento industrial dependesse enormemente das divisas obtidas com as exportações. Estas foram, em alguns casos, radicalmente apropriadas ou mesmo expropriadas pelo Estado, para servir ao processo de industrialização. É o caso típico do Brasil, onde a estatização do comércio exterior se afirmou definitivamente na década de 30, apossando-se o Estado das divisas obtidas com as exportações e pagando aos exportadores em moeda nacional.

Esta política foi objeto da reação latifundiária e comercial exportadora, que denunciava o chamado "confisco cambial". A política cambial passou a definir o valor da moeda nacional diante das moedas internacionais, através das taxas de câmbio, gerando um efeito profundo sobre a riqueza do setor exportador. Este recebia em moeda nacional o resultado das suas exportações e era obrigado a comprar no mercado interno seus produtos de consumo e nele realizar seus investimentos.

Essa articulação estrutural entre a sobrevivência do setor exportador e a industrialização vai configurar uma aliança política muito própria dos países latino-americanos, nos quais encontramos uma política de sobrevivência do latifúndio apoiada pela burguesia industrial. Esta ficou limitada na sua dimensão revolucionária, tendo de abandonar a perspectiva de uma confrontação com as oligarquias tradicionais e de uma distribuição de renda no campo que gerasse um mercado interno mais significativo. Ela não foi capaz de vender meios de produção e produtos de consumo para a massa camponesa e assim aumentar a capacidade produtiva dos países através da expansão da sua demanda interna. Criou-se, em conseqüência, um bloqueio estrutural ao desenvolvimento econômico da região.

Esta limitação estrutural reflete-se claramente no pensamento da CEPAL. A CEPAL, representando em grande parte essa burguesia industrial, procurou saídas que não afetassem a questão agrária e que permitissem expropriar recursos do latifúndio com mecanismos de intervenção estatal, sem chegar ao

enfrentamento com ele. Um desses mecanismos foi a inflação, que permitia uma política de preços relativos favorável ao setor industrial. Outro mecanismo, como vimos, foi a nacionalização das divisas e a política cambial. Por fim, foram usados recursos baseados na intervenção direta do Estado na economia rural com subsídios à produção exportadora enquanto se protegia os produtos agrícolas de consumo popular, com subsídios que asseguravam o apoio das camadas urbanas mais pobres.

A natureza capitulacionista da burguesia na região mostrava-se também em sua atitude conciliadora diante do capital externo. Apesar de reconhecer seu caráter expoliativo, ela necessitava do mesmo pelo controle que exercia sobre a tecnologia e sobre os mercados internacionais, dominados por poderosos cartéis e monopólios. O capital internacional dominava grande parte dos setores voltados para a exportação, a energia, os transportes, as comunicações, em alguns casos, a industrialização dos produtos exportados ou ainda a comercialização destes produtos.

Neste quadro, o capital internacional aparecia como um aliado da estrutura latifundiária ou mineira exportadora, da economia monocultora, do latifúndio que mantinha relações de trabalho semi-servis que se caracterizavam, em geral, como "pré-capitalistas". André Gunder Frank teve um papel extremamente positivo ao caracterizar, na década de 60, estas economias como uma modalidade de capitalismo, criada a partir da evolução da economia mundial e da divisão internacional do trabalho. É verdade que esta modalidade de capitalismo dependente e subordinado estava sob a hegemonia do capital mercantil e não desenvolvia elementos essenciais para o avanço do capitalismo, como o regime assalariado e a formação de um proletariado moderno. Mas não nos esqueçamos que o primeiro proletariado latino-americano surgiu ligado ao setor exportador. As primeiras manifestações proletárias na região estão associadas notoriamente aos centros mineiros onde se constituiu um proletariado mineiro com certo grau de organização cujos exemplos mais

brilhantes se encontram no Chile e na Bolívia. Foi ainda no setor ferroviário, voltado para o escoamento das exportações, que surgiu outra categoria fundamental do movimento sindical latino-americano. Foram ainda os assalariados agrícolas da *United Fruits* que marcaram, na América Central e no Caribe, sua presença revolucionária nos anos 20 e 30.

Uma massa de operários industriais só se constituiu no fim do século XIX e nos anos da Primeira Guerra Mundial. Seu caráter artesanal se expressava na sua orientação ideológica anarquista que predominou na região até o fim dos anos 20. Somente nos anos 30 começa a se afirmar uma indústria nacional com a formação dos tecelões, dos metalúrgicos e de um sindicalismo industrial urbano.

A burguesia industrial latino-americana, que nascia no processo de industrialização dos anos 30 e 40, se via numa situação difícil em relação ao capital internacional. Ela aspirava substitui-lo, mas não tinha o conhecimento tecnológico nem o peso financeiro para enfrentar os grandes investimentos que se faziam necessários para assegurar sua competitividade numa fase mais avançada do desenvolvimento tecnológico. Daí ela ter se apoiado no Estado para cumprir grande parte dessa tarefa, sobretudo naqueles setores onde o capital internacional se recusava a investir. O caso mais típico é o do petróleo da América Latina que era considerado pelos centros estratégicos mundiais mais como uma reserva dos Estados Unidos do que como uma zona a ser explorada. Isto leva o capital internacional a não se interessar pelo investimento petroleiro, exceto no caso da Venezuela, onde este existia à flor da terra, abundante e barato. Era pois natural que, em geral, o capital internacional aparecesse como uma restrição à industrialização da região e um apoio ao setor exportador e à oligarquia rural, mineira e comercial exportadora.

Tratava-se, portanto, de reorientar o investimento internacional, e esta é a problemática que a CEPAL vai tentar enfrentar conceitual e praticamente, ao

colocar o capital internacional como um elemento essencial de apoio ao desenvolvimento econômico e industrial de nossos países. O capital internacional aparecia como um complemento à poupança interna necessária à industrialização. Na prática, o capital internacional poderia trazer do exterior maquinária, um sistema de produção, uma tecnologia que o capital nacional não possuía. Mas raramente se dispunha a trazer os recursos para o seu funcionamento na economia local. Pelo contrário, ele buscava apoiar-se na poupança interna dos países onde investia com o objetivo de financiar sua instalação. Ele necessitava, por exemplo, de uma ampla infra-estrutura energética, rodoviária, de comunicações, etc., que caberia aos países hospedeiros viabilizar. Neste sentido realizaram-se várias missões norte-americanas nos anos de pós-guerra com o objetivo de promover a criação desta infra-estrutura de energia e transportes capaz de sustentar a entrada maciça dos investimentos industriais nas décadas de 50 e 60.

O pensamento econômico da CEPAL seguia um caminho paralelo a essas tendências históricas. Na década de 50, ele concentrou-se na crítica à exportação de produtos primários, mostrando o seu limite histórico através do mecanismo da perda dos termos de intercâmbio. Mostrou ainda que a hegemonia do setor exportador, tal como se configurava, era um obstáculo ao processo de industrialização. Mas, ao mesmo tempo, mostrava que era necessário extrair excedente deste setor para dedicá-lo ao setor industrial. Isto exigia mecanismos de intervenção indiretos, como a inflação, que permitissem uma política de preços relativos mais favorável ao setor industrial urbano, ou a intervenção direta do Estado (gerando recursos por vias às vezes deficitárias) para viabilizar esse processo de industrialização.

Estamos, portanto, num contexto bastante novo. A temática do desenvolvimento tal como se apresenta na década de 50 e 60, sob a influência do pensamento cepalino, já sai do debate entre civilização e barbárie, entre o moderno e o arcaico, entre o progresso e o atraso para produzir um debate mais

consistente em termos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, entre uma estrutura industrial moderna, com todas as suas conseqüências sociais e políticas, em oposição a uma estrutura exportadora agrária ou mineira, que deveria ser progressivamente substituída.

III – A REVOLUÇÃO BURGUESA E A NOVA DEPENDÊNCIA:

No plano da esquerda, particularmente no Partido Comunista, a mesma questão se colocava sob o conceito da necessária "revolução democrático-burguesa". Afirmava-se a necessidade de uma burguesia nacional, que deveria ser apoiada pelo movimento proletário operário, urbano e camponês, para realizar as transformações democrático-burguesas que viabilizariam o progresso dessas regiões. O movimento operário se afirmaria dentro dessa nova sociedade democrática nacional.

Essa visão da revolução democrática se desdobrava em enfoques mais ou menos radicais: desde aqueles que afirmavam que a revolução democrático-burguesa deveria ser dirigida pela burguesia nacional, àqueles que diziam que o movimento operário e o movimento camponês deveriam assumir a liderança dessa revolução burguesa, seja empurrando a burguesia, seja assumindo diretamente as tarefas da revolução democrático-burguesa. Essa problemática alcançou o seu auge nas décadas de 50 e 60, quando se agregou a ela a questão do capital internacional e do papel do imperialismo.

O raciocínio era complexo. Essa revolução democrática burguesa era uma revolução nacional e democrática. Para afirmar-se, ela tinha de conter o papel do imperialismo como força sustentadora dos setores exportadores oligárquicos e anti-industrialistas. Mas que posição tomar em relação ao imperialismo ligado ao setor industrial, isto é, ao capital internacional que passava a investir no setor industrial? Neste caso as posições eram ainda hesitantes e confusas. A tendência era aceitar esse capital internacional mas submetê-lo a certo controle para conter a saída dos lucros por ele obtidos e obrigá-lo a ter um papel subsidiário ao desenvolvimento industrial da região.

É neste contexto que se iniciou uma reinterpretação da revolução burguesa na região e do papel das economias chamadas "pré-capitalistas". Foi necessário repensar o papel do desenvolvimento capitalista na região e situar sua evolução econômica dentro da expansão do capitalismo mercantil europeu, particularmente português e espanhol. Posteriormente, o capital mercantil vê-se substituído pelo capital manufatureiro e posteriormente industrial holandês, francês, inglês e norte-americano. Foi necessária ainda uma revisão profunda no enfoque da nossa história, procurando mostrar que as relações escravistas e servis foram estabelecidas pelo capital comercial, que se combinou posteriormente com os interesses do capital industrial moderno, que necessitava de matérias-primas e de produtos agrícolas a preços baixos. Gerou-se então um tipo de servilismo e de escravismo modernos, muito diferente do escravismo clássico do regime servil feudal. Era necessário uma rediscussão profunda sobre o passado pretensamente feudal da região.

Nesse momento, estudos que já tinham sido produzidos nas décadas de 30 a 50, como a história econômica, de Roberto Simonsen, ou os trabalhos de Sergio Bagu sobre o regime colonial, os de Luis Vitale sobre o capitalismo no Chile, os de Caio Prado Junior sobre a colonização e a questão agrária no Brasil e de Celso Furtado sobre o papel do setor exportador, formavam um conjunto de críticas contundentes à tese do caráter feudal da economia colonial. André Gunder Frank vai se apoiar nestas pesquisas para incitar a uma mudança de paradigma ao afirmar que não se podia falar de uma economia feudal na região, mas sim de modalidades de expansão do capitalismo comercial, e depois do capitalismo industrial.

Frank ofereceu, contudo, um modelo de interpretação destas relações internacionais que procurava articular os vários níveis de colonização interna e de extração de excedentes para o exterior desde as regiões mais distantes, passando pelas centralizações locais, regionais e nacionais, para terminar nas mãos do capital internacional. Ele denunciava a existência de um processo

brutal de extração de excedentes da região, inviabilizando o seu desenvolvimento econômico. Ao contrário do que se dizia então, o domínio do capital internacional produzia um processo de expropriação de suas riquezas, em vez de ser um fornecedor de capital e colaborador do desenvolvimento econômico da região.

Esta constatação vai ser formulada, repensada e rearticulada muitas vezes pelo pensamento latino-americano, que tentou escapar do radicalismo expresso na visão inicial de Frank. Buscou-se balancear a relação entre a entrada de capitais externos, sob a forma de maquinárias, de tecnologia, etc., e a expropriação das riquezas da região, sob a forma da retirada de lucros e de preços relativos desfavoráveis para o setor agrário e mineiro. Essa revisão de conjunto tinha implicações muito grandes no que se refere ao papel da burguesia nacional. Alguns autores, como Frank, procuravam afirmar a inexistência dessa burguesia nacional, outros, como eu mesmo e Fernando Henrique Cardoso, destacávamos o seu compromisso crescente com o capital internacional.

Eu pessoalmente, bem como o grupo de pesquisa com o qual trabalhei (veja-se sobretudo o estudo de Vânia Bambirra ***El Capitalismo Dependiente da América Latina***, Siglo XXI, México), optei pela segunda visão, tentando mostrar que entre os anos de 20 e 50 tentou-se afirmar uma burguesia nacional de base industrial na região. Ela esteve na raiz do cardenismo, ela deu origem ao pensamento da CEPAL e a modelos ideológicos bastante sofisticados, como o ISEB no Brasil. Ela influenciou visões mais pequeno burguesas, como o APRA peruano, que se apresentou sob várias modalidades no resto da região. Ela serviu de inspiração e apoio aos movimentos de tipo populista, de afirmação nacional democrática, desde as suas formas mais radicais, como a revolução mexicana, nos seus vários desdobramentos, sobretudo através do cardenismo, até figuras menos radicais, mais conservadoras, como Péron ou Vargas. Todas elas faziam parte, contudo, de uma visão nacional e democrática. Ambos

conceitos eram vistos como instrumentos e como condição *sine qua non* de afirmação dos povos; como condição do seu desenvolvimento econômico.

Esse enfoque histórico-crítico foi desenvolvido pela teoria da dependência em trabalhos meus e do grupo do CESO da Universidade do Chile e teve um dos seus momentos mais brilhantes na obra de Ruy Mauro Marini, em 1967, na sua visão do sub-imperialismo, ao mostrar que a implantação de economias industriais em vários países latino-americanos dava origem ao surgimento do capital financeiro na região. Este capital financeiro não se contentaria, contudo, com a modalidade de desenvolvimento local, mas aspiraria a um desenvolvimento regional, à extração de excedentes fora de suas fronteiras, e buscaria uma conciliação com o capital internacional, algum tipo de aliança para poder se afirmar como capital financeiro. Este era o caso que muito claramente se configurava no Brasil que se encontrava, naquele momento, muito à frente nesse processo.

Ao mesmo tempo eu buscava mostrar que os ciclos econômicos latino-americanos, que estavam, até a década de 50, extremamente vinculados aos ciclos da economia mundial e seus efeitos sobre a produção agrícola e sobre a produção mineira, mudavam de caráter a partir da década de 50. Devido ao avanço da industrialização, os ciclos passavam a apresentar modalidades endógenas, ciclos de 4 e 10 anos, que refletiam já a interiorização de uma indústria de maquinárias com sua dinâmica tecnológica própria e sua conseqüênte forma cíclica.

Busquei mostrar também que o avanço desse setor industrial colocava a necessidade de estabelecer uma nova política diante do capital internacional. Este vinha substituir o capital nacional no processo de industrialização, trazendo tecnologias, financiamento e padrões de competitividade de economias que já tinham produtos tecnologicamente maduros. Era inevitável, portanto, que este capital internacional submetesse o capital nacional à sua dinâmica, que refletia a

força emergente de uma economia mundial baseada num novo tipo de empresa multinacional. Devo lembrar que fui o primeiro a analisar a sua expansão na América Latina, sobretudo no meu livro O Novo Caráter da Dependência.

Este conjunto de novos estudos levava a uma reformulação de ordem teórica global e exigia uma metodologia de análise que situasse a história da América Latina no contexto da expansão do sistema capitalista mundial e que visualizasse, portanto, o surgimento dessas economias como uma modalidade específica da expansão do capitalismo a nível mundial. Modalidade específica esta que se redefinia em cada país, em cada região, em cada localidade, de acordo com as estruturas econômicas e sociais encontradas pelos colonizadores, que vinham implantar essas economias exportadoras. As tentativas de resolver as limitações das economias locais levou inclusive ao comércio escravo africano, dando origem a esse violento processo de transplante de grande parte da população africana para a América Latina, o Caribe e o sul dos Estados Unidos para constituir uma economia exportadora do Caribe ao Atlântico Sul.

Criou-se assim um grande complexo econômico, dominado inicialmente pelo capital comercial e manufatureiro, que deu inicio à implantação de um moderno sistema manufatureiro agrícola exportador. Os engenhos de açúcar não podem ser considerados simplesmente fonte de uma economia agrária tradicional ou feudal, mas se tratava de um setor avançado de uma economia moderna, voltada para a exportação e para a produção mercantil em alta escala. Ela vai evoluir para uma nova fase com a expansão do capital industrial na Europa e a reconversão dessa região para atender as novas demandas do processo de industrialização europeu.

Tudo isso formava um novo contexto de ordem global, que vai redefinir as perspectivas da região latino-americana. Aqueles países que procuravam sair deste contexto e nos quais se desenvolvera uma economia interna, com

distribuição de renda e formação de um mercado interno através de soluções políticas próprias e criativas, foram simplesmente destruídos. Estes foram os casos das missões indígenas jesuíticas-destruidas pela coroa hispano-portuguesa - ou das rebeliões de certos polos manufatureiros em toda América Latina durante durante os anos de 1840-52, ou ainda a economia manufatureira do Paraguai, que foi arrasado através de uma guerra genocida, conhecida no Brasil como Guerra do Paraguai. Estes regimes manufatureiros eram ainda infantes e não tinham poder para sobreviver à força de expansão da economia mundial que entrara num ciclo de expansão extremamente exitoso de 1850 até 1871-75.

Os mercados internos locais criaram economias mais fortes somente durante a crise mundial entre 1871-75 e 1895 e posteriormente, durante a crise global iniciada com a guerra de 1914, que se desdobra na crise de 1929 e na Segunda Guerra Mundial. Nestes períodos, estabeleceram-se, como vimos, condições favoráveis para o início de um processo de industrialização na região, sob a modalidade da substituição de importações. Mas esta economia industrial nascente vai se enfrentar, depois da Segunda Guerra Mundial, ao fenômeno da reestruturação da economia mundial sob a hegemonia norte-americana.

Esta reestruturação se baseou na implantação da revolução científico-técnica e na expansão e difusão mundial das tecnologias de produção massiva, particularmente no setor de bens duráveis. Esta expansão criou uma nova fase dos investimentos que partia dos centros criadores dessa tecnologia para o exterior. De um lado, tratava-se de modernizar e aumentar a competitividade destes centros, substituindo um parque industrial envelhecido em vinte e cinco anos de depressão econômica, de 1918 a 1940-45. Por outro lado, tratava-se de aproveitar a criação de novas industrias de bens duráveis que serviam de suporte a estes novos investimentos internacionais.

Durante as décadas de 50 e 60, o processo de industrialização dos países dependentes ainda continuava substituindo importações, mas em muitos casos, passou-se a produzir produtos completamente novos, inovações que foram introduzidas pelo capital internacional. O fortalecimento das barreiras tarifárias estabelecidas durante os anos 30 e 40, havia criado condições favoráveis para indústrias nascentes nos países em desenvolvimento. O capital internacional procurou então saltar as barreiras alfandegárias para investir no interior destes mercados protegidos e beneficiar-se de suas vantagens. Desta forma, o capital internacional abandonava sua base de investimento tradicional nos setores primários exportadores, para investir na produção de manufaturas voltadas para o mercado interno dos países dependentes e subdesenvolvidos.

A aparição do capital internacional no campo industrial criava uma nova relidade para o pensamento ideológico da região e gerava um re-alinhamento de forças que foi se produzindo num amplo processo de lutas na década de 50. Estas lutas foram marcadas pelas revoluções boliviana (1952), equatoriana (1954), venezuelana (1958) e cubana (1958-59), todas voltadas contra as velhas oligarquias primário-exportadoras e os regimes autoritários que as sustentavam. Cada um destes processos revolucionários sofreu uma oposição sangrenta do capital internacional e particularmente do governo norte-americano quando tentava nacionalizar o setor exportador e dividir a terra pela reforma agrária. Neste período, acentua-se também a luta das forças aliadas ao capital internacional contra as lideranças e movimentos populistas que mantinham o projeto nacional democrático. Entre elas destacou-se a deposição de Perón (1955) e a tentativa de *impeachment* de Vargas, que o levou ao seu suicídio (1954).

No fim dos anos 50, consolidou-se nos Estados Unidos a visão de que a implantação de um processo de desenvolvimento necessitava de uma elite militar, empresarial e até mesmo sindical que estabelecesse um regime político forte esclarecido e modernizador. Esta visão se expressou no livro de Johnson

Johnson sobre as classes médias latino-americana e fêz parte de um projeto político de intervenção na região que teve uma de suas principais bases na Universidade de Stanford, na California.

O golpe de estado de 1964 no Brasil foi o momento fundador deste novo modelo. Ele conseguiu conter a burguesia nacional mais importante do hemisfério sul, que tinha aspirações a ser um poder internacional ou pelo menos regional significativo, devido à extensão do seu país e às suas riquezas naturais. Em substituição a este projeto nacional, o regime militar criado em 1964 dava origem a uma modernização fundada na aliança e integração dessa burguesia ao capital multinacional, consagrando um tipo de desenvolvimento industrial dependente, subordinado às modalidades de expansão e de organização do capitalismo internacional que submetia os centros de acumulação locais à lógica de expansão do centro hegemônico mundial. A partir de então, através de golpes militares sucessivos, submeteram-se as burguesias locais à condição de sócios menores do capital internacional, levando-as a abandonar suas perspectivas de independência nacional e pretensões de desenvolvimento tecnológico próprio.

Estes golpes se basearam no terror e na tortura, em formas cada vez mais duras de ação terrorista do Estado. Tratava-se de uma nova modalidade de fascismo. O conceito de fascismo não tem que ver necessariamente com a existência de partidos ou movimentos fascistas. O fascismo se impôs em toda a Europa nos anos 30 sem contar com partidos fascistas importantes na maior parte dos países. Trata-se de um regime do capital monopólico, baseado no terror. Isto foi exatamente o que se desenvolveu entre 1964 e 1976 na América Latina e outras regiões do Terceiro Mundo. Esta modalidade de fascismo induzia a que, nas zonas onde ainda sobrevivia alguma condição democrática, se unissem forças para atuar sobre o sistema econômico mundial na busca de melhores condições de negociação para os países dependentes.

IV – A NOVA ORDEM ECONÔMICA MUNDIAL: OFENSIVA DO TERCEIRO MUNDO:

Foi sob a inspiração de Raúl Prebisch que se criou a UNCTAD, no início da década de 60, para articular as reivindicações econômicas do Terceiro Mundo. Foi o governo venezuelano de Andrés Peres que nacionalizou o petróleo venezuelano e originou a OPEP, cuja ação de reabilitação do preço do petróleo abalou a economia mundial em 1973. Foi o presidente Echeverría, do México, que, procurando retomar princípios do cardenismo, propôs e conseguiu aprovar nas Nações Unidas a Carta de Direitos Econômicos das Nações e criou o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA).

Estas mudanças expressavam o surgimento na arena mundial dos novos Estados póscoloniais que geraram um avanço do Terceiro Mundo como polo ideológico. A isto se aliava o avanço dos países socialistas, na medida em que muitos dos processos de transformação do Terceiro Mundo se dirigiam cada vez mais para uma transição socialista. Estas mudanças se manifestam sobretudo na criação do Movimento dos Não-Alinhados, que procura articular politicamente o Terceiro Mundo, abrigando-se ideologicamente nas teses lançadas em 1955 pela Conferência de Bamdung. Esta conferência iniciou um profundo movimento ideológico, diplomático e político que representou uma tentativa de repensar o mundo sob o ponto de vista daqueles países que tinham sido subjugados ao regime colonial durante mais de 200 anos e que regressavam à arena internacional como Estados modernos que se apoiavam sobre as grandes civilizações da humanidade. Esta nova realidade exigia uma revisão profunda da economia mundial.

A década de 70 esteve marcada pela contra-ofensiva da Comissão Trilateral com o objetivo de unir os Estados Unidos, a Europa e o Japão contra esta ofensiva do Terceiro Mundo e do campo socialista. Ela se apoiou na política de "Direitos Humanos" do presidente norte-americano Jimmy Carter. Tratava-se de produzir uma desvinculação ativa das democracias ocidentais com os governos ditatoriais de base militar que elas haviam inspirado há pouco tempo atrás. Estes regimes haviam cumprido seu papel repressivo e tendiam agora a desenvolver pretensões nacionalistas inaceitáveis para uma economia mundial em globalização.

Esta política de liberalização conservadora continuou na década de 80 sob a égide dos governos conservadores de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, com apoio de Helmut Kohl na Alemanha, e várias experiências de políticas neoliberais fundadas, em 1989, no "Consenso de Washington". Neste consenso uniam-se o FMI, o Banco Mundial e outras agências internacionais para impor o "ajuste estrutural" aos países dependentes, cercados por uma brutal elevação da taxa de juro internacional, que convertia suas elevadas dívidas externas em fantásticas sugadoras dos seus excedentes econômicos, levando-os à estagnação e até mesmo ao retrocesso econômico-social.

Ainda está para ser definitivamente avaliada a profundidade das transformações produzidas na economia mundial durante a década de 80. Sobre elas escrevi artigos tentando explicar a base da recuperação econômica que se deu na economia mundial entre 83 e 87, a qual se apoiou no déficit fiscal norte-americano, que lançou sobre a economia mundial uma demanda de centenas de bilhões de dólares, permitindo uma reativação da economia internacional que deixava para o futuro a questão do déficit fiscal norte-americano com todos os seus desdobramentos que estamos assistindo na década de 90, entre os quais a crise que se abateu sobre a economia mundial entre 1989 e 1994.

Nesse contexto, a teoria da dependência foi atacada pela direita e pela esquerda. Desde a esquerda, este ataque vinha do setor que afirmava que esta teoria representava uma espécie de evolução do pensamento da CEPAL, ao manter a importância de questões como o capital internacional, a economia exportadora e a divisão internacional do trabalho. Segundo eles, tratava-se de uma predominância dos elementos ligados à circulação econômica sobre o estudo do sistema produtivo. Segundo esses críticos, o centro do debate teria de estar na questão do modo de produção e das relações de classe social, como se as classes sociais não se constituíssem no interior dos modos de produção e dos sistemas econômicos e formações sociais concretos **(4)**.

Na verdade esta reação crítica ultra-esquerdista esteve muito inspirada na revolução cultural chinesa e era muito influenciada pela idéia de uma revolução agrária, que substituía a visão marxista do papel do proletariado moderno. Estas críticas eram uma espécie de canto de cisne da visão que atribuia ao regime feudal e às modalidades das nossas economias agrárias tradicionais um papel central nas economias latino-americanas e caribenhas. Ironicamente, foi na década de 80 que se terminou com o resto do sistema econômico rural voltado para uma economia de autoconsumo tanto na América Latina como na África, e em grande parte da Ásia. As décadas de 70 e 80 foram marcadas pela destruição das economias de autoconsumo e o lançamento de massas gigantescas das regiões rurais em direção às regiões urbanas do Terceiro Mundo, gerando um fenômeno de marginalidade urbana crescente, concentrada nas grande metrópoles do Terceiro Mundo.

Esta crítica de ultra-esquerda não tinha realmente nada a oferecer. Mas houve, de outro lado, a reação conservadora e globalista. Ela se fundou na ofensiva Reagan-Tatcher que se formou em torno da recuperação da economia norte-americana de 83 a 89, apresentada como criadora de uma nova modalidade da economia mundial. Mas as formas que ela assume na década de 80 não são necessariamente as formas finais de uma nova economia mundial

globalizada. Pelo contrário, neste período produzem-se desvios muito profundos neste processo de globalização, sobretudo a criação de uma enorme bolha financeira internacional.

As transformações acontecidas no campo socialista, com a queda do chamado "império soviético", no fim da década, são apresentadas como expressões de um triunfo total do pensamento neoliberal no econômico e no político. Esta excitação ideológica vai encontrar seu ponto mais alto na obra de Fukuyama sobre O Fim da História. Ele dedica à teoria da dependência um capítulo do seu livro e a indentifica como o grande inimigo a ser destruído, como a última modalidade de resistência ao fim da história e à vitória definitiva do capitalismo e do liberalismo no mundo.

Atualmente esta reação conservadora globalista da década de 80, que mantinha uma certa adesão a alguns princípios liberais, está em plena crise. Não só pelas dificuldades econômicas que a recessão traz para a viabilização desse modelo, mas também pelo desgaste da ideologia neoliberal e a sua substituição, no pensamento conservador, por tendências fascistas que estão ganhando corpo no mundo na década de 90, enquanto as alas mais dinâmicas do capital necessitam de ampliação de mercados para viabilizar um novo período de expansão capitalista.

Façamos uma recapitulação que nos permita explicar este movimento histórico. O governo Carter, como vimos, colocou a questão dos direitos humanos como objetivo central de sua política externa, confrontando-se com os regimes militares que tinham sido criados pelos Estados Unidos na década de 60 e início da década de 70. Esta confrontação se devia a duas razões fundamentais: Primeiramente, havia uma razão de caráter mais profundo e global, que é a contradição crescente entre o processo de globalização da economia mundial, e as resistências nacionalistas de governos nacionais,

apoiados sobre exércitos nacionais, que terminavam por criar obstáculos ao processo de globalização.

O caso mais extremo foi o da revolução peruana, onde se estabeleceu, em 1968, um regime de esquerda comandado por militares. Outro caso considerado extremamente perigoso era o regime militar brasileiro, onde um radicalismo de direita, com laivos nacionalistas e pretensões de grande potência, se estabeleceu durante o governo Medici (1989-93). Este enfoque teve ainda certas prolongações no governo Geisel, com o acordo nuclear entre o Brasil e a Alemanha e outros desdobramentos dessa modalidade de nacionalismo de direita. Tudo isto conduzia a um choque com os interesses do processo de globalização sob o comando das multinacionais de um lado, e com as concepções geopolíticas do Pentágono de outro.

Uma segunda razão para esta confrontação entre o processo de globalização e os regimes militares era a necessidade de sustentar a política de direitos humanos como um fator mobilizador, como fator de justificativa ideológica, para a confrontação com os países socialistas e com os regimes do Terceiro Mundo que, em geral, não apresentavam formas organizativas de tipo liberal democrática.

Ao vincular o conceito de direitos humanos a formas de governo liberal foram se criando condições para uma ofensiva ideológica contra esses governos que, como vimos, tinham sido criados pelo próprio capital internacional, que armou e apoiou os golpes de Estado que os originaram. A retirada desse apoio e a adoção de uma política de sustentação a regimes liberais conseguiu desestabilizar esses regimes de direita e abrir caminho para reconstruir um sistema liberal democrático na América Latina.

No fim da década de 70, ainda havia condições para que essa luta democrática assumisse um caráter mais profundo, e não simplesmente de *make*

up do sistema, sem maiores transformações sociais. Na década de 80, progressivamente, as bandeiras liberal-democráticas vão sendo controladas pelo pensamento conservador. Foi exatamente nesse processo histórico que assistimos a uma corrente da teoria da dependência, que teria em Fernando Henrique Cardoso sua expressão mais coerente, defender a tese da viabilidade de um processo de democratização no interior de um capitalismo dependente. Ela abandonava qualquer perspectiva de crítica e de enfrentamento com o capitalismo dependente, suas expressões monopólicas e seus interesses articulados com o capital internacional. Ela limitava os seus objetivos reformistas aos objetivos liberais, ao processo de destruição e de desestabilização das ditaduras, para construir regimes democráticos.

Ajudada por essa situação internacional, essa corrente ganhou uma grande força e se tornou extremamente crítica da teoria da dependência e de suas formulações iniciais. Ela passou a criticar as análises sobre a crescente dificuldade de consolidação de regimes democráticos no capitalismo dependente. Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra e eu mantivemos uma posição crítica ao capitalismo monopolista e dependente, mas percebemos, na década de 70, que essas mudanças de posição no sistema capitalista mundial permitiriam um avanço democrático dentro do capitalismo dependente.

O que nos separava da outra corrente neo-conservadora não era a constatação dessas possibilidades de avanço democrático, mas sim a tese de que essas possibilidades de avanço democrático são compatíveis com a sobrevivência de um capitalismo dependente. É exatamente este o ponto de divergência, posto que a minha visão é de que a acumulação e o avanço democrático da região desestabilizará crescentemente o capitalismo dependente na região, e aumentará a contradição entre esse movimento democrático e a sobrevivência do capitalismo dependente.

Outro aspecto importante da evolução da teoria da dependência é o seu direcionamento, já no começo da década de 70, para a análise e o aprofundamento do estudo do sistema econômico mundial. Frank se refere à sua tomada de posição (citando Samir Amin e eu) no começo da década de 70. Este foi o momento dessa conscientização da necessidade de uma teoria do sistema econômico mundial. O surgimento e o amadurecimento da obra de Immanuel Wallerstein, de compreensão e análise da formação histórica desse sistema mundial, sob uma forte inspiração no pensamento de Fernand Braudel, se dará na década de 70.

Neste período, André Gunder Frank reforçou sua análise do sistema mundial, estendendo-o a um período histórico muito longo que teria se formado já no período do Império Romano, em 300 a.D., através da rota da seda. As teses de Frank são muito interessantes, mas é preciso discutir os rompimentos de continuidade deste processo. Eu aceitaria a idéia de que há uma acumulação histórica em torno de um sistema mundo que vai agrupando impérios, reestruturando-os em torno do Mediterrâneo, em torno da África do Norte, da Índia, até a China, em torno da rota da seda. Não há dúvida de que esse filão de análise é extremamente significativo. Ele nos afasta, contudo, da visão exclusivamente latino-americana, obrigando a uma análise de caráter mais global. Darcy Ribeiro na década de 70 e Wolf na de 80 ensaiaram um enfoque global da história das civilizações que inclue a América Latina, mas não nos cabe analisá-los aqui.

Nas décadas de 70 e 80 há uma evolução muito importante de Raul Prebisch. Ao deixar a UNCTAD ele cria a revista da CEPAL, em 1978, onde escreve um conjunto de ensaios que vai servir de base ao seu livro sobre o sistema econômico centro-periferia, no qual ele revisa grande parte do seu pensamento econômico. Esta revisão foi amplamente influenciada pela teoria da dependência. Vamos encontrar também na corrente da CEPAL uma inquietação permanente no sentido da necessidade de construir um pensamento

mais global sobre o sistema mundo. Esta evolução vai encontrar suas melhores expressões nas análises de Fernando Franzylbert sobre a industrialização trunca, as empresas transnacionais e a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento com equidade e uma nova imersão na economia mundial. Ao mesmo tempo, Oswaldo Sunkel tenta reviver a teoria do desenvolvimento no contexto de um "neo-estruturalismo".

V – A OFENSIVA NEOLIBERAL E SUA CRISE:

A década de 80 foi marcada na América Latina por uma ofensiva liberal muito forte em torno do ajuste de suas economias para pagar o endividamento externo. Num período em que as taxas de juros se elevaram extremamente, a região foi obrigada a ajustar-se à criação de um excedente exportador. Criou-se um grande superávit comercial para destiná-lo ao pagamento de juros extremamente escorchantes. As teses que nós vimos defendendo nesses anos e que particularmente André Gunder Frank defendeu com tanta veemência, de que a função do capital internacional, do sistema econômico mundial era a apropriação e a extração brutal de excedentes das nossas regiões, das regiões dependentes, se mostrou evidente. Não era mais necessário fazermos estudos críticos das estatísticas de balanço de pagamento, como o fizeram tão bem Caputto e Pizarro no fim dos anos 60, porque as próprias estatísticas oficiais na década de 80 passaram a revelar que a América Latina era uma região exportadora de excedentes e de poupança.

A geração deste excedente cada vez maior, que não se converte em investimento interno e sim se destina ao pagamento de juros e outros tributos coloniais, obrigou a um aumento da distribuição negativa da renda. Para gerá-lo foi necessária uma rebaixa brutal dos níveis salariais e da participação dos salários nas rendas nacionais. Portanto, também aumentou a marginalização social, a pobreza e, mais ainda do que pobreza, a indigência no Terceiro Mundo e na América Latina.

Em contraste com essa situação, apresentaram-se os casos relativamente modestos mas exitosos da Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura, e posteriormente dos chamados Tigres menores da Ásia durante este período. Segundo a propaganda oficial, eles são uma demonstração de que não há um sistema econômico mundial perverso. Ora, estes exemplos

propagandistas sempre existiram. Na década de 70, o chamado "milagre econômico brasileiro" cumpria o papel dos atuais Tigres Asiáticos. Na década de 90, vão ter de criar outros modelos, posto que os Tigres Asiáticos se encontram em situação bastante difícil economicamente. Na Ásia, desponta cada vez mais o êxito da China Popular, sob o governo do Partido Comunista da China.

A eleição destes modelos não faz parte de uma ciência econômica ou social. Trata-se de uma elaboração ideológica, de uma propaganda política para justificar situações históricas, em que continuam os graves processos de exploração entre os povos. Eles visam desviar o debate das questões centrais do nosso tempo, que não se caracteriza pelo equilíbrio e convergência das várias regiões do globo e sim por uma crescente brecha entre ricos e pobres, indigentes e marginais.

O processo de ajuste estrutural na América Latina levou a um debilitamento dos Estados latino-americanos, que repassaram seus recursos para o sistema econômico mundial enquanto criaram uma gigantesca dívida interna para cujo pagamento continuam a repassar-se recursos enormes, com o pagamento pelo Estado de altíssimas taxas de juros. Estes recursos foram apropriados num primeiro momento pelo capital nacional financeiro, mas na etapa atual, com a grande entrada de capitais internacionais de curto prazo, estão sendo transpassados em grande parte ao capital internacional, que está aumentando na região em busca das elevadas remunerações dos juros da dívidas públicas, ou enormes desvalorizações dos mercados de ações, assim como de outras brechas necessárias para a especulação.

Estes remanejamentos e reestruturações permanente destas economias para atender às demandas e exigências do sistema econômico mundial continuam a ser a essência da sua história. Os regimes ditatoriais foram impostos à região para aprofundar esta dependência. Eles criaram grandes massas de marginais e o crescente sub-aproveitamento da mão-de-obra da

região. Isto vem dificultando a ação política das forças que se opõem a esse sistema econômico. Mas isto debilita também a capacidade da região de servir ao sistema econômico mundial. Com o avanço da automação e da robotização, o desenvolvimento industrial da região voltado agora para o mercado mundial, gera cada vez menos emprego. Ela deve continuar a industrializar-se mas o faz aumentando a massa de desempregados e marginalizados sociais.

É verdade que tudo isso forma um quadro extremamente desfavorável a uma ação política contestatória. Também afeta o pensamento e a ciência social, posto que ela perde condições de elaboração e meios de pesquisa, na medida em que os Estados nacionais também se debilitam seriamente, afetando a capacidade de pesquisa e desenvolvimento, tanto no campo das ciências naturais e exatas como no campo das ciências sociais e humanas. Esse quadro que apresenta expectativas mais desoladoras do que de esperança poderá, contudo, sofrer modificações significativas na década de 90, na medida em que o sistema econômico mundial entrou num processo de recuperação econômica a partir do ano de 1994.

Uma volta do crescimento econômico que ocorre desde então nos Estados Unidos e na Europa criou um contexto político internacional mais favorável, uma rearticulação das forças interessadas em resolver os grandes problemas da miséria, do analfabetismo, das condições de vida extremamente desfavoráveis das grandes maiorias populacionais do mundo. Trata-se de se apropriar dos avanços tecnológicos e científicos realizados pela revolução científico-técnica nas últimas décadas para colocá-los a serviço das populações trabalhadoras de todo o mundo. E a realização desta tarefa exige superar o discurso espontaneista neoliberal e retomar as grandes questões sócio-econômicas abandonadas na década de 80.

São muitos os aspectos nos quais os países do Terceiro Mundo devem desempenhar um papel extremamente significativo na reconstrução do sistema

mundial. Sua posição tropical, de receptores da grande fonte energética solar permite que um desenvolvimento tecnológico adequado converta esses países em fontes muito significativas de riqueza, de desenvolvimento sustentável, num mundo em que a crise da civilização capitalista é também a crise de um modelo de produção extensiva e de grande desperdício de energia. Modelo que, neste momento, se encontra altamente questionado pelo movimento verde mundial. De alguma forma, a emergência de potências do Terceiro Mundo, como a China, a Índia e o Brasil, poderá, junto com outros centros importantes que estão localizados no Terceiro Mundo, ou fora dos centro de poder mundial, retificar grande parte das tendências que estão em curso na economia mundial.

Esse processo será, contudo, longo e complexo, e exigirá uma reforma muito profunda da atual direção do desenvolvimento científico e tecnológico. O avanço da biotecnologia, por exemplo, pode ser extremamente favorável a uma utilização mais racional da biodiversidade que se concentra nas regiões tropicais.

O mundo do século XXI rediscutirá a questão do desenvolvimento dentro de princípios muito mais amplos e complexos. O desenvolvimento não estará associado somente à apropriação da capacidade tecnológica extensiva, gerada pela segunda revolução industrial que se estendeu do meado do século XIX até a década de 60, mas sim pela apropriação de um conhecimento e uma ação econômica intensiva, cada vez mais qualitativa, promovida pela revolução científico-técnica, que é o fundamento das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais vividas pelo mundo depois da Segunda Guerra Mundial.

Essa mudança de enfoque se liga, portanto, a um questionamento da ordem civilizacional mundial, do comportamento e dos fundamentos mesmo da ideologia dominante no mundo liberal capitalista. Os novos fundamentos que deverão se impor serão de conteúdo muito mais coletivista. Este coletivismo não poderá dispensar a grande conquista histórica que representou o nascimento e

crescimento do indivíduo como fundamento da sociedade. Mas não o indivíduo utilitário pensado pela doutrina liberal e criado pelo capitalismo.

Está se gestando um novo indivíduo, um indivíduo que reconhece que o seu desenvolvimento é um resultado da acumulação histórica, econômica, social, política e cultural. Ele deverá reconhecer na sua individualidade não uma contradição com o social, mas uma realização histórica do social. Essa nova modalidade de civilização estabelecerá uma nova relação entre o indivíduo e a sociedade, na qual a sociedade criará ou buscará criar indivíduos com alto potencial de desenvolvimento e procurará atender às suas necessidades para que alcancem o máximo de eficiência social.

Essa sociedade nova, que deverá emergir durante o século XXI, deve ser extensiva a <u>todos</u> os indivíduos. Este processo não se confunde com o igualitarismo, que foi parte dos ideais da civilização liberal burguesa. Não se trata de igualitarismo. Trata-se de respeitar e aprofundar a diversidade dos indivíduos, numa sociedade que dará a cada um de acordo com a sua necessidade e pedirá a cada um de acordo com a sua capacidade.

Essa sociedade nova configurará uma nova civilização planetária. Dentro dela a questão do desenvolvimento terá de ser repensada junto das grandes revisões sobre o papel do indivíduo sobre a posição dos homens e mulheres na economia e na sociedade, sobre a convivência entre os membros de diversificadas etnias, sem esmagar suas diferenças culturais e físicas e sobretudo ter-se-á que recolocar a interação entre as distintas civilizações, que representam experiências culturais, históricas, econômicas e sociais extremamente diferenciadas.

Trata-se, enfim, da necessidade de superação do quadro econômico, social, político e cultural criado pela civilização liberal burguesa, que se confundiu historicamente com a hegemonia mundial da Europa, e

posteriormente dos Estados Unidos. Muitas das características específicas das sociedades, economias e culturas européias foram identificadas com a própria civilização gerando o eurocentrismo. Elas se converteram em instrumento de dominação, de subordinação e de expropriação de umas regiões por outras, de certos centros e polos de acumulação em detrimento de centros e polos dependentes que tiveram de produzir brutais excedentes para alimentar esses polos centrais.

Todo esse quadro deverá sofrer uma grande mutação, na qual, durante um longo período, as grande civilizações serão referenciais extremamente significativos para a construção de uma sociedade plural, de uma verdadeira civilização planetária.

NOTAS

(1) Ruy Mauro Marini, com a colaboração de Márgara Millan, realizou entre 1993 e 1995 um Seminário Interno Permanente do Centro de Estudos Latinoamericanos da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) sobre a Teoria Social Latinoamericana que começa exatamente pelos autores dos anos 20 como Ramiro Guerra, em Cuba, José Carlos Mariátegui e Haya de la Torre, no Peru. Devido o contexto mexicano em que desenvolveu-se o seminário, faltou-lhe aprofundar a contribuição brasileira de Gilberto Freyre cuja interpretação do Brasil é do fim da decada de 20 (sem falar em outras figuras importantes na Fundação das Ciências Sociais brasileiras, argentinas e chilenas). Parte deste problema foi corrigido na antologia sobre o Pensamento Social Latinoamericano que preparamos Ruy Mauro Marini e Eu para a UNESCO, a publicar-se pela CRESAL-UNESCO, Caracas.

(2) Ver sobretudo a antologia organizada por Adolfo Gurrieri: La Obra de Prebish en la CEPAL, 2 vols, Fondo de Cultura Económica, México, 1982.

(3) Um belo quadro da formação da consciência nacional e continental na América Latina encontra-se em:

(4) Sobre o debate até o ano de 1977, particularmente na América Latina, veja-se o capítulo XIX do meu livro Imperialismo e Dependência, Era, México, 1978. Minhas reflexões recentes estão em Democracia e Socialismo no Capitalismo Dependente, Vozes, Petrópolis, 1991. O livro de Cristobál Kay, *Latin American Theories of Development and Underdevelopment*, Routledge, Londres, 1989, oferece o melhor resumo dos debates do período e seu artigo: "*For a renewal of development studies: Latin American theories and neoliberalism in the era of structural adjustment*", *Third World Quarterly*, vol. 14, nº 4, 1993, indica

com aguda perspicácia alguns caminhos atuais do debate. Ambos trazem uma copiosa bibliografia que recomendamos aos interessados. Nesta mesma linha de resgate do debate teórico do período recomendamos: C.P. Oman e G. Wignaraja, *The Postwar Evolution of Development Thinking*, Macmillan, Londres, 1991; Magnus Blomström e Bjorn Hettne, *La Teoria del Desarrollo en Transición*, Fondo de Cultura Económica, México, 1990, e uma dezena de livros mais que estão citados na bibliografia dos trabalhos aqui indicados. André Gunder Frank (*El Desarrollo del Subdesarrollo: Un Ensayo autobiográfico*, Nueva Sociedad, Caracas, 1991) produziu um ensaio autobiográfico no qual analisa boa parte desta literatura. Ronald Chilcote vem acompanhando detalhadamente este debate desde seu *Theories of Development and Underdevelopment*, Westview Press, Londres, 1984. A.Y. So articula as teorias do desenvolvimento, da dependência e do sistema mundo em seu *Social Change and Development: Modernization, Dependency and World System*, Newbury Park, CA, Sage, 1990. Ver também W.Hout, *Capitalism and Third World: Development, Dependency and the World System*, Edward Elgar, Aldershot, 1993.

Terceira Parte

OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO

GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:

NOVA ETAPA DA POLÊMICA SOBRE A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

I – INTRODUÇÃO:

É extremamente positivo que o Brasil tenha eleito em 1994 um Presidente da República nascido da oposição à ditadura militar, instaurada em 1964, que é também um cientista social, estudioso de nossa realidade econômica, social e política. Contudo, consta do anedotário daquelas eleições presidenciais a suposta afirmação de Fernando Henrique Cardoso de que renegava o que tinha escrito. Esta atitude teria buscado abrir caminho à sua candidatura presidencial, apoiada pelas forças conservadoras do Partido da Frente Liberal, do PPB e do PTB, além dos setores conservadores do PMDB.

Mas, além de ter desmentido estas declarações, ele publicou na mesma época dois livros com seus escritos teóricos das duas últimas décadas. As idéias e o seu Lugar, Ensaios sobre as Teorias do Desenvolvimento, Editora Vozes, Petrópolis, 1993 e A Construção da Democracia - Estudos sobre Política, Editora Siciliano São Paulo, 1993. Se estivesse tentando negar ou ocultar suas idéias não as estaria divulgando.

Ao relermos os trabalhos reunidos nestas coletâneas, publicados em geral nas décadas de 60 a 80, confirmou-se nossa convicção de que sua posição política atual não se caracteriza pela incoerência. Ela reflete claramente uma evolução (positiva ou negativa?) de suas concepções sociológicas e políticas.

Como grande parte dos livros então publicados se dirige a uma explícita polêmica**(1)** com meus trabalhos e com o grupo de cientistas sociais do Centro de Estudos Socio-econômicos da Universidade do Chile (CESO) que eu dirigia, em Santiago, não posso deixar de agregar meu testemunho à já ampla literatura que vem se publicando sobre o pensamento e as posições políticas de Fernando Henrique. Além disso, com a morte de Ruy Mauro Marini, que foi o objeto mais

imediato das críticas de um texto clássico de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, que nos atingia a todos, sinto-me no dever de dar seguimento a esta polêmica que representa, no plano das idéias, o embate real, no plano político, sobre os destinos do Brasil e dos países dependentes**, (2).**

Quero fazê-lo, contudo, com toda a serenidade possível depois da avalanche de votos e de apoio político que ele recebeu nas eleições de 1994 e do apoio político que continua desfrutando em escala decrescente, conforme demonstrou-se nas eleições presidenciais de 1998 em que se reelegeu presidente da República. Em tais circunstâncias, é difícil manter a objetividade e a clareza de propósitos, seja de quem está no poder, seja de quem foi derrotado, mas nos esforçaremos para garantir esta objetividade que não significa, é evidente, neutralidade.

II – OS NOSSOS ACORDOS: A NOVA DEPENDÊNCIA.

Em primeiro lugar, é necessário ressaltar que Fernando Henrique sempre apresentou suas críticas com muita elegância e respeito, no interior de uma aventura intelectual comum da qual participamos: a chamada “teoria da dependência”. Contudo, é desagradável constatar que o CEBRAP, que ele fundou e então dirigia, nunca publicou a resposta contundente de Ruy Mauro Marini às suas críticas. Pelo contrário, fez-se um constrangedor silêncio sobre esta polêmica, que a imprensa brasileira vem mantendo até o presente. Fernando Henrique Cardoso esclarece muito bem que o surgimento deste movimento intelectual que deu origem à teoria da dependência se deu num momento privilegiado para a história das idéias sociais latino-americanas.

Naquele período, que poderíamos situar entre 1964 e 1974, o pensamento da região ganhou uma dimensão planetária, passando a influenciar a evolução das ciências sociais a nível universal. Ele mostra como o pensamento da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL), onde brilhava em primeiro plano o economista argentino Raul Prebish, representou uma etapa extremamente avançada da reflexão desta região sobre sua evolução histórica, sua experiência política e sua posição na evolução do sistema econômico e político mundial. Na verdade, o forte esforço intelectual de caráter crítico, realizado a partir do encontro de vários exílios no Chile, entre 1964 e 1974, só foi possível a partir dos antecedentes teóricos que a CEPAL havia sintetizado tão bem. Foi deste encontro que resultou a chamada “teoria da dependência” ou os “estudos sobre a dependência”, como prefere Fernando Henrique.

A CEPAL, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) no Brasil, representou o auge da ideologia nacional-desenvolvimentista na América

Latina e em todo o chamado 3° Mundo. Era a afirmação das classes dominantes da região de que não aceitariam retroceder à condição de simples exportadoras de produtos agrícolas e matérias primas que as caracterizou até a década de 20 deste século. Elas confiavam no papel da recente industrialização de vários países latino-americanos como fundamento de sua modernização, identificando o processo de industrialização com o desenvolvimento econômico, social e político.

Para afirmar estas posições, o pensamento social latino-americano tinha que demonstrar os limites de uma economia exportadora de bens primários. Para Assis Chateubriand, por exemplo, o Brasil era um país de "vocação essencialmente agrícola" e este era o ponto de vista de grande parte de nossas elites econômicas e políticas, assim como de seus modelos internacionais.

Prebish demonstrou, apoiado nos dados das Nações Unidas, que a troca entre produtos primários e manufaturas levava à perda nos termos de intercâmbio da região: os preços dos produtos agrícolas e matérias primas tendiam secularmente a baixar enquanto o preço dos produtos manufaturados tendia a estabilizar-se ou mesmo a subir. As razões destes termos negativos de intercâmbio se fundavam no limite à expansão do consumo de bens alimentícios por parte de cada família, na medida em que sua renda se elevava.

Elas tendiam a deter o aumento do consumo alimentar e aumentar o consumo de bens industriais e serviços. Tratava-se de uma lei dos orçamentos familiares que ja fora demonstrada pelo estatístico alemão E. Engel. As matérias primas, por outro lado, já vinham sendo substituídas por produtos sintéticos. Logo, as exportações de produtos primários não ofereciam nenhum futuro.

Não é necessário aprofundarmos aqui no significado teórico destas teses. Elas batiam diretamente no coração das teorias econômicas clássica e neo-clássica, as quais afirmavam que as vantagens comparativas deviam levar cada

país a especializar-se nos produtos para os quais demonstravam maior produtividade ou “melhor dotação de fatores” e que levava muitos a concluírem que o melhor caminho para o bem-estar e a modernização de uma nação era especializar-se naqueles produtos em que melhor poderiam competir no mercado mundial. Estes argumentos foram usados ad nauseam para negar a necessidade da industrialização dos países periféricos dentro do sistema econômico mundial.

Ocorre, contudo, que os desenvolvimentistas haviam confiado demasiado no papel da industrialização para garantir a modernização econômica e a criação de centros nacionais de decisão econômica ou de acumulação capitalista. Eles haviam também identificado a industrialização com a criação de condições democráticas, através da distribuição da renda e outras características que se consideravam intrínsecas ao capitalismo industrial. Isto era natural numa época em que alguns autores falavam de uma civilização industrial, identificando o funcionamento do capitalismo dos países centrais da economia mundial com a sua base material: a indústria moderna.

A teoria da dependência buscou demonstrar que esta industrialização não trazia as conseqüências esperadas por esta visão desenvolvimentista e nacional-democrática. Ela não trazia autonomia de decisão, por que a industrialização passava a ser comandada pelo investimento externo, baseado na empresa multinacional, cujo centro de poder continuava nos pólos centrais da economia mundial.

Ela não trazia distribuição de renda, por que se fazia na época do capitalismo oligopólico e financeiro que tende a concentrar em grandes grupos econômicos o poder e a riqueza. Ao mesmo tempo, a tecnologia moderna valorizava o trabalhador qualificado e as atividades gerências em detrimento dos assalariados sem qualificação, provocando uma forte diferenciação de renda no interior dos assalariados.

Além disso, ao basear-se numa tecnologia importada, poupadora de mão-de-obra, a industrialização dependente não criava emprego suficiente para incorporar a mão-de-obra liberada do campo e das atividades de auto-consumo. Os trabalhadores abandonavam o campo a caminho das metrópoles em conseqüência da destruição destas economias de auto-consumo, devido ao avanço das relações capitalistas no campo, mas não encontravam os meios de converter-se na sua maioria, em operários urbanos, como no começo da industrialização européia. Estava aí o germem do que na época chamava-se já a marginalidade urbana.

Hoje ela ganha foros de violenta desagregação social, em conseqüência do aprofundamento e da extensão do subemprego e do desemprego que se explicam pela longa crise econômica que abalou a economia mundial entre 1967 e 1994. A maior duração do desemprego e do subemprego se transforma em aumento da marginalidade e no surgimento de uma economia informal.

Fernando Henrique participou de todas estas "descobertas" que nos obrigava a reverter o centro de nossas análises das economias pré-capitalistas que, segundo se acreditava até então, era o principal obstáculo ao desenvolvimento para buscar compreender as contradições que apareciam no interior do desenvolvimento, capitalista especial ou dependente em que nos encontrávamos.

Nossos acordos se estendiam a outros problemas de maior interesse teórico que continuam a ser de grande atualidade.

Um dos pontos centrais de nossos combates intelectuais da época foi a negação do caráter feudal da colonização latino-americana. Ela era uma empresa típica do capitalismo comercial europeu e as economias e sociedades que gerou não podiam ser confundidas com as economias fechadas e só

pontualmente ligadas ao mercado que se desenvolveram na Idade Média européia. Seguimos, neste sentido, uma linha de análise que Roberto Simonsen e Caio Prado Júnior, no Brasil, Luiz Vitale, no Chile e na Argentina havíam iniciado com grande brilhantismo. André Gunder Frank teve um papel especial nesta confrontação propondo um modelo de funcionamento das relações de dependência extremamente polêmico. Ele descrevia estas relações como uma sucessão regional de círculos de produção e extração de excedente econômico. Os excedentes produzidos nas mais diversas regiões eram expropriados e repassados aos centros regionais, destes aos nacionais e finalmente aos centros internacionais. A forte polêmica originada pelo trabalho de Frank conseguiu, pelo menos, descartar definitivamente a idéia de que a América Latina vivia num atraso feudal que caberia ao capitalismo moderno resgatar**(3).**

Outra temática que logramos impor foi a impossibilidade de analisar o imperialismo como um fenômeno externo que se opunha às nossas realidades locais. O conceito de dependência permitia mostrar os laços entre nossas sociedades e economias nacionais e regionais e a economia mundial sob a forma do imperialismo. Seria impossível conceber as relações sócio-econômicas que se desenvolviam no interior de nossas sociedades sem iluminá-las com a expansão do capitalismo mundial desde o centro para a periferia. Mas seria também impossível compreender corretamente as economias centrais sem vinculá-las à sua expansão colonial e imperialista.

Estas premissas metodológicas permitiam, por exemplo, enfrentar com maior rigor a questão da revolução democrática burguesa e da burguesia nacional. Podia-se concluir claramente pela incapacidade histórica desta burguesia de sustentar um programa econômico de independência e autonomia que lhe garantisse o controle sobre o excedente econômico gerado na região. Era claro que o maior ou menor controle sobre os meios de produção internos permitia um maior ou menor desenvolvimento, mas parecia evidente que havia uma continuidade entre os interesses capitalistas locais, regionais, nacionais e

internacionais, que prescedia as lutas pelo controle dos excedentes gerados e apropriados em cada nível.

A complexidade desta temática nos obrigou a romper com os enfoques estáticos e a-históricos. Chegou-se a criar um consenso sobre a necessidade de uma metodologia histórico-estructural que se opusesse à dicotomia entre o devenir histórico e sua apreensão como sistema. Desenvolveu-se na região uma prática científica voltada para a análise concreta dos processos sociais como continuidade histórica e como estruturas dialeticamente interatuantes.

Poderíamos talvez afirmar de que há um estilo científico latinoamericano que se afirmou entre os anos 20 e o presente, caracterizado por um enfoque interdisciplinar, dialético e histórico-estructural que coloca especial ênfase na análise da totalidade e sua revolução dialética com as suas partes.

A grande revoada de cientistas sociais, principalmente economistas, para os Estados Unidos, a partir da segunda metade da década de 60, abriu caminho para uma nova mentalidade científica extremamente analítica, a-histórica, funcionalista e profundamente formalizadora. Apesar de alguns avanços instrumentais que ela possa ter trazido, esta tradição logrou sobretudo justificar no plano teórico (ou melhor, formal, porque seu nível teórico é assustadoramente baixo, confundindo em geral a teoria com modelos analíticos formais) uma crescente absorção da nossa problemática teórica e prática no acontecer científico dos países centrais. Trata-se de uma recolonização da nossa intelectualidade que progrediu especialmente sob o obscurcentismo das ditaduras militares. É importante compreender o papel desta evolução global nas direções tomadas pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso que teve um especial papel nesta dinâmica intelectual. Aqui se inicia portanto o capítulo de nossas divergências cada vez mais profundas.

III - AS NOSSAS DIFERENÇAS: HÁ LEIS DE DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE?

Da análise daquelas tendências de desenvolvimento do capitalismo dependente, que vêm se agravando com o tempo, nascia uma conclusão onde se concentra em grande parte o centro da polêmica que dividiu o grupo inicial que se reunira, em Santiago, em torno dos estudos sobre a dependência.

Fernando Henrique passou a insistir, cada vez mais incisivamente, na negação de qualquer "determinismo econômico" que pretendesse identificar "mecanicamente" a situação de dependência com os fenômenos aqui ressaltados. Nem a super-exploração (que Ruy Mauro Marini mostrara ser um mecanismo de compensação da expropriação internacional provocada pela situação de dependência), nem a perda dos termos de intercâmbio, nem as remessas de excedentes das regiões dependentes às dominantes, nem a conseqüente distribuição regressiva da renda, nem a marginalidade crescente que ela provoca, nada disso seriam, segundo Fernando Henrique, tendências irreversíveis e componentes intrínsecos da situação de dependência.

Confundindo bastante a verdadeira questão que nos dividia, Fernando Henrique afirma à página 143 de seu livro As idéias e seu lugar que "forçando a análise" há duas modalidades polares de conceber-se o processo de desenvolvimento capitalista:

" - os que crêem que o "capitalismo dependente" baseia-se na super-exploração do trabalho, é incapaz de ampliar o mercado interno, gera incessante desemprego e marginalidade e apresenta tendências à estagnação e uma espécie de constante reprodução do subdesenvolvimento (como Frank, Marini e até certo ponto, dos Santos),

- os que pensam que, pelo menos em alguns países da periferia, a penetração do capital industrial-financeiro acelera a produção da mais-valia relativa, intensifica as forças produtivas e, se gera desemprego nas fases de contração econômica, absorve mão-de-obra nos ciclos expansivos, produzindo, neste aspecto, um efeito similar ao do capitalismo nas economias avançadas, onde coexistem desemprego e absorção, riqueza e miséria" (sublinhados meus).

Como vêem os leitores fui contemplado com a ressalva de "até certo ponto". Mas ela é insuficiente. Eu fui o cientista social latino-americano que identificou de maneira mais incisiva o crescimento econômico e particularmente o crescimento industrial da América Latina como a característica essencial e não até certo ponto do novo caráter do capitalismo dependente latino-americano. Eu combati em 1964 todas as teses estancacionistas que viam na política de estabilização monetária de Roberto Campos a destruição da indústria brasileira. Ao contrário, afirmei que a política de estabilização deveria levar a uma nova fase de crescimento, baseada contudo num nível mais alto de produtividade, de concentração econômica, de monopolização e de estatização (Veja-se meus artigos sobre o Fascismo Brasileiro, na Revista Civilização Brasileira n°3, 1996, ou sobre concentração econômica na Revista de la Universidad de Concepción, 1968, ou na versão mimeografada de Crise Econômica e Crise Política no Brasil, 1996, que se tornou a base do meu livro Socialismo o Fascismo, el Dilema latino-americano).

Mas Ruy Mauro Marini também não pode incluir-se nesta concepção estancacionista pois suas teses de 1967 sobre o subimperialismo brasileiro arrancavam da idéia do surgimento do capital financeiro (união do capital bancário e industrial) no Brasil e de seu fortalecimento pelo golpe militar. Elas mostravam exatamente o papel do Estado brasileiro como o criador de mercado interno em substituição às reformas estruturais que o golpe inviabilizou. Nem mesmo André G. Frank, apesar de seu método estrutural-funcionalista, que fui um dos primeiros a criticar (3), conduzir à idéia de uma certa continuidade das

formas de dependência, independentemente das mudanças nas forças produtivas, pode ser acusado de estancacionista.

O que fica claro é o significado da segunda posição na qual se inscreve Fernando Henrique. Segundo ela, pode e pode não haver maior taxa de desemprego e subemprego nas economias capitalistas dependentes porque há momentos cíclicos de crescimento e descenso nestas economias. Nisto estamos de pleno acordo. Eu fui um dos que desenvolveram o estudo dos ciclos longos, médios e curtos nos países dependentes, e talvez o primeiro que colocou a tese da internalização dos ciclos industriais em países como o Brasil.

Mas a questão não é se há ou não variações das taxas de subemprego e desemprego. A questão é se elas tendem a ser maiores nos países dependentes do que nos países desenvolvidos, independentemente de suas variações. E se é verdade que nossas taxas de desemprego não tendem a ser maiores, porque registram a população que está buscando emprego formal, é também bastante claro que nossas taxas de subemprego tendem não só a ser muitas vezes maiores que as dos países dominantes, como também a crescer ainda mais, na medida em que vão se destruindo as economias de auto-consumo existentes, sobretudo nos nossos setores rurais (mas, também na nossa estrutura doméstica urbana, hoje em reestruturação).

Todos sabemos que nossas ruas estão cheias de camelôs, pedintes e prestadores de todos os serviços possíveis; que nossas casas continuam cheias de serviçais (incluindo as casas de classe média e até de operários qualificados que contratam serviços de trabalhadores domésticos). E todos sabemos o peso que representa essa mão-de-obra desqualificada na baixa do padrão salarial dos países capitalistas subdesenvolvidos e dependentes. Por isso, o candidato competidor de Fernando Henrique, o torneiro mecânico, Lula afirmou em célebre entrevista dos anos 70, que o maior medo dos trabalhadores do ABC, como ele o era então, era de serem reduzidos à indigência, como o fora o seu próprio pai.

Desta forma, esta massa de subempregados concorre não só com o trabalhador empregado não qualificado. Ela afeta inclusive o poder de barganha do trabalhador qualificado que aceita, em nossos países, salários muito inferiores ao padrão internacional, devido ao medo de recuar à situação de miséria que vê no seu entorno.

Portanto, a introdução de tecnologias mais sofisticadas nos nossos países não consegue eliminar as condições de sobre-exploração dos nossos trabalhadores. Nos meus estudos sobre a revolução científico-técnica (4) e seu impacto na divisão internacional do trabalho, eu venho mostrando também que a expansão industrial das economias capitalistas dependentes se dá num período de diminuição do emprego industrial, o qual vem sendo substituído, nos países desenvolvidos, pelos trabalhadores dos serviços ligados ao conhecimento, à cultura e à educação, à comunicação, ao lazer, ao gerenciamento e ao marketing. Mas estes setores de atividade ficam reservados aos países dominantes na nova divisão internacional do trabalho.

Nada indica, portanto, que o nosso crescimento como exportadores industriais venha reverter esta tendência ao subemprego, à marginalidade e à exclusão social. Os dados vêm confirmando o aprofundamento destas tendências. Assim podemos concluir que:

O desenvolvimento do capitalismo dependente, particularmente nossa conversão em grandes exportadores industriais, não assegura maior absorção de mão-de-obra que no passado. Ao contrário, tudo parece indicar que as massas de desempregados, subempregados e marginalizados aumentarão nas nossas economias, em termos absolutos e relativos.

Estas seriam leis de desenvolvimento do capitalismo dependente, a não ser que lograsse deixar de ser dependente e passasse a investir na criação de tecnologia de ponta, em alto grau de educação (como vêem tentando

desesperadamente os sul-coreanos e os taiwaneses, cuja dependência do antigo imperialismo japonês foi profundamente abalada pela derrota do mesmo na 2ª Guerra Mundial, pela reforma agrária, exigida pelos vencedores norte-americanos, e pelo apoio econômico e político dos EUA, diante da proximidade do inimigo ideológico chinês, coreano do norte e vietnamita).

Não há um limite absoluto para o desenvolvimento pleno das forças produtivas no capitalismo dependente. Os limites são políticos. E a mudança das condições políticas e geopolíticas mundiais ou regionais podem alterar as condições políticas nacionais ou locais destes países, superando sua condição dependente. Discutimos em outras oportunidades a profunda limitação representada pela ausência de um setor I de máquinas de fazer máquinas nas economias dependentes. Mostramos também que a ausência de instrumentos macissos em ciência e tecnologia e de uma base educacional ampla representam outra limitação fundamental para a possibilidade de um desenvolvimento nacional e independente. Contudo, mesmo estas limitações estruturais podem ser superadas num prazo médio por uma vontade política revolucionária. Em 1964, no Brasil, se o enfrentamento entre os setores nacional-democráticos e os setores liberais tivesse se mantido somente no plano interno, o golpe de Estado de 1964 fracassaria claramente, como fracassaram todas as tentativas anteriores de golpe. Dois fatores desestabilizaram a correlação de forças: a ação conspirativa do grande capital internacional investido no Brasil, que formou o IPES, e a ameaça direta de invasão de tropas norte-americanas, hoje plenamente reconhecida com a abertura dos papéis de Lyndon Johnson.

IV - AS NOVAS CONDIÇÕES POLÍTICAS INTERNACIONAIS

As conjunturas internacionais podem definir claramente o destino de ações nacionais, sobretudo dos países dependentes, sem poder econômico e militar para resistir às mesmas e penetrados pelos interesses econômicos destas forças internacionais. Vivemos hoje uma situação distinta do período de 1960 a 1975, quando desenvolvemos as bases de uma teoria da dependência. As classes dominantes norte-americanas estão divididas quanto ao uso internacional da força e seu aparelho ideológico e burocrático está quase totalmente a favor de uma política de direitos humanos. Por isso temos que separar as análises dos anos 60 das atuais.

Naquela época eu sustentei uma posição que Cardoso critica bastante fortemente em vários capítulos do seu livro: a crescente radicalização da região entre soluções fascistas e socialistas. Eu afirmava então que, de um lado, as massas urbanas submetidas às tendências à concentração do poder e da renda e à exclusão social tendiam a apoiar as formas de governo democráticas, dando-lhes contudo um forte conteúdo popular, o que levaria a uma crescente reivindicação por reformas estruturais que conduziam ao socialismo. Por outro, como resposta a esta tendência às soluções pós-capitalistas, a classe dominante buscava soluções de força, todas as vezes em que visse ameaçado seu domínio em decorrência do avanço da democracia. Socialismo ou fascismo apareciam como horizontes políticos para os regimes democráticos ou para as ditaduras da região. Esta análise foi acusada de mecanicista e de refletir um determinismo econômico já ultrapassado.

Mas dizer hoje em dia que eu estava equivocado é pouco razoável. Escritas em 1966 (5), estas teses foram amplamente comprovadas. Elas foram seguidas pelo golpe de Estado de Ongania na Argentina, pelo ato institucional n° 5 no Brasil, pelo regime revolucionário dos militares peruanos, pela Assembléia

Popular boliviana, pelo governo da Unidade Popular no Chile e pela sucessão de golpes de direita na Bolívia, no Uruguai, no Chile e na Argentina que, junto ao governo Médici no Brasil, formaram um círculo de ferro para-fascista no Cone Sul, que se prolongou até 1976-80. Por sinal, tendências similares se apresentaram na Indonésia, na Pérsia, nas Filipinas, etc, etc.

Desde 1973, vemos, contudo, uma mudança da posição internacional sobre esta questão. Analiso esta mudança, entre outros trabalhos, no meu livro sobre A Evolução Histórica do Brasil, recém editado pela Editora Vozes. O terror promovido pelo grande capital internacional, o qual identifico com o fascismo (que defino como "o regime de terror do grande capital"), havia já cumprido sua missão principal. Derrotados os movimentos insurreicionais no seu nascedouro pela contra-insurreição, derrotados os governos populares e o governo socialista de Allende, abria-se o caminho para o acordo político e a restauração democrática. Os militares, principais instrumentos da política de força e terror converteram-se em aliados perigosos. No poder, desenvolveram aspirações nacionalistas de direita que se opunham às tendências de internacionalização, hegemonizadas pelas empresas transnacionais. A consciência desta dificuldade exigiu um vasto processo de afastamento dos militares do poder nos últimos 20 anos, a partir da política de direitos humanos, iniciada no governo Carter, que revertia a política de estímulo e aceitação das ditaduras militares, seguida por Nixon (sob a sugestão do informe Nelson Rockefeller, preparado em 1968, após sua viagem ao subcontinente).

Samuel P. Huntington, conselheiro de Golberi do Couto e Silva, figura proeminente da comissão Trilateral, havia proposto esta mudança política em célebre artigo de 1973. Recentemente, ele publicou um livro que analisa o que ele chama da terceira onda democrática, iniciada em 1974 e ainda em vigor em 1991, quando ele escreveu seu livro A Terceira Onda - A Democratização no final do Século XX, Editora Ática, 1994. É bom assinalar que não se trata de um movimento restrito aos países periféricos e dependentes. Esta onda envolveu

também países que Immanuel Wallerstein chama de semi-periféricos, como Portugal, Espanha e Grécia. Huntington mostra neste livro que, no passado, cada onda democrática foi seguida por uma onda reversa (como a onda fascista de 1922 a 1942 e a onda de golpes militares que ele situa entre 1958 e 1975).

Em seguida ele pergunta se a atual onda democrática não será também sucedida por um novo período de reversão da democracia. Segundo ele, isto dependerá da confiança dos líderes políticos na democracia. Segundo eu creio, dependerá da sua capacidade de suportar as pressões populares por reformas da propriedade e das rendas que surgem necessariamente da dinâmica dos regimes democráticos. Esta é a temática do meu livro Democracia e Socialismo no Capitalismo Dependente, editado pela Vozes em 1991.

MAIS DIVERGÊNCIA: O REFORMISMO DEPENDENTE E O FIM DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA.

Fernando Henrique tem contudo sobre estas questões uma posição totalmente divergente da que defendo, conforme se pode ver nos seus dois livros assinalados. Ele visou sobretudo mostrar a possibilidade:

a) De amenizar os efeitos desestruturadores das contradições criadas pela dependência da economia mundial, pela concentração da renda e de poder e pela marginalização social, através de políticas sociais e certo grau de absorção de mão-de-obra nas fases de crescimento.

b) De que acumulação capitalista dependente não seja necessariamente mais contraditória que a dos países capitalistas centrais e não que siga baseando-se na super-exploração do trabalho, como propõe Ruy Mauro Marini no seu Dialética da Dependência.

c) De conciliar o desenvolvimento capitalista dependente ou associado, como ele prefere, com regimes políticos liberais e democráticos.

d) De que regimes “autoritários-burocráticos” (ver Guillermo O’Donnell) instituídos na América Latina nos anos 60 a 80 não tenham sido formas de fascismo. Eles podiam, e de fato o foram, ser substituídos sem violência por regimes democráticos viáveis e passíveis de consolidação histórica. De fato, segundo esta tese, os inimigos do desenvolvimento são o populismo e o corporativismo, seja do Estado ou seja das instituições da sociedade civil. Voltamos assim às teses dualistas, pré-teoria da dependência, que colocavam a questão do sub-desenvolvimento como conseqüência do atraso de nossas sociedades tradicionais e não como conseqüência do caráter de nosso desenvolvimento capitalista.

e) De que em conseqüência, a consolidação da democracia no continente não depende de um rompimento da dependência, de uma destruição do poder hegemônico do capital monopolista, nem de uma reforma agrária ou qualquer mudança de formas de propriedade.

São estas teses que fundamentam a atuação política de Fernando Henrique Cardoso nos nossos dias e ele as exibiu de maneira clara e diáfana na suas campanhas presidenciais e no seu programa de governo. Elas contam com o respaldo de 20 anos da onda democratizadora. Até o momento esta onda só fez estabilizar os regimes democráticos implantados no período. As explosões autoritárias no Peru, no Haiti e as desestabilizações militares e populares na Venezuela e na Argentina não configuram ainda uma nova onda reversa, como as qualifica Huntington. A dureza dos embates de 60 e 70 e da ofensiva conservadora neoliberal da década de 80 não estimulam um maior radicalismo nas demandas sociais.

Sua vitória eleitoral não foi pois um simples acaso. Ela se inscreve num conseqüente pensamento político que ele não renegou para nada e só tendeu a aprofundar. Mas será que esta conjuntura favorável permite encerrar a polêmica. Faz alguns anos que seus seguidores falam sobre o fim da teoria da dependência, no sentido de negar as teses que ela levantou na década de 60. Contudo, todos os anos publicam-se no mundo inteiro novos livros sobre a "teoria da dependência" que indicam que ela não morreu (6) . Pôr que?

A primeira razão é a subsistência de um sistema econômico mundial caracterizado pela diferença entre países centrais ou dominantes e periféricos ou dependentes. Esta imagem das relações internacionais é ainda verdadeira, mesmo quando existem 2 fenômenos novos em relação ao momento inicial dos estudos da dependência. Primeiramente, a hegemonia norte-americana que parecia intocável naquele momento- entrou em grave declínio a partir do fim da década de 60. A recuperação da Europa e do Japão acentuou a rivalidade entre as potências centrais criando a tríade hegemônica (anunciada pela Comissão Trilateral, na década de 70) EE.UU. - Europa - Japão, com um importante crescimento relativo dos dois centros não americanos. Neste contexto, aliviou-se a pressão sobre a URSS que fez um brutal esforço para competir militarmente com os EE.UU. Este esforço lhe deu suficiente gordura estratégica para iniciar a perestroika e a glasnost. Ao decidir impedir a polarização militar imposta pela guerra das estrelas de Reagan ,a URSS decidiu desarmar-se unilateralmente na década de 80, retirando militarmente suas tropas de ocupação da Europa oriental, eliminando o Pacto de Varsóvia e disolvendo-se como URSS, além de auto-dissolver o partido Comunista.

Esta magnífica e corajosa ação da liderança soviética, tendo à frente Gorbachev, tem sido apresentada como uma derrota do socialismo. Talvez tenha sido a mais arrojada e lúcida ação a favor do avanço do socialismo em toda história. Os descaminhos posteriores, comandados por Yeltsin e as "reformas" neoliberais não podem ser atribuídos à abertura econômica e política

da perestroika e da glasnost. Marx dissolveu a Primeira Internacional, assim como Lenin decretou o fim da Segunda Internacional, Stalin dissolveu o Komintern em 1942, recreou o Kominform em 1947 e o PC Soviético o dissolveu em 1969. A história do avanço do socialismo tem se dado através dessas auto dissoluções que eliminam as fases superadas e apontam para novas fases superiores de seu desenvolvimento. É a aplicação da dialética à estratégia política. Para passar a etapas superiores, é necessário eliminar as formas ultrapassadas, como o stalinismo soviético e a Terceira Internacional. Isto não permite nenhuma conclusão a favor de uma Quarta Internacional. O trostiquismo é uma criação da fase stalinista e não poderá jamais ser um polo alternativo ao stalinismo.

No novo sistema mundial que se perfila acentua-se a nova divisão internacional do trabalho, que já prevíamos em 1967 (veja-se meu livro sobre O Novo Caráter da Dependência). Nesta fase, vem-se deslocando grande parte da produção industrial mundial para os países de desenvolvimento médio. Surgiram os chamados novos países industriais, entre os quais se inclue o Brasil, o México, a Coréia do Sul, Taiwan e outros. O êxito do Brasil na década de 70 criou a figura publicitária do "milagre brasileiro", o êxito dos "tigres asiáticos" na década de 80 criou esta nova figura propagandista. O importante é que estes países, ao lado das potências petrolíferas e das economias médias européias do sul e oriental, formaram um novo campo de poder mundial. Ao mesmo tempo, o crescimento econômico da China veio mudar drasticamente o peso relativo do sudeste asiático e do Pacífico na economia mundial. Na década de 70 completou-se também a descolonização da África, extinguindo-se em menos de 30 anos todos os impérios europeus. Se agregarmos a isso a industrialização da Índia, sua modernização e sua entrada no clube atômico, além de somarmos a emergência dos países petroleiros e potências regionais que foram antigos impérios como a Turquia, temos um quadro mundial completamente novo.

Neste novo mundo, o conceito do imperialismo necessita de novas precisões. Pode-se dizer que o sistema econômico mundial está sofrendo uma mudança de qualidade, a qual se precipitou na década de 80. Não é aqui o lugar para aprofundar o tema, mas temos afirmado (7) que os próximos 25 anos serão marcados pela “hegemonia compartida” dos Estados Unidos. Neste período, que se iniciou em 1993-1994, se inaugurou uma nova fase de crescimento econômico de longo prazo (25 anos) de acordo com as ondas longas de Kondratiev. Esta nova fase de crescimento sustentado combina-se com a ampliação do desemprego particularmente no setor industrial, afetado pela automação e a robotização. Devemos viver uma forte reforma social nos países centrais baseada na drástica diminuição da jornada do trabalho. No campo político, os conservadores baixarão drásticamente seu perfil em favor do renascimento da segunda Internacional e da ascensão dos partidos verdes. Estas teses que defendíamos em 1994 e até antes são hoje uma realidade com a vitórias dos partidos social democratas e socialistas em toda a Europa e particularmente com a formação da coalisão vermelho-verde na Alemanha, em 1998.

Contudo, há um segundo ponto, a crise da dívida externa na década de 80 veio reforçar uma tese fundamental da teoria de dependência: Os países centrais são captadores de excedente econômico dos países periféricos e dependentes, fenômeno que explica grande parte de nossas dificuldades. André Gunder Frank, Orlando Caputo, Roberto Pizarro e outros tentamos romper o manuseio tradicional dos conceitos estatísticos das balanças de pagamentos, praticados em particular pelas organizações internacionais, para poder provar esta tese. Os dados sempre ocultavam esta transferência negativa que se explica em parte pelo intercâmbio desigual comercial, e se aprofunda com o pagamento de juros, “royalties”, serviços técnicos e a remessa de lucros aberta ou disfarçada. O próprio Fernando Henrique adota a concepção de uma expropriação de excedentes dos países dependentes para os centrais em vários de seus trabalhos publicados nas duas coletâneas que analisamos aqui.

A crise da dívida externa demonstrou muito claramente nossa debilidade e nossa condição de exportadores de excedentes para os países centrais. Este fato foi reconhecido em todas as análises internacionais da crise da dívida na década de 80, pois, mesmo com a metodologia estatística tradicional, revelou-se claramente nossa condição de exportadores do excedente econômico aqui gerado para os centros da economia mundial. Este fato não poderia deixar de reacender as questões colocadas pela teoria da dependência.

V - DÍVIDA EXTERNA E INTERNA, AS POLÍTICAS ECONÔMICAS E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA.

A dívida externa representou uma enorme sangria de nossos recursos e provocou fenômenos econômicos novos na nossa economia, durante a década de 80. Eles não foram analisados nos livros citados de Fernando Henrique e não parecem estar sendo considerados também na política econômica que ele e sua equipe estão implementando.

Neste período criou-se uma situação próxima à hiperinflação ao gerar-se enormes superavits comerciais em divisas que se usaram para pagar os juros da dívida externa. Para evitar a hiperinflação, pagamos aos nossos exportadores em títulos da dívida pública interna, diminuindo a necessidade de emissões de moeda mas gerando outra sangria - os juros da dívida interna.

Hoje a crise da dívida externa está em parte superada, devido aos acordos políticos logrados em torno da dívida e à drástica queda das taxas de juro em nível internacional. Dois fatores geraram uma enorme folga de caixa no início desta década: a suspensão dos pagamentos de juros internacionais e a queda dos gastos estatais. A diminuição do gasto público criou um "superavit" do tesouro nacional suficientemente grande para permitir que mais de 50% dos gastos da União se destinem ao pagamento de juros de uma dívida pública rodada mensal, quinzenal e mesmo diariamente! E ainda assim o Banco Mundial, o FMI e as classes dominantes deste país não falam em outra coisa do que no "ajuste fiscal". Este não consiste em cortar drasticamente o pagamento dos altíssimos e injustificáveis juros pagos pelo Estado brasileiro e sim em mais redução dos gastos públicos, que deveriam atender as necessidades da população. A cada nova crise internacional, elevam-se os juros, aumenta a dívida pública e o déficit público e exige-se um novo "ajuste" fiscal. Como resultado o Estado brasileiro é destruído em rítmo crescente e a economia

nacional se desarticula e se desorganiza além de afogar-se na recessão e na depressão.

Ora, esta política é insustentável. Ela vai totalmente contra as leis do mercado e contra as tendências da economia internacional. O Brasil é hoje um país de altíssima liquidez. As empresas brasileiras, ao contrário do mundo inteiro, em que a maioria das empresas apresentam grandes passivos, operam com enormes excedentes de caixas, que são aplicados no mercado financeiro. Muitas empresas ganham mais com estes investimentos do que com sua atividade específica. As famílias de classe média para cima, em vez de dever várias vezes sua renda, como no resto do mundo, têm grandes excedentes financeiros, renunciando à compra de imóveis ou outros investimentos típicos desses setores sociais.

Tudo isto mostra que há no país um excedente financeiro que deveria gerar uma queda da taxa de juros. Esta deveria ser até negativa se se deixasse funcionar livremente o mercado financeiro. Em vez disso, num caso de intervencionismo estatal perverso e auto-destrutivo, os tecnocratas que comandam o Estado brasileiro (que tem uma dívida relativamente pequena, apesar de seu crescimento exponencial no atual governo) chegam ao absurdo de emitir papéis sobre papéis de dívida pública para pagar os absurdos juros de uma dívida pública artificialmente alimentada. Tudo isto em nome de uma "teoria" econômica segundo a qual a liberdade do mercado financeiro levaria a uma "explosão de consumo" e eliminaria a poupança. Que direito têm de impor ao povo brasileiro este brutal ônus fiscal em nome de uma tutela tecnocrática sobre nossa economia?

Os resultados desta política são criminosos. Ela aprofunda a desigualdade social, reforçando a concentração da renda nacional na mão de um pequeno grupo. Ela privilegia um setor financeiro totalmente inútil. Os bancos não emprestam mais para nenhuma atividade econômica deste país.

Seus recursos estão totalmente orientados para a especulação com a dívida pública. Ao mesmo tempo, estes juros altos atraem os investimentos especulativos internacionais provocando, de imediato, um alívio cambial mas, a médio e longo prazo, uma sangria de recursos brutal, como se pode apreciar claramente durante a crise asiática e no período pré-eleitoral.

Contudo, o mais grave é o efeito destas altíssimas taxas de juro (que chegam a passar de 50% ao ano, num momento de valorização do real e de baixa da inflação!) sobre a taxa de lucro média do país. Não é possível pedir lucros baixos a empresários que podem obter mais de 50% de juros anuais sem nenhum risco! Todo este palavrório a favor da baixa de preços é totalmente inútil. Com a taxa média de juros que o governo assegura, a taxa de lucros terá que ser superior aos 60% ,o que representa, em conseqüência, mais de 6 vezes a média mundial e nossos preços têm que estar 30 a 40% mais altos que o mercado internacional.

Se somarmos a isto a tendência à valorização do real que embute e oculta uma inflação interna, vemos como é difícil manter exportações singnificativas sem baixos salários, de um lado, e subsídio estatal às exportações, de outro, os quais são também inflacionários. Na verdade, o desempenho das exportações brasileiras foi desencorajador durante o primeiro ano do governo Fernando Henrique. E se encaminhou para um desastroso “déficit” comercial que cresce a cada ano (exceto em 1988 devido à queda das importações associada à recessão). Somente as empresas públicas podem fazer o sacrifício (e de fato o estão fazendo) para garantir preços mais baixos. Mas elas estão sendo vendidas para capitalistas que não aceitam operar com taxas de lucro tão baixas! Houve de fato um aumento de tarifas dos setores privatizados que pressiona os preços para cima.

Está claro pois que as pressões inflacionárias continuarão existindo pelo fato dos custos de produção (que incluem a taxa média de lucros que é

determinada pela taxa média de juros) continuarem extremamente elevados, enquanto essa política de juros continuar.

Esta perversidade permitiu que o Brasil tivesse um setor financeiro cuja a participação na renda nacional chegou a ser pelo menos 5 vezes maior que numa economia desenvolvida. Ela permite ainda que recebamos 23 bilhões de dólares em 1994 e mais 70 bilhões em 1995 para investir em títulos públicos que pagam juros a 50% ao ano ou que podem especular, com pouco risco, na bolsa de valores obtendo mais de 100% ao ano. Isto é, desde 1995 era possível prever que, em dois ou três anos, os investidores estrangeiros poderão lucrar aqui dentro, em operações sem risco ou especulativas, o equivalente às nossa reservas cambiais conquistadas às custas da miséria da maioria do nosso povo! É necessário assinalar que somente uma pequena parte das divisas ingressadas no país se destinaram a investimentos no setor produtivo. O grosso se destinou à especulação à compra de empresas privatizadas e de algumas empresas nacionais, com ênfase crescente na internacionalização do nosso sistema bancário.

E como podem existir tantos recursos para a especulação num país onde há 32 milhões de miseráveis? Através da superexploração da classe trabalhadora. Os dados mostram um enorme aumento da produtividade de nossas empresas pelo menos nessa década. Contudo, o salário médio real não recupera as quedas de 1990 e 1991, sem falar nos salários mais baixos (o salário mínimo caiu drasticamente nesta década e teve uma modesta recuperação com o Plano Real). Enquanto o setor financeiro aumentou sua participação na renda nacional o setor salarial perdeu drasticamente sua participação. A massa salarial representava 60% da renda nacional em 1960. Hoje se reduz a menos de 30%. Com a atual política monetária esta situação só tende a agravar-se. Qual é pois a conseqüência desta política. O desemprego aumenta, apesar do alívio imediato provocado pela queda da inflação, e apesar da retomada do crescimento econômico que o governo busca

desesperadamente conter. A violência, a marginalidade, a economia informal, a fome aumentam... A distribuição da renda se torna cada vez mais concentrada.

Que me desculpe Fernando Henrique, mas ele não consegue me convencer de que, sem profundas reformas estruturais, países como o Brasil poderão caminhar para a paz social, o equilíbrio econômico e para uma solução pacífica de suas contradições, tal como o indicam seus livros aqui citados e suas campanhas eleitorais. Ele mesmo sustenta, num lúcido texto de adendo final do seu livro As idéias e o seu lugar, que os tigres asiáticos "que entraram no processo de internacionalização da economia foram mais prudentes com respeito à captação de recursos financeiros no exterior e estabeleceram políticas mais audaciosas para a correção dos desníveis sociais, incluindo, em alguns casos a reforma agrária e, em todos os casos, a valorização relativa dos salários." (pg.236-237). Uma correção: a reforma agrária se aplicou em todos os casos possíveis pois Hong Kong e Cingapura são zonas praticamente urbanas e Coréia e Formosa realizaram profundas reformas agrárias. Os países latino americanos apontados como "bem sucedidos" na internacionalização dos 80's também fizeram reforma agrária: México e Chile. É pois lamentável que, sabendo disto, Fernando Henrique tenha dado uma importância tão baixa à sua política de colonização agrícola. Recém eleito, nomeou para substituto da cooperação e reforma agrária um representante dos proprietários de terra. Pressionado pelas tomadas de fazendas lideradas pelo Movimento dos Sem Terra, colocou um novo presidente do INCRA mais liberal, que caiu em seguida. Aos trancos e barrancos, conseguia sustentar posteriormente um quadro mais positivo no setor, mas não demonstra nenhuma vontade política de enfrentar esta questão vital, apesar de ter o apoio da Igreja e mesmo do capital internacional para uma reforma moderada.

A QUESTÃO DEMOCRÁTICA E O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE

Mas e a questão democrática? A democracia avança. Este é um fato indiscutível e positivo em todo o planeta. Mas a população não confia tanto nesta democracia. Ela protesta através da abstenção, do voto nulo e outros mecanismos de rejeição de um mundo político que lhe parece estranho. Ou opta politicamente por soluções conservadoras, que não ponham em risco os avanços democráticos conseguidos a duras penas no mundo inteiro. Fazem somente 50 anos que saímos da II Guerra Mundial quando o nazi-facismo dominava a maior parte do mundo, e fazem somente 9 anos que saímos totalmente da ditadura no Brasil e em grande parte da América Latina.

Na verdade, o governo Fernando Henrique Cardoso não teve nenhum impedimento de recorrer aos métodos políticos conservadores, autoritários e desmobilizadores da população. O recurso do executivo ao uso indiscriminado das "medidas provisórias", criadas como mecanismo d e exceção pela constituição de 1998, revela o caráter autoritário do governo e sua necessidade em apoiar-se mais numa tecnocracia oculta e politicamente irresponsável do que na articulação política da sociedade.

Seu governo vem, no plano político, apoiando-se consistentemente nos partidos de centro-direita que lhe dão sustentação. O presidente é claramente um aliado político e ideológico dos dois partidos herdeiros da ditadura (o PPB e o PFL) e se articula com frações do partido herdeiro da oposição "consentida" à ditadura, o PMDB e Grupos oportunistas desta coalisão clientelística que é o PTB.

As eleições de Fernando Henrique são uma demonstração da importância deste quadro conservador. Depois de tentar quebrar as estruturas nacionais com a eleição de um "playboy" para presidente, os eleitores brasileiros buscaram em 1994 uma fórmula conservadora, que Fernando Henrique tão bem

encarnou. Mas o povo busca uma fórmula conservadora nos métodos, mas não necessariamente nos objetivos. Na sua reeleição, em 1998, o presidente Fernando Henrique prometeu dedicar-se às questões sociais e colocou como slogan fundamental: "o presidente que acabou com a inflação, acabará agora com o desemprego".

Não quero com isto advogar uma crise social e política, nem mesmo prevejo para o curto prazo uma comoção política revolucionária. Ao contrário, busco mostrar que houve e ainda há um espaço político para um conservadorismo reformista que Fernando Henrique conseguiu encarnar tão bem. O que contesto, contudo, é que este conservadorismo nos leve a uma atenuação das contradições sociais e políticas a médio e longo prazo. Os monarcas ilustrados no fim do século XIX não conseguiram substituir as revoluções democrático-burguesas. Os modernizadores latino americanos do final do século XIX não conseguiram conter as explosões sociais que se abriram no século XX, desde a revolução mexicana, passando pelo Tenentismo e desembocando no populismo dos anos 30. A "belle époque" e o reformismo social democrata em ascensão do final do século XIX só fizeram antecipar as duas guerras mundiais do século XX e a violenta radicalização social e política de 1917 a 1945-49.

Não estou aqui anunciando cataclismas. Sei muito bem que logo vêm as desqualificações de "catastrofista" e outras mais com que se tentou banir a teoria da dependência e o pensamento dialético da academia e de política brasileiras. Mas não se pode permitir que um pragmatismo sem propostas, de origem direitista e conservador se imponha em detrimento da verdade científica. É simplesmente insano negar a gravidade dos problemas sociais que se acumulam no mundo moderno a partir de duvidosos equilíbrios macroeconômicos obtidos muito a curto prazo, à custa de outros desequilíbrios muito mais sérios.

Fernando Henrique sabe disto. Sua opção tem um claro sentido pragmático. Santiago Dantas dizia no começo da década de 1960, em entrevista à revista O Cruzeiro, que o Brasil necessitava de um homem de direita com uma linguagem de esquerda. Esta era a saída que antevia para um país tocado pelo desenvolvimento mas impedido de prossegui-lo, pela resistência dos grandes capitalistas. Pragmatismo responsável de uma classe social em decadência que tentava ganhar tempo na história. A situação mudou hoje. Derrubada a ditadura militar e demonstrada a falta de propostas do capitalismo dependente, Fernando Henrique parece querer convencer-nos que o Brasil precisa hoje de um homem de esquerda com uma linguagem de direita. Pragmatismo responsável de uma onda democrática mundial ainda embrionária?

Santiago Dantas fracassou no seu intento de reformismo ilustrado. Seus camaradas da direita preferiram o golpe de Estado e o enfrentamento com a esquerda. Poderá Fernando Henrique garantir a moderação do apetite das enormes massas de despossuídos do Brasil e do mundo? Poderá também garantir que a direita não apelará para o desespero e o irracionalismo fascista?

Ele só provará esta tese se conseguir avançar as reformas sociais, superpostergadas no Brasil, no seu governo moderado-conservador. Se não o conseguir, tudo será em vão. A esquerda brasileira deveria apoiá-lo se ele buscasse este caminho. Ela está amadurecida para isto. Mas convenhamos que ela não deve alienar sua independência a uma proposta estratégica tão perigosa. O governo FHC foi-se comprometendo cada vez mais com o programa de direita. Estes fatos funcionaram como uma boa advertência para certos assodamentos no campo da oposição, dos que queriam passar de mala e cuia para o outro lado, com PFL e tudo. Foi extremamente positivo que a oposição de esquerda tenha se mantido unida e tenha ido às eleições de 1998 unida, apresentando uma alternativa séria para o país. Somados os seus votos com as outras propostas de oposições elas representaram 47% dos eleitores brasileiros em 1998.

Os estudos científicos podem ajudar a iluminar estas opções e este é o papel da polêmica sobre a teoria da dependência. Ela vai se desdobrar ainda por muito tempo, apesar do enterro prematuro que Fernando Henrique Cardoso e seus seguidores quiseram fazer dela durante a década de 70. A reedição de seus livros aqui discutidos foi uma prova disto. O aumento dos seminários, publicações e debates sobre a "Teoria da Dependência" é outra prova disto. A dialética, o debate, a confrontação dos argumentos, dos interesses e das estratégias e táticas é o caminho que conquistamos com a democracia. Através dele encontraremos o nosso destino, por mais que o governo atual tente impedí-lo.

Novo capítuoo: O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Dívida Líquida

Total da União (Interna e Externa)

Fonte MF - Base R$ bilhões.

Itens	1994	% PIB	2002	% PIB	Ago/10	% PIB
DMIM	32,1	9,19	558,9	37,82	1.524,6	45,62
DMIBC	33,5	9,59	282,1	19,09	659,6	19,74
DET	22,2	6,35	262,9	17,79	93,5	2,80
Total	87,8	25,13	1.103,9	74,70	2.277,7	68,16

Legenda: DMIM - Dívida Mobiliária Interna em Poder do Mercado;
DMIBC - Dívida Mobiliária Interna em Poder do Banco Central;
DET - Dívida Externa Líquida.

Evolução da Dívida Mobiliária Federal

ANO	Dívida Mobiliária Federal *(R$ bilhões)*	∆% / Dez 1994	% do PIB
1995	84,60	42%	11,99%
1996	114,78	93%	13,60%
1997	225,73	280%	24,04%
1998	343,82	479%	35,11%
1999	464,51	682%	43,62%
2000	506,71	753%	42,96%
2001	605,43	919%	46,50%
2002	687,30	1057%	46,51%
2003	787,14	1225%	46,30%
2004	857,47	1344%	44,17%
2005	1.002,52	1588%	46,69%
2006	1.153,53	1842%	48,68%
2007	1.390,68	2241%	53,54%
2008	1.565,31	2535%	54,17%
2009*	1.815,56	2956%	-

Obs.: Dezembro/1994 – estoque da dívida: R$59,4 bilhões
(*) Dado até setembro

Fonte: Banco Central

NOTAS:

(1) Só num ponto é que Fernando Henrique perde a elegância que o caracteriza. Depois de reconhecer a existência de um movimento intelectual mais amplo no qual se situam as nossas descobertas teóricas, ele faz questão de atribuir a teoria da dependência à sua autoria solitária. Isto o leva a filigranas desnecessárias como citar meus trabalhos sobre a nova dependência de 1968 como posteriores aos seus. Ele afirma: "Theotonio dos Santos, por exemplo, apresenta uma visão similar no estudo que escreveu depois da discussão, em Santiago do ensaio escrito por Faletto e por mim sobre Development and Dependency. Veja dos Santos - La Nueva Dependência, Santiago, CESO, 1968." Segue um elogio à minha exposição "simples e clara" do modelo de conexão dialética e não mecânica entre interesses internos e externos. Fico assim reduzido à condição de bom expositor das teses de Fernando... Ver nota 8 de As idéias e o seu lugar p. 147. Contudo, em outros estudos, como na pág. 63 do A Construção da Democracia, cita a edição mimeografada da La Gran Empresa y Capital Estrangero, Santiago 1966... Ora, eu já tinha antecipado em 1966 as teses de 68 e Cardoso as tinha lido e citado... Tudo isto é bobagem. Fizemos vários seminários juntos em Santiago e apesar de eu ser mais jovem, creio que nos influenciamos mutuamente. Apesar de que muitos autores têm tentado desvendar se o criador da teoria da dependência fui eu ou Fernando Henrique ou André Gunder Frank considero isto uma questão secundária. No Brasil pelo menos o Fernando Henrique já ganhou este título de autor da teoria, entre outras razões pelo seu desempenho eleitoral e pelo cerco realizado à teoria da dependência no país durante toda a década de 80, quando voltamos do exílio. Internacionalmente, contudo, a situação não é a mesma. Por isto no capítulo III sobre "O Consumo da Teoria da Dependência nos Estados Unidos" Cardoso investe contra esta visão de meu protagonismo e de Frank, muito

comum em várias partes do mundo. Ao criticar as visões simplistas dos estudos sobre a dependência afirma: “tomam-se os trabalhos mais gerais e formais de Frank como se eles expressassem o melhor de sua obra, acrescenta-se a definição formal de dependência fornecida por Theotônio dos Santos, desdobra-se às vezes (sic) esta problemática com a do subimperialismo e a da marginalidade, agrega-se uma ou outra (sic) citação embrulhada de algum dos meus trabalhos ou dos de Sunkel e tem-se a teoria da dependência, como um fantoche fácil de ser destruído” (Cardoso, As Idéias e o seu Lugar pág. 136).

(2) Depois de 1973 quando a polêmica começou a delinear-se publiquei vários trabalhos sobre os quais Cardoso não faz referência: Reuni parte dos meus trabalhos anteriores e os revisei para publicar Imperialismo e Dependência em 1978. Este livro foi traduzido ao japonês e recentemente ao chinês demonstrando a retomada dos estudos sobre a dependência no mundo asiático. Desde 1974, no meu segundo exílio no México, dediquei-me às questões mais globais da revolução científico-técnica e da economia mundial evoluindo junto com Imanuel Wallerstein, André Gunder Frank e Samir Amir, entre outros, para a teoria do sistema mundial, sobre a qual prossigo meus estudos atuais. Meu último trabalho sobre este tema foi: Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável, Vozes, 1994. Veja-se também a primeira parte deste livro e a sua bibliografia ao final.

(3) É um pouco difícil para o leitor seguir em detalhe o rico debate travado entre nós sobre a dependência e suas saídas. Minha crítica a Frank foi publicada em Monthly Review, edição em espanhol . Ela foi incorporada posteriormente ao meu livro Dependencia y Câmbio Social, publicado no Chile, na Argentina e na Venezuela e depois em Imperalismo e Dependência, publicado no México, no Japão e recentemente na China. Boa parte deste material encontra-se também no meu livro Crisi del Capitale e Proceso Rivolucionario, Mazzotta, Miklão.

(4) Publiquei sobre o tema, entre outros: Revolução Científico-Técnica e Capitalismo Contemporâneo, Vozes, 1983; Revolução Científico-Técnica e Acumulação de Capital, Vozes, 1987 e Revolução Científico-Técnica, Divisão Internacional do Trabalho e Sistema Econômico Mundial, Cadernos ANGE, 1994.

(5) Além do meu artigo sobre a ameaça fascista, publicado nos Cadernos da Civilização Brasileira, nº 3, 1966, ver meu "Crise Econômica e Crise Política no Brasil", mimeografado, 1966, que se incorporou em grande parte ao livro Socialismo o Fascismo, Dilema de América Latina, publicado no Chile (primeira edição em 1968), na Argentina, no México e na Itália. Veja-se também meu ensaio sobre crise econômica nos países dependentes publicado na coletânea Capitalism in the 70's, editada na Holanda (1970) na Inglaterra, na Alemanha, na Coréia, no Japão e vários outros países.

(6) Para uma teoria da dependência considerada "enterrada" é estranha a vasta literatura que se produz sobre ela em todo mundo. Ademais das centenas de trabalhos publicados sobre o tema em vários anos, somente nos últimos anos, podemos citar os seguintes livros dedicados à teoria da dependência, além dos dois de Fernando Henrique que estão sendo objeto deste artigo:

Bjorn Hettne, Development Theory and the Three Worlds, 1990.

Hunt, O Economic Theories of Development, Hemel, Henises tead, Harverster Wheatsheaf, 1989.

Cristóbal Kay, Latin American Theories of Development and Under development, Routledge, Londres, 1989.

Larraín, Theories of Development, Polity Press, Londres, 1989.

Lehman, Democracy and Development in Latin America, Temple University Press, Londres, 1990

André Gunder Frank, El Desarrollo del Subdesarrollo - Un Ensayo Autobiográfico, Ed. Nueva Sociedad, 1991.

Charles Oman e Garreshan Wignajara, The Postwar Evolution of Development Thinking, OECD Development Center, 1991.
Alvin Y.So, Social Change and Development, Modernization, Dependency and World System Theories, Sage Library of Social Research, 1990.
David E. Apter, Rethinking Development. Modernization. Dependency and Post modern Polítics, Sage Publication, 1990.
Heintz R. Sonntaz Duda/Certeza/Crisis. La Evolución de las Ciencias Sociales de América Latina, UNESCO, 1989.
Richard Peet, Global Capitalism-Theories of Societal Development. Routledge, 1991
Love, Joseph L., A Construção do Terceiro Mundo - Teorias do Subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil, Paz e Terra, 1998.
Chew e Denemarch - The Underdevelopment of Development, Essays in Horror of André Gunder Frank, Sage Publications Theosand Oaks, 1996.
Francisco López Segreras Los Retos de la Globalización, UNESCO, Caracas, 1998, seria interessante também comparar duas teses recentes sobre o tema.
Lídia goldestein, Repensando a Dependência, Paz e Terra, São Paulo, 1994.
Nildo Domingos Origues, La Teoria Marxista de la Dependência: Uma História Crítica, Tesis doutoral, UNAM, México, 1995.

A primeira, escrita no Brasil, revela um desconhecimento impressionante dos textos. Inclusive dos textos citados como na repetida atribuição a mim e a Ruy Mauro Marini da condição de "trotskista" que nunca adotamos mas que vem sendo repetida irresponsavelmente no país por desconhecedores de nossos trabalhos, como Guido Mantega, um dos primeiros a repetir as acusações de "estancacionistas" e "trotskistas".

A tese de Nildo Ourigues tem outro nível, revelando um conhecimento profundo do tema e dos autores tratados.

O livro de Maria Rita Loureiro, 50 Anos de Ciência Econômica no Brasil, Vozes, Petrópolis, 1997 abriga artigos de Luis Carlos Bresser Pereira e Guido Mantega, onde se repetem uma vez mais as mesmas invenções sobre Ruy Mauro Marini e meus trabalhos.

Lovis Baeck, Postwar Development Theorias, UNESCO, Paris, 1993.

Francis Fukuyama, O Fim da História e o Último Homem, 1992, dedica o seu capítulo 9 à crítica da teoria da dependência, segundo ele "a tentativa mais recente de manter viva uma forma de marxismo no Terceiro Mundo".

Magnus Blomström e Björn Hettne, Las Teorías del Desarrollo en Transición, Fondo de Cultura Económica, 1992.

Theotônio dos Santos, Democracia e Socialismo no Capitalismo Dependente, Vozes, 1991.

Ruy Mauro Marini et allii publicou, em 1994-95, 3 volumes de ensaios sobre o pensamento social latino-americano e 4 volumes de textos de referência dos autores deste pensamento, com o apoio da Universidade Nacional Autônoma do México. Eles refletem o renascimento do pensamento social latino-americano esmagado em parte pela onda neo-liberal dos anos 80. Por sinal, a CEPAL está realizando também uma profunda revisão do pensamento de Prebish e dos seus vários pensadores.

Sing C. Chew e Robert C. Denemarke acabam de publicar uma coletânea de ensaios em homenagem a André G. Frank que revisa muito bem toda esta temática: The Underdevelopment of Development, Sage Publications Inc. Coube a mim representar a América Latina nesta coletânea, onde colaboram autores de todos os continentes.

Não citamos aqui os vários artigos e os novos livros em preparação sobre o tema, em vários países, para não ocupar demasiado espaço com as citações bibliográficas.

(7) Sobre as mudanças econômicas e geopolíticas ligadas ao auge do neo-liberalismo e ao fim da guerra fria, publiquei recentemente, entre outros, os seguintes artigos:

"The Future of Geopolitical Aligmments", The Ritsumeikan Journal of International Relations, Kyoto, 1992. (Não traduzido em português).

"As Ilusões do Neo-liberalismo", Carta, publicação do Senador Darcy Ribeiro, 1993.

E o livro: Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável, Vozes, 1993.

BIBLIOGRAFIA:

Abel, Christopher, Latin America, Economic Imperialism and the State; The Political Economy of the External Connection from Independence to Present, The Athlone Press, Londres, 1985.

Ackermann, Maria das Graças, *Les entrepreneurs et le développement (étude d'un groupe d'industriels métallurgiques au Chili),* memoria presentada a l' École Pratique des Hautes Études, París, septiembre de 1970 (mimeo).

Aguilar M., Alonso, *Teoría y política del desarrollo latinoamericano*.

Alberti, Blas M. e Alejandro Horowiez, "La penetración imperialista en las ciencias sociales en América Latina. A propósito de André Gunder Frank y Theotônio dos Santos", Santiago, 1972.

Alschuler Lawrence R., "A Sociological Theory of Latin American Underdevelopment", *Comparative Studies*, VI, 1973.

Alschuler Lawrence R., "Satellization and Stagnation in Latin America", International Studies Quatery, vol. 20, nº 1, March, 1976.

Antola, Esko, "Kehitysmaat Kansain-vâlèsessä järtelmässa", in Eeva-Liisa Milly-mäki e Lamá Honko (ed), Kehitsmaatiedon Perusteet, Turun hehitymaatiedon tyorijmà, Turku, 1976, pp. 127-128.

Amin, Samir, Accumulation on a World Scale: A Critique of the Theory of Underdevelopment, Monthly Review Press, Nova York, 1974.

Amin, Samir, The Challenge of Globalization, Review International Political Economy, RIPE, Vol. 3, No 2, Summer 1996, Routhedge, Londres, pp. 216-259.

Amin, Samir, La gestion capitaliste de la crise, L'Harmattan, Pris, 1995.

Amin, Samir et al, Mondialisation el accumulation, L'Harmattan, Paris, 1993.

Amin, Samir, Itinéraire intellectuel, Regards sur le demi siècle 1945 - 1990, L'Harmattan, Paris 1993 sobre todo: Cap. III (La Teoría de la Acumulación), Cap. VII (Critica del Sovietismo), Cap. VIII (La Regulación).

Amin, Samir, Les défis de la mondialisation, l' Harmattan, Paris, 1996, particularmente: Cap. V (Mundialización y cinanciación), conclusion (Retorno al tema de la transición socialista).

Apter, David E., Rethinking Development Modernization, Dependency and Postmodern Politics, Sage Publications, Londres, 1990.

Bacha, Claire Savit, *"A dependencia nas relações internacionais: uma introdução à experiencia brasileira*", tesis de maestría presentada al IUPERJ, Rio, 1971.

Bagchi, A K. (1972): La inversión privada en la India, CUP.

Bagchi, A K, (1973): "Capital extranjero y desarrollo económico en la India. Un vistazo general", en K. Gough y H.P. Sharma (eds.), Imperialismo y revolución en Asia del Sur, Nueva York, Monthly Review Press.

Bagchi, A K, (1976): “La desindustrialización d e la India en el siglo XIX y sus implicaciones teóricas”, Journal of Development Studies, 12 (2) (enero), 135-164.

Bagchi, A K, (1982) La economía política del subdesarrollo, CUP.

Bagchi, A K, (1985) “ Desviación de la economía india”, The Herald Review (Bangalore, India), I, 35 (5-11 de mayo), 39-44.

Bagchi, A K, (1990): “El discurso sobre la planificación y la economía política de la India poscolonial: del compromiso frágil al consenso democrático”, EPW, xxvi, 11-12 (marzo), 611-628.

Bagú, Sergio, “Dependencia y subdesarrolo en América Latina, comentarios”, *Problemas del desarrollo*, México, UNAM, 1970, n.4.

Bambirra, Vania, “Integración monopólia mundial e industrialización: sus contradicciones”, *Sociedad y desarrollo,* vol. I n. 1, Santiago, 1972.

Bambirra, Vania, Teoria de la Dependencia: Una Anticrítica, Era, México, 1978.

Bambirra, Vania, *El Capitalismo dependiente en América Latina,* Siglo XXI, México.

Bambirra, Vania, *La Revolución Cubana: Una reinterpretación,* Ed. Nuestro Tiempo, México, 1974.

Bambirra, Vania, (introducción y compilación), *Diez años de experiencia insurreccional en América Latina.*

Banco Mundial, Informe Econômico de 1992, FGV.

Basi Alfredo, Dialética da Colonização, Companhia das Letras, São Paulo, 1992.

Beaud, Michel, “*Sur la Connaissance de l’Économie Mondiale*”, Mimeo, Paris, 1990.

Bielchowsky Ricardo, Pensamento Econômico Brasileiro, O ciclo ideológico do Desenvolvimento, 2ª edição revisada, Contraponto, Rio de Janeiro, 1995.

Bitar, Sergio, Inversión extranjera en la industria manufacturera de Chile.

Bizelli, Edimilson, “La política norteamericana para América Latina”. Economía y Ciencias Sociales, nº extraordinario en acuerdo con el CESO, Caracas, diciembre de 1973.

Blomstrom, Magnus, Development Theory in Trasition, The Dependency Debate & Beyond; Third World Responses, Zed Books, Londres, 1984.

Blomstrom Magnus and Hettne Bjorn, La Teoría Del Desarrollo en Transicion, F.C.E., México, 1990.

Blomstrom Magnus and Hettne Bjorn, 1992, Las teorías del desarrollo en transición. México City: Fondo de Cultura Económica.

Bodenheimer, Suzzane, "*Dependency and Imperialism*", Politics and Society, n.5, maio, 1970.

Bodenheimer, Suzzane, "Dependency and Imperialism: The Roots of Latin American Underdevelopment". *NACLA Newsletter, 1970*.

Brand, Willy, Global Challenge, From Crisis to Cooperation; Breaking the North-South Stalematc, Report of the Socialist International Committee on Economic Policy, Pan Books, Londres & Sidney, 1985.

Braudel, Fernand, "*Économie-monde*", no 3º volume de Civilisation Matérielle, Économic et Capitalisme, sob o título Le Temps du Monde, Armand Colin, Paris, 1979.

Briones, Álvaro, Economía y Ciencias Sociales, sobre Empresas Transnacionales y dependencia tecnológica, "Los conglomerados transnacionales, la tecnología y el mercado de bienes intermedios"., *nº extraordinario en acuerdo con el CESO, Caracas, diciembre de 1973.*

Camacho, Daniel, Debates sobre la Teoria da la Dependencia y la Sociologia Latinoamericana, EDUCA, San José, 1979.

Campos, M.N., *Transferencia de tecnologia, dependencia del exterior y desarrollo económico.*

Cardoso Fernando Henrique e Faleto Enzo, Dependência e Desenvolvimento na América Latia, Editora Paz e Terra, 1969.

Cardoso, Fernando Henrique, "?Teoría de la dependencia o análisis de situaciones concretas de dependencia?", *Revista Latinoamericana de Ciencia Política*, I, deciembre de 1971.

Cardoso, F. H., *Imperialismo e dependencia*, 1972, mimeo.

Cardoso, F. H., *Estado y Autoritarismo, Ed.*

Cardoso, Fernando Henrique, 1993[a], A Construção democria: Estudos sobre política. São Paulo: Siciliano.

Cardoso, Fernando Henrique, 1993b As idéias e o seu lugar: Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento, Petrópolis: Vozes

Carmona de la Peña, Fernando, *Dependencia y cambios estructurales*.

Castro, Josué, Geopolítica da Fome*, Editora Brasiliense, São Paulo,* 1951.

Castro, Fidel, The World Economic and Social Crisis, People's Publishing House, Delhi, 1983.

Ceceña Cervantes, José Luis, *Superexplotación, dependencia y desarrollo*.

Cinta, Ricardo, "Burguesía nacional y desarrollo", en *El perfil de México en 1980*.

Chew, Sing C. and Robert C. Denemark, 1996 The Underdevelopmente of Development. Newbury Park: Sage.

Chilcote, Ronald H., "*A Critical Synthesis of the Dependency Literature*", Latin American Perspectives, I, primavera, 1974.

Chilcote, Ronald, Theories of Development and Underdevelopment, ed. Westview Press, Boulder and London, 1984.

Chilcote, Ronald, Dependency and Marxism; Toward a Revolution of the Debate, ed. Westview, Boulder and London, 1982.

Chilcote Ronald, Teorias de Política Comparativa, A Busca de um Paradígma Reconsiderado, Vozes, Petrópolis, 1998.

Club of Rome, The Limits to Growtn, Universe Books, Nova York, 1972.

Comissão Sul, O Desafio do Sul, Edições Aprontamento, 1990.

Córdoba, Armando y Silva Michelena, Héctor, *Aspectos Teóricos del subdesarrollo*.

Córdoba, Armando, *El capitalismo subdesarrollado de A.G. Frank*.

Córdova, Arnaldo, *La política de masas del cardenismo, Era, México, 19.*

Costa João Cruz, Contribuição à História das Idéias no Brasil, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1956.

Cueva, Agustín, El Desarrollo del Capitalismo en América Latina, siglo XXI, México, 1978.

Cueva, Agustín, "*Problemas y Perspectivas de la Teoria de la Dependencia*", CELA, UNAM.

Dantas San Tiago, Dois Momentos de Rui Barbosa.

Davydov, Vladimir*, "Nueva Ronda de Debates Acerca de la Dependencia*", América Latina, Moscou, n. 11, 1984.

Davydov, Vladimir*, "Que es la Teoria de la Dependencia?*", América Latina, Moscou, n. 12, 1985 e n. 3, 1986.

Dussel, Enrique, 1973, Para una Ética de la Liberación Latinoamericana, t.1-2 (escritos en 1970-1972), Siglo XXI, Buenos Aires, 1973; t.3 (escrito en 1973), Edicol, México, 1977; t. 4-5 (escritos en 1974-1975), USTA, Bogotá, 1979-1980 (en português en Loyola, São Paulo, t. 1-5, 1982). Hay otras ediciones en lengua española.

Dussel, Enrique, 1974, El dualismo en la antropologiía de la Cristiandad, Editorial Guadalupe, Buenos Aires.

Dussel, Enrique, 1985, La Producción Teórica de Marx. Un comentario a los Grundrisse, siglo XXI, México.

Dussel, Enrique, 1988, Hacia un Marx Desconocido. Un Comentario de los Manuscritos del 61-63, Siglo XXI, México.

Dussel, Enrique, 1990, El Último Marx (1863-1882) y la Liberación Latinoamericana, siglo XXI, México.

Dussel, Enrique, 1992, "Re-lecture Marx. Aus der Perspektive der Lateinamerikanixchen Philosophie der Befreiung", en Bremen Philosophica, Folleto Universitat Bremen, Studiengang Philosophie, 5, 10 p.

Dussel, Enrique, 1993b, Las metáforas Teológicas de Marx, Verbo Divino, Estella (Epaña).

Dussel, Enrique, 1994, Historia de la filosofia lantinoamericana y Filosofia de la Liberación, Nueva América, Bogotá.

Dolphus,Olivier,"*Le Système Monde*",in L'Information Géographique,1992, n.54, pp 45-52.

Dos Santos, Theotônio, 1966[a] "La Gran empresa y capital estrangero". Mimeo, Santiago.

Dos Santos, Theotônio, 1966b, Revista Civilização Brasileira, no. 3., Editora Civilização Brasileira, Rio.

Dos Santos, Theotônio, 1966c, "Crise Econômica e Crise Política no Brasil". Mimeo, Santiago, Centro de Estudos Sócios Económicos.

Dos Santos, Theotônio, 1967, El nuevo carácter de dependéncia. Santiago: Centro de Estudios Socio-Económicos.

Dos Santos, Theotônio, 1968[a], "El capitalismo colonial según ª G. Frank", Monthly Review, Selecciones en Castellano 5 (November).

Dos Santos, Theotônio, 1968b, Imperialismo e dependéncia. México City: Era.

Dos Santos, Theotônio, 1968c, La nueva dependéncia. Santiago: Centro de Estudios Socio-Económicos.

Dos Santos, Theotônio, 1968d, Socialismo o fascismo: Dilema de América Latina. Santiago: Editorial PLA.

Dos Santos, Theotônio, 1970, Dependencia y cambio social. Santiago: Centro de Estudios Socio-Económicos.

Dos Santos, Theotônio, La Crisis Norte-Americana y América Latina, ed. PLA, Santiago, 1970.

Dos Santos, Theotônio, "Structures of Dependency", The American Economie. Review, maio de 1970, New York, pgs. 231-36.

Dos Santos, Theotônio, 1971, Het Kapitalisme in de Jaren Zeventig, Amsterdan: Backhandel Van Gennep.

Dos Santos, Theotônio, 1972, Il Capitalism negli anni 70, Milano; Gabriele Mazzotta editore.

Dos Santos, Theotônio, "El Capitalismo Colonial según Andre Gundher Frank", Monthly Review, ediciones en Castellano, ano V, N. 52, novembro, 1972, Santiago do Chile.

Dos Santos, Theotônio, Imperialismo y Corporaciones Multinationales, ed. PLA, Santiago, 1973.

Dos Santos, Theotônio, Imperialismo y Dependencia, 2ª parte, Era, 1975

Dos Santos, Theotônio, Imperialismo y Dependencia, Era, México, 1978.

Dos Santos, Theotônio, La Revolución Histórica y la Crisis del Milagro Economico, México, D.F.: Editorial Nueva Imagem, 1978

Dos Santos, Theotônio, Iglesia y Estado en América Latina, (com Pio Garcia, Enrique Dussel et alli), México D.F: SEPLA, 1979.

Dos Santos, Theotônio, Brasil: Crisis Economica y Transición Democrática (com João Francisco Neto, Paulo Gonzaga da Silva e Severo Salles), México D.F.: Cuadernos del SEPLA, 1979.

Dos Santos, Theotônio, La Estrategia y Táctica Socialistas, de Marx y Engels e Lenin (com Vânia Bambirra), México D.F: Ediciones Era, 2 volumes, 1980.

Dos Santos, Theotônio, 1983, Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo. Petrópolis: Vozes,

Dos Santos, Theotônio, Teorias do Capitalismo Contemporâneo, Belo Horizonte: Veja, 1983.

Dos Santos, Theotônio, Forças Produtivas e Relações de Produção, Ed. Vozes, 1983.

Do Dos Santos, Theotônio, "Fundamentos Teóricos do Governo Fernando Henrique Cardoso", Política e Administração FESP, Rio de Janeiro, Vol. 2, No. 4, 1994, p.p. 64-73; Ciência e Letras, Porto Alegre, agosto 1996, p.p. 121-141.

Dos Santos, Theotônio, "A Crise Atual e sua Dimensão Tecnológica", Textos para Discussão, FESP, RJ-1, outubro de 1985.

Dos Santos, Theotônio, Forças Produtivas e Relações de Produção, Petrópolis: Vozes, 1985.

Dos Santos, Theotônio, O Caminho Brasileiro para o Socialismo, Petrópolis: Vozes, 1986.

Dos Santos, Theotônio, 1987, Revolução científico-técnica e acumulação de Capital. Petrópolis: Vozes.

Dos Santos, Theotônio, 1987, La Crisis Internacional del Capitalismo y los Nuevos Modelos de Desarrollo. Ed. Contrapunto.

Dos Santos, Theotônio, "A Revolução Científico-Técnica e a Nova Divisão Internacional do Trabalho", Journal of International Relations, riktusumcikan University, 1990.

Dos Santos, Theotônio, A Trilateral: Noa Fase do Capitalismo Mundial (com Hugo Assman, Noam Chomsky et alli), São José: Centroamericana, 1978; Petrópolis: Vozes, 1990.

Dos Santos, Theotônio, 1991, Democracia e socialismo no capitalismo dependente. Petrópolis: Vozes.

Dos Santos, Theotônio, 1992, "The future of geopolitical alignments" , The Ritsumeikan Journal of International Relations. Vol. 4, N. 3, págs. 1-32, março, Kyoto.

Dos Santos, Theotônio, 1993ª, Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes.

Dos Santos, Theotônio, 1993b, "As ilusões do neo-liberalismo" . Carta, Publicação do Senador Darcy Ribeiro, Brasília.

Dos Santos, Theotônio, 1994ª, Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável, Petróplis: Vozes.

Dos Santos, Theotônio, 1994b, Revolução científico-técnica, divisão internacional do trabalho e sistema económico mundial. Cadernos ANGE: Vitória.

Dos Santos, Theotônio, 1995, A evolução histórica do Brasil: Da Colônia a crise da Nova República. Petrópolis: Vozes.

Dos Santos, Theotônio, "Os Fundamentos Teóricos do Governo Fernando Henrique Cardoso", Cienciais & Letras, Porto Alegre, 1996.

Dos Santos, Theotônio, "América Latina: Democracia e Ajuste Estrutural", Anos 90, Porto Alegre, 1996-b.

Dos Santos, Theotônio, Sistema Econômico Mundial, Gênese e Alcance de um Conceito, Mímeo.

Dreifuss, René, A Internacional Capitalista - Estratégias e Táticas do Empresariado Transnacional - 1918 a 1986, ed. Espaço e Tempo, Rio de Janeiro, 1987.

Dreifuss, René, A Época das Perplexidades: Mundialização, Globalização e Planetarização, Vozes, 1996, Petrópolis.

Dunn, C. Chase, *"The Effects of International Economic Dependence on Development and Inequality: A Cross National Study*", American Sociological Review, XL, dezembro, 1975.

Durand P., Víctor Manuel, "México: dependencia o independencia en 1980" en *El perfil de México en 1980.*

Duvall, Raymund et al., "A Formal Model of 'dependencia' theory: structure, measurement and some preliminary data", Edimburgh IPSA Congress of August 16-21, 1976.

Economic Survey of Japan, 1988-1989 e 1989-1990.

Fajnzylber, Fernando, *Sistema industrial en Brasil, 1970.*

Fajnzylber, Fernando, *Sistema industrial y exportación de manufacturas.*

Faria, Vilmar E., "Dépendence et idéologie des dirigeants industriels brésiliens", *Sociologie du Travail*, n. 3, julio-septiembre de 1971, París; Faria escribió también una monografía todavía inédita sobre el mismo tema.

Fausto, Ayrton, "La nueva situación de dependencia y el análisis sociopolítico de Theotônio dos Santos", *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, n.1-2, Santiago, 1971.

Fernandes, Florestan, "Patrones de dominación externa en América Latina", *Revista Mexicana de Sociología*, vol.XXXII, n.6, noviembre-diciembre de 1970.

Frank, André Gunder, El Desarollo del Subdesarrollo - Un Ensayo Autobiográfico, ed. Nueva Sociedad: Caracas, 1991.

Frank, André Gunder, World Accumulation, 1492-1789, e Dependent Accumulation and Underdevelopment, ambos editados pela Monthly Review em 1978.

Frank, André Gunder, Crisis in the World Economy, e Crisis in the Third World, ambos publicados pela Holmes & Meier, Nova York, 1980, 1981.

Frank, André Gunder, "*A Theoretical Introduction to 5000 years of World System History*", in Review, Binghamton, vol. XIII, n. 2, pp 155-248, primavera, 1990.

Freeman Christopher (ed.), Long Waves in the World Economy, Frances Pinter, 1984.

Fundação Gulbenkian e Grupo Lisboa, Limite à Competição, Lisboa, 1994.

Furtado, Celso, *O mito do desenvolvimento economico.*

Furtado, Celso, Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, Editora Nacional, 1979.

Fukuyama, Francis, The End of History and the Last Man, capítulo 9, 1992.

Fukuyama, Francis, 1992, O fim da história e o último homem. São Paulo.

Galtung, Johan, "A Structural Theory of Imperialism", Journal of Peace Research, 2, 1971, pp. 81-117.

Gaos José, El Pensamiento Hispano-americano. Antología del Pensamiento de Lengua Española en la Edad Contemporanea, Edição das Obras completas, vol. V, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1993.

García, Antonio, "Atraso y dependencia en América Latina". *Hacia una teoría latinoamericana de las ciencias sociales del desarrolllo.*

Girvan, Norman, "*The Development od Dependency Economics in the*

Caribbean and Latin America: Review and Comparison", Social and Economic Studies, XXII, março, 1973.

Gonzáles, Estanislao, "Venezuela: nueva política petrolera y dependencia". *Economía y Ciencias Sociales*, ibid.

Graciarena, Jorge, "La dinámica del capitalismo del subdesarrollo en América Latina", *Foro Internacional,* XIII, México, abril-junio de 1973.

Grou, Pierre, Atlas Mondial des Multinationales e L'Espace des Multinationales, Réclus-La Documentation Française, Paris, 1990.

Gurrieri Adolfo, La Obra de Prebish en la CEPAL, F.C.E., México, 1982.

Hasenbalg, G., Brigadão C., Leite Costa, F.J., *O sector financiero no Brasil: aspectos históricos.*

Herrera, Amilcar, Catastrophe or New Society? A Latin American World Model, IDRC, Ottawa, 1976.

Herrera, Amilcar, Las Nuevas Tecnologias y el Futuro de América Latina. Campinas, Unicamp, 1991.

Hettne, Bjorn, Development Theory and the Three Worlds*,* 1990.

Hettne, Bjorn e Blomström, Magnus, Development Theory in Trasition, The Dependency Debate & Beyond; Third World Reponses, Zed Books, Londres, 1984. Edição em espanhol por Siglo XXI, 1990.

Hinkelammert, Franz, *El subdesarrollo latinoamericano.Un caso de desarrollo capitalista.*

Hinkelammert, Franz, "La teoría clásica del imperialismo, el subdesarrollo y la acumulación socialista", *Cuadernos de la Realidad Nacional, Santiago de Chile, n.4, junio de 1970.*

Hinkelammert, Franz, "Teoría de la dialéctica del desarrollo desigual", *Cuadernos de la Realidad Nacional, Santiago de Chile, n.6, diciembre de 1970.*

Hirshman Albert O. , Estratégias de Desenvolvimento Econômico.

Hunt, Economic Theories of Development*,* 1989.

Huntington, Samuel P. , 1994, A terceira onda: A democratização no fina do século XX. São Paulo: Atica.

Hveem, Helge, "The Global dominance system. Notes on a theory of global political economy", Journal of Peace Research, 4, 1973, pp. 319-340.

IMEMO - Institute of World Economy and International Relations of the Science Academy, Developing Countries: Regularities, Tendencies and Perspectives, editado na Russia em 1978.

Ianni, Octavio, *Imperialismo y cultura de la violencia en América Latina*.

Ianni, Octavio, *Sociología del Imperialismo.*

Ianni, Octavio, "La Sociología de la dependencia en América Latina". *Revista Paraguaya de Sociología, vol.I, n.21,* Asunción, mayo-agosto de 1971.

Kahl, Joseph A., Modernization Exploitation and Dependency in Latin America, New Brunswick, New Jersey, 1976.

Kay, Cristobal, Latin American Theories of Development and Underdevelopment*,* 1989.

Kauffman, Robert, "*A Preliminary Test of the Theory of Dependency*", Comparative Politics, VII, abril, 1975.

Labastida, J., "Los grupos dominantes frente a las alternativas de cambio", en *El perfil de México en 1980.*

Lall, Sanjaya, "*Is Dependence a Useful Concept in Analysing Underdevelopment?",* World Development, III, novembro, 1975.

Larraín, Theories of Development*,* 1989.

Lechman, Democracy and Development in Latin America*,* 1990.

Lebedinsky, Mauricio, *Del subdesarrollo al desarrollo*.

Lebedinsky, Mauricio, *América Latina en la encrucijada de la década del setenta*.

Leiva, J.L., *El sector externo, los grupos sociales y las políticas económicas en Chile* (1830-1940), CESO, mimeo.

Le Roy, Cis y otros, *"Toward a Resolution of the Weakness of Dependency Theory*", Riverside, Collective Paper of Graduate Students, University of California, 1973.

Lessa, C. y Vasconi, T*., Hacia una crítica de las interpretaciones del desarrollo latinoamericano,* Universidad Central de Venezuela, 1969.

Lewis, Colin M., Latin America, Economic Imperialism and the State; The Political Economy of the External Connection from Independence to Present, The Athlone Press, Londres, 1985.

Lewis Arthur W., A Teoria do Desenvolvimento Econômico, Zehar, Rio, 1960.

Loureiro Maria Rita (org.), 50 Anos de Ciência Econômica no Brasil, Vozes, Petrópolis, 1997.

Love, Joseph L., A Construção do Terceiro Mundo – Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil, Paz e Terra, 1998.

Luciano, Martins, *Politique et développement économique: structures de pouvoir et système de décisions au Brésil,* Anthropos, 19 , Paris.

Madison Angus, The World Economy int the 20th Century, OCDE, 1989.

Magalhães João Paulo de Almeida, Paradígmas Econômicos e Desenvolvimento, a Experiência Brasileira, Editora UFRJ e EDUERJ, Rio de Janeiro, 1996.

Magdoff Harry, La Era del Imperialism, Editorial Nuestro Tiempo, México, 1969.

Maidánik, Kiva, El Proceso Revolucionário de America Latina visto desde la URSS, editora Taller, C. por A., Santo Domingo, República Dominicana, 1982.

Malavé-Matta, Héctor, "Dialéctica del subdesarrolo y dependencia", *Problemas del Desarrollo*, México, agosto-octubre de 1972.

Manley, Michael, Global Challenge, From Crisis to Cooperation; Breaking the North-South Stalematc, Report of the Socialist International Committee on Economic Policy, Pan Books, Londres & Sidney, 1985.

Marini Ruy Mauro, Subdesarrollo y revolución, Siglo XXI, México, 1985, 12º edição (1º edição, 1969).

Marini Ruy Mauro, Sous-développement et révolution en Amérique latine, Maspero, Paris, 1972.

Marini Ruy Mauro, Il subimperialismo brasiliano, Einaldi, Turim, 1974.

Marini Ruy Mauro, Subdesenvolvimento e revolução, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1975.

Marini Ruy Mauro, Dialéctica de la dependencia, ERA, México, 1990, 10º edição (1º edição, 1973);

Marini Ruy Mauro, El reformismo y la contrarrevolución. Estudios sobre Chile, ERA, México, 1976.

Marini Ruy Mauro, Análisis de los mecanismos de protección al salario en la esfera de la producción, Secretaria do Trabalho, México, 1983.

Marini Ruy Mauro, Democracia e Integração na América Latina, Ed., São Paulo, 1990.

Marini Ruy Mauro "Brazilian Sub-Imperialism", Monthly Review (N.York), janeiro 1972; "Subimperialismo del Brasil", Monthly Review (Buenos Aires), 1-2, Maio 1973.

Marini Ruy Mauro "Subdesarrollo y revolución en América Latina", Tricontinental (Havana, com edições também em francês e inglês), 1968; Monthly Review - Selecciones en Castellano (Santiago, Ch.), setembro 1969.

Marini Ruy Mauro "La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil", Cuadernos Americanos (México), XXV-5, junho de 1966.

Marini Ruy Mauro "Brazilian Interdependence and Imperialist Integration", Monthly Review (N.York), dezembro 1965; "La interdependencia brasileña y la integracion imperialista", Monthly Review en Castellano (Buenos Aires), 1966.

Marini Ruy Mauro "Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporâneo", Foro Internacional (México), abril-junho 1965.

Marini Ruy Mauro "Las Razones del Neo-desarrollismo, respuesta a F.H. Cardoso y I. Serra", Revista Mexicana de Sociología, México, Número especial, 1978 (este mesmo número publica o antigo de Cardoso).

Marini, Ruy Mauro, 1965, Brasilian, "Interdependence" and imperialists integration. Monthly Review (December).

Marini, Ruy Mauro, 1974, *Dialéctica de la Dependencia*. México City: Serie Popular Era.

Marini, Ruy Mauro, 1994-1995, La teoría social Lantinoamericana. 4 vols. México City: El Caballito.

Marini Ruy Mauro y Millán Márgara (orgs.), La Teoria Social Latinoamericana, Textos Escogidos. 3 vols, Universidad Nacional Autônoma de México, México, 1995.

Marini Ruy Mauro y Millán Márgara (orgs.), La Teoría Social Latinoamericana, Tomo I: Los Orígenes: Tomo II: Subdesarrollo y Dependencia; Tomo III: La Centralidad del Marxismo; Tomo IV: Cuestiones Contemporaneas; Ediciones el Caballito – Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1996.

Marini Ruy Mauro e Dos Santos Theotônio, Antologia sobre o Pensamento social Latinoamericano, CRESALC-UNESCO, Caracas (a sair).

Martz, John, "*Political Science and Latin American Studies: A Discipline in Search of a Region*", Latin American Research Review, VI, primavera, 1971.

Maza Zavala, D. F., *Los mecanismos de la dependencia*.

Michellet, C.A., Le Capitalisme Mondial, P.U.F., Paris, 1985.

Meeropol, Michael, "Towards a Political Economy Analysis of Underdevelopment", *Review of Radical Economy*, IV, 1972.

Moreno, José, *CEPAL, reformismo e imperialismo.*

Mota, Carlos Guilherme, Ideologia da Cultura Brasileira (1933-74), Editora Ática, São Paulo, 1978.

Muñoz, Heraldo, *"El Análise de la Teoria de la Dependencia en los Centros: Ejemplos de EEUU*" in Estudios Internacionales, janeiro-março, 1979.

Muñoz, Heraldo, *"Cambio y Continuidad en el Debate sobre la Dependencia y el Imperialismo",* in Estudios Internacionales, outubro-dezembro, 1978.

Muñoz, Heraldo, From Dependency to Development - Strategies to Overcome Underdevelopment and Inequality, editora Westview Press, Boulder, Colorado, 1982.

Murga, Antonio, "Dependency: A Latin American View", *NACLA Newsletter*, IV, febrero de 1971.

Nações Unidas, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Nosso Futuro Comum, FGV, 1988.

Ngo Man Lan, Un real Grouth, Critical Studies in Asian Development, 2 vols, Hindustan Publishing Corporation, Delhi, 1984.
Número Especial sobre "Ciclos Longos". Review, vol. II N. 4, 1979.

O'Brien, Phillip, "*A Critique of Latin American Theories of Dependence*", in Oxgal et al., Beyond the Sociology of Development, Londres, 1975.

O Desafio ao Sul - Relatório da Comissão Sul, ed. Afrontamento, 1990.

OECD, Council at Ministerial Level, Background Report Concluding the Technology Economy Programs (TEP), 1991.

Olof Palme Commission Report, Common Security; A Program for Disarmament, Pan Books, Londres & Sidney, 1982.

Oman, Charles, The Postwar Evolution of Development Thinking, OECD Development Center, Paris, 1991.

Palma, Gabriel, 1978, “Dependency: A Formal Theory of Underdeelopment or a Methodology for the Analysis of Concrete situations of Underdevelopment”, World developmente 6, p. 881-894. Um cuidadoso exame das raízes da teoria do subdesenvolvimento, voltado, em particular, para o pensamento de Lênin e sua influência sobre a teoria contemporânea.

Peet, Richard, Global Capitalism - Theories of Societal Development, Routledge, Londres e Nova York, 1991.

Peralta, Ramos M., *Etapas de acumulación de capital y lucha de clases en la Argentina, 1930-1970.*

Perroux François, A Economia do Século XXI, Herder, Lisboa, 1967 (2ª edição 1964).

Pereira, Y. E., *Endeudamiento exterior.*

Pinto A., “El modelo de desarrollo reciente en América Latina”, en *El Trimestre Económico*, n. 150, México, 1970.

Pinto, Aníbal, “Notas sobre desarrollo, subdesarrollo y dependencia”, *El Trimestre Económico*, vol. 39, n. 154, México, 1972.

Pinto, Aníbal, “El sistema centro-periferia 20 años después”, *International Economics.* Ensayos en honor de Raúl Prebisch, Estados Unidos, Ed. L.E.D. Marco, Academic Press, 1972.

Pizarro, Roberto y Caputto, Orlando (1970), *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales,* ed. PLA, Santiago, Chile*.*

Pizarro, Roberto y Caputto, Orlando, *Desarrolllo y capital extranjero: las nuevas formas del imperialismo en Chile, mi.*

PNUD, Human Development Report, 1991.

Portantiero, Juan Carlos, “O Marxismo Latinoamericano” in History of Marxism, dirigida por Eric J. Hobsbawn, volume.

Prebisch, Raul, Capitalismo Periférico, Crisis y Transformación, Fondo de Cultura Económica, México, 1981.

Prebisch, Raul, Capitalismo Periférico, Crisis y Transformación, Fondo de Cultura Económica, México, 1990.

Quijano, Aníbal, "Nationalism and Capitalism in Perú: a study in neo imperialism", *Monthly Review*, vol. 23, n. 3, julio-agosto, 1971.

Ramos, Sergio, *Chile: ?Una economía en transición?,* Ed. PLA, Santiago, 1970.

Reyna, J.L., "Movilización o partipación política: discusión de algunas hipótesis para el caso mexicano". Además de este trabajo ver su tesis de doctorado.

Rodriquez, Gustavo O., De la Cepal a la Teoria de la Dependencia - Un Esquema Descriptivo, IESE, Cochabamba, 1979.

Rodriquez, Octavio, "*Informe sobre las Criticas a la Conception de la CEPAL*", Secretaria de la Presidencia, México, 1974.

Rostov, W.W., Etapas do Crescimento Econômico, Zahar, 1961.

Rostov, W.W., The World Economy: History and Prospects, University of Texas Press, Austin, 1978.

Rostov, W.W., Theories of Economic Growth from David Hume to the Present-with a Perspective in the Next Century, 1994.

Russet, Bruce, "An empirical assessement of global inequalities and dependence", Theories of Dominance and Dependency Structures, Proceedings of a Seminar in Oslo, 13-14 March, 1975, vol. II, PRIO, Oslo, 1975.

Sachs, Ignacy, Estratégias de Transição para o Século XXI, Studo Nobel, 1993.

Sankatsing Glenn, Las Ciencias Sociales en el Caribe, un balance crítico. UNESCO-Editorial Nueva Sociedad, Caracas, 1990.

Schmidt, Benicio Viera, *"Um teste de duas estrategias políticas: a dependencia e a autonomia",* tesis de maestría, mimeo., Belo Horizonte, 1970.

Schumpeter, Theoria do Desenvolvimento Econômico, Os Economistas, Abril.

Schwartz Roberto, Ao Vencedor de Batatas, Forma Literária e processo social nos inícios do romance brasileiro, 3ª edição, Livraria duas Cidades, São Paulo, 1988.

Semo, Enrique, La Crisis Actual del Capitalismo, ed. De Cultura Popular, México, 1975.

Sentzes, Tamas, The Political Economy of Underdevelopment, Akadémiari Kiadó, Budapest, 1971.

Sepúlveda, Cristian, *Desarrollo económico en Chile*. Cuadernos del CESO, 1973, (mimeo).

So, Alvin Y., Social Change and Development, Modernization, Dependency and World System Theories, Sage Library of Social Research, Londres, 1990.

Sonntang, Heintz R., Duda/Certeza/Crisis. La Evolución de las Ciencias Sociales de América Latina, UNESCO - Editorial Nueva Sociedad, Caracas, Venezuela, 1989.

Sunkel, Oswaldo, "Política nacional de desarrollo y dependencia externa", *Revista de Estudios Internacionales*, vol. I, n. 1, mayo, 1967. Santiago do Chile.

Sunkel Oswaldo, "*Capitalismo Transnacional e Desintegração Nacional na América Latina*", Social and Economic Studies, University of West Indies, 22-1, 1973.

Stavenhagen, Rodolfo, "The Future of Latin America: Between Underdevelopment and Revolution". *Latin American Perspectives*, vol.I, n.1, 1974.

Stavenhagen, Rodolfo, "?Cómo descolonizar las ciencias sociales?", *Sociología y subdesarrollo.*

The Global 2000 Report to the President of the US, Government Printing Office, Washington, D.C., 1980.

The Journal of Internacional Studies, dedicou uma edição especial à Teoria da Dependência em fevereiro de 1973.

Timbergen, Jean (coordenador), Reshaping the Internacional Order, Rio, Report to the Club of Rome, Dutton, Nova York, 1976.

Todaro, M.P., Economic Development in the Third World, Longman, Londres, 1977.

Tuomi, Helena, "Denpendency Models in Westesn Development Research", in Dependency & Latin American Development, Seminar ou Latin America: A Report, Eeva-Luisa Myllimäkí e Brett Dellinger, ed. Rauhaan Tutkien, Finish Peace Research Association, 1977.

United Nations, Center on Transnational Corporations, World Investment Report, New York, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996.

United Nations. World Investment Report. 1991, 1992, 1993 e 1994.

United Nations, Center on Transnational Corporations, Transnational Corporations in World Development. Trends and Prospects, 1998.

Vaitsos, C., *Comercialización de tecnología en el Pacto Andino.*

Väyrinen, Raimo, "The Role of Transnational Corporations in International Trade", Tampere Peace Research Institute, Occasional Papers, nº 3, 1976.

Vasconi, T., *Dependencia y superestructura y otros ensayos*, en colaboración con Inés Recca, *Modernización y crisis en la Universidad Latinoamericana.*

Villa, M., "Las bases del Estado mexicano y su problemática actual" en *El perfil de México en 1980.*

Vuskovic, P., "Distribución del ingreso y opciones de desarrollo", en CEREN, Universidad Católica de Chile, 1970.

Wallerstein, Immanuel, The Capitalist World Economy, publicado pela Maison des Sciences de l'Homme, 1979.

Wallerstein, Immanuel, The Politics of the World Economy, publicado pela Maison des Sciences de l'Homme, 1984.

Wallerstein, Immanuel, Modern World System, Academic, New York, Vol. I, 1974

Wallerstein, Immanuel, Modern World System, Academic, New York, Vol. II 1980.

Wallerstein, Immanuel, Modern World System, Academic, New York, Vol. III, 1989.

Wallerstein, Immanuel, O Capitalismo Histórico, Brasiliense.

Weffort, F. C., *"Clases populares y desarrollo social*". ILPES, febrero, 1968.

Wignajara, Ganeshan, The Postwar Evolution of Development Thinking, OECD Development Center, Paris, 1991.

W. Andreff, Les Multinationales, La Découverte, Paris, 1987.

W. Leontief, The Future of World Economy, Nações Unidas, 1977.

Willy Brand Commission Report, North-South; A Programme for Survival, Pan Books, Londres & Sidney, 1980.

Willy Brand Commission Report, Common Crisis North-South; Cooperation for World Recovery, Pan Books, Londres & Sidney, 1983.

Apêndice 1:

CARTA ABERTA A FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.

Meu caro Fernando

Vejo-me na obrigação de responder a carta aberta que dirigiste a Lula, em nome de uma velha polêmica que você e o José Serra iniciaram em 1978 contra o Rui Mauro Marini, eu, André Gunder Frank e Vânia Bambirra, rompendo com um esforço teórico comum que iniciamos no Chile na segunda metade dos nos 1960. A discussão agora não é entre os cientistas sociais e sim a partir de uma experiência política Esta carta do ex-presidente Fernando Henrique é uma defesa muito frágil teórica e politicamente de sua gestão. Quem a lê não pode compreender porque ele saiu do governo com 23% de aprovação enquanto Lula deixa o seu governo com 96% de aprovação. Já discutimos em várias oportunidades os mitos que se criaram em torno do governo Fernando Henrique, assim como discutimos, já no começo do seu governo o inevitável caminho de

seu fracasso junto à maioria da população. Pois as premissas teóricas em que baseava sua ação política eram profundamente equivocadas e contraditórias com os interesses da maioria da população. Se o leitor tem interesse de conhecer estas bases teóricas lhe recomendo meu livro já esgotado: Teoria da **Dependencia: Balanço e Perspectivas**, Editora Civilização Brasileira, Rio, 2000.

Contudo nesta oportunidade me cabe concentrar-me nos mitos criados em torno do seu governo, os quais vocêe repete exaustivamente nesta carta aberta.

O primeiro mito é de que seu governo foi um êxito econômico a partir do fortalecimento do real e que o governo Lula estaria apoiado neste êxito alcançando assim resultados positivos que não quer compartir com você... Em primeiro lugar vamos desmitificar a afirmação de que foi o plano real que acabou com a inflação. Os dados mostram que até 1993 a economia mundial vivia uma hiperinflação na qual todas as economias apresentavam inflações superiores a 10%. A partir de 1994, TODAS AS ECONOMIAS DO MUNDO APRESENTARAM UMA QUEDA DA INFLAÇÃO PARA MENOS DE 10%. Claro que em cada pais apareceram os "gênios" locais que se apresentaram como os autores desta queda. Mas isto é falso: tratava-se de um movimento geral. No caso brasileiro, a nossa inflação girou durante todo seu governo próxima dos 10% mais altos. TIVEMOS NO SEU GOVERNO UMA DAS MAIS ALTAS INFLAÇÕES DO MUNDO. E aqui chegamos no outro mito incrível. Segundo você e seus sequazes e até setores de oposição ao seu governo seu governo acreditam no mito que sua política assegurou a transformação do real numa moeda forte. Ora Fernando, sejamos cordatos: chamar uma moeda que começou em 1994 valendo 0,85 centavos por dólar e mantendo um valor falso até 1998, quando o próprio FMI exigia uma desvalorização de pelo menos uns 40% e o seu ministro da economia recusou-se a realizá-la "pelo menos até as eleições", indicando assim a época em que esta desvalorização viria e quando os capitais estrangeiros deveriam sair do país antes de sua desvalorização, O fato é qe quando você flexibilizou o cambio o real se desvalorizou chegando até a 4,00 reais por dólar. E não venha a por a culpa da "ameaça petista" pois isto passou muito antes. ORA, UMA MOEDA QUE SE DESVALORIZA 4 VEZES EM 8 ANOS PODE SER CONSIDERADA UMA MOEDA FORTE? Em que manual de economia? E muito mais sério, que economista respeitável sustenta esta tese? Conclusão: O plao real não derrubou a inflação que caiu no mundo inteiro. A inflação basileira continuou sedo uma das maiores do mundo durante o seu governo. O real foi um moeda debilitada (evidente: quando nossa inflação esteve acima da inflação mundial nossa moeda tinha que ser altamente desvalorizada).

Segundo mito; Segundo você o seu governo foi um exemplo de rigor fiscal. Meu Deus: um governo que elevou a dívida pública do Brasil de uns 60 bilhões de reais em 1994 para mais de 850 bilhões de dólares quando entregou o governo al Lula, oito anos depois, é um exemplo de rigor fiscal? Gostaria de saber que economista poderia sustentar esta tese. Isto é um dos casos mais sérios da

história da humanidade de irresponsabilidade fiscal. E não adianta atribuir este endividamento colossal aos chamados “esqueletos” dase dívida dos estados, como o fez seu ministro de economia burlando a boa fé de quem não queria enfrentar a realidade de seu governo. UM GOVERNO QUE CHEGOU A PAGAR 50% AO ANO DE JUROS POR SEUS TÍTULOS PARA DEPOSITAR OS INVESTIMENTOS VINDOS DO EXTERIOR EM MOEDA FORTE. NÃO PODE FUGIR DO FATO DE QUE CRIOU UMA DÍVIDA COLOSSAL SÓ PARA ATRAIR CAPITAIS DO EXTERIOR PARA COBRIR OS DÉFICITS COMERCIAIS COLOSSAIS GERADOS POR UMA MOEDA SOBREVALORIZADA QUE IMPEDIA A EXPORTAÇÃO, AGRAVADA AINDA MAIS PELOS JUROS ABSURDOS QUE PAGAVA PARA COBRIR O DÉFICIT QUE GERAVA. Este nível de irresponsabilidade cambial se transforma em irresponsabilidade fiscal que o povo brasileiro pagou sob a forma de uma queda da renda de cada brasileiro pobre. Nem falar da brutal concentração de renda que esta política agravou dráticamente nete pais da maior concentração de renda no mundo. VERGONHA FERNANDO. MUITA VERGONHA. Baixa a cabeça e entenda porque nem seus companheiros de partido querem identificar-se com o seu governo...

Terceiro mito - Segundo você o Brasil tinha dificuldade de pagar sua dívida externa por causa da ameaça de um caos econômico que se esperava do governo Lula. Fernando, não brinca com a compreensão das pessoas. Em 1999 o Brasil tinha deixado remeter-se ao exterior TODAS AS SUAS DIVISAS. Você teve que pedir ajuda ao seu amigo Clinton que pois à sua disposição ns 20 bilhões de dólares do tesouro dos Estados Unidos e mais uns 25 BILHÕES DE DÓLARES DO FMI, Banco Mundial e BID. Tudo isto sem nenhuma garantia. Esperava-se aumentar as exportações do pais para gerar divisas para pagar esta dívida. O fracasso do setor exportador brasileiro mesmo com a espetacular desvalorização do real não permitiu juntar nenhum recurso em dólar para pagar a dívida. Não tem nada a ver com a ameaça de Lula. A ameaça de Lula existiu exatamente em conseqüência deste fracasso colossal de sua política macro-econômica. Sua política externa submissa aos interesses norte-americanos, apesar de algumas declarações críticas, ligava nossas exportações a uma economia decadente e um mercado já copado. A recusa dos seus neoliberais de promovr uma política industrial na qual o Estado apoiava e orientava nossas exportações. A loucura do endividamento interno colossal. A impossibilidade de realizar inversões públicas apesar dos enormes recursos obtidos com a venda de uns 100 bilhões de dólares de empresas brasileiras. Os juros mais altos do mundo que inviabiliza a competitividade de qualquer empresa. Enfim, UM FRACASSO ECONOMICO ROTUNDO que se traduzia nos mais altos índices de risco do mundo, mesmo tratando-se de avaliadoras amigas. Uma dívida sem dinheiro para pagar... Fernando, o Lula não era ameaça de caos. Você era o caos. E o povo brasileiro correu tranquilamente o risco de eleger um torneiro mecânico e um partido de agitadores, segundo a avaliação de vocês, do que cntinuar a aventura econômica que você e seu partido criou para este pais.

Gostaria de destacar a qualidade do seu governo em algum campo mas nem no campo cultural para o qual foi chamado o nosso querido Francisco Weffort (neste então secretário geral do PT) e não criou um só museu, uma só campanha sigificativa. Que vergonha foi a comemoração dos 500 anos da "descoberta do Brasil". E no plano eucacional onde você não criou uma só universidade e entou em choque com a maioria dos professores universitários sucateados em seus salários e em seu prestígio profissional. Não Fernando, não posso reconhecer nada que não pudesse ser feito por um medíocre presidente.
Lamento muito o destino do Serra. Se ele não ganhar esta eleição vai ficar sem mandato, mas esta é a política. Vocês vão ter que revisar profundamente esta tentativa de encerrar a Era Vargas com a qual se identifica tão fortemente nosso povo. E terão que pensar que o capitalismo dependente que São Paulo construiu não é o que o povo brasileiro quer. E por mais que vocês tenham alcançado o domínio da imprensa brasileira, devido suas alianças com por internacional e nacional, não parece que isto poderia assegurar ao PSDB um governo querido pelo nosso povo. Vocês vão ficar na nossa história com um episódio de reação contra o vedadeiro progresso que Dilma nos promete aprofundar. Ela nos disse que a luta contra a desigualdade é o verdadeiro fundamento de uma política progressista. E dessa política vocês estão fora.

Apesar de tudo isto, me da raiva mas, em nome de uma velha amizade, eu ainda gosto de vocês, mas quero vocês longe do poder no Brasil. Como a grande maioria do povo brasileiro. Poderemos bater um papo inocente em algum congresso internacional se é que vocês algum dia voltarão a freqüentar este mundo dos intelectuais pobres.

Apêndice 2:

40 ANOS DA TEORIA DA DEPENDENCIA
LIÇÕES DA NOSSA HISTÓRIA

Texto apesentado ao Encontro Anual da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), em sessão especial realizada em conjunto com a Sociedade Latinoamericana de Economia (SEPLA).

Em 2003, André Gunder Frank, sentindo a proximidade de sua morte, convidado a participar num histórico encontro da REGGEN no Rio de Janeiro, insistiu em ir até Brasília onde fez, na Unb, importantes declarações sobre as origens da teoria da dependência. Em 1962, convidado por Darcy Ribeiro a lecionar na recém criada UnB, Frank estabeleceu ali o contato comigo, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini que marcou profundamente nossas vidas. Ali ele ofereceu um seminário sobre o "estrutural funcionalismo", corrente metodológica e de pensamento que dominava

as ciencias sociais da época e que ele conheceu muito de perto como aluno destacado da Universidade de Chicago, sede desta corrente. Para ele, nesta conferencia histórica que infelizmente não foi gravada, foi neste período em que se forjou a "teoria da dependência" quando, em nossos debates, aprofundamos a crítica da teoria do desenvolvimento dominante, expressada em clássicos como Rostov (por sinal, seu colega na Universidade de Chicago).

Enquanto a principal referência crítica de Frank era a seminal Economia Política do Crescimento de Paul Baran, nós estávamos repassando a leitura do Capital, num seminário onde, além dos 3 companheiros que Frank contava como seus discípulos, participavam Perseu Abramo, José Albertino Rodrigues, Luiz Fernando Victor, Teodoro Lamounier e outros profesores da Unb.

Ao mesmo tempo, Ruy Mauro organizava outro seminário de Ciência Política num departamento dirigido por Victor Nunes Leal, na época já ministro do Supremo Tribunal, que participava sempre exprimido de tempo nas nossas incursões na história do pensamento político liberal e marxista. Tanto Ruy como eu tínhamos uma relação especial com Guerreiro Ramos e o grupo do ISEB. Lembremo-nos que Álvaro Vieira Pinto dirigia nesta época o ISEB e criara a coleção dos Cadernos do Povo Brasileiro para a qual preparei o 6° livro sobre "Quem são os inimigos do povo brasileiro". O ISEB era uma referência fundamental do pensamento social brasileiro.

Não esquecer também que Darcy Ribeiro fez nesta época um convênio com a CEPAL para oferecer uma versão condensada do seu curso sobre desenvolvimento econômico onde estava o grupo que Aníbal Pinto organizara no Brasil com Conceição Tavares, Carlos Lessa e Antonio Barros de Castro, entre outros. O debate com este projeto de uma teoria do subdesenvolvimento fora outra experiência muito rica que completava em grande parte o quadro das ciencias sociais no Brasil (faltou o grupo de São Paulo, com Florestan Fernandez à frente que eu e Vânia havíamos conhecido e estudado bastante na Faculdade de Economia da Universidade de Minas Gerais e que trazia a ambição de produzir uma síntese entre Marx, Weber e Durkheim). Nunca esquecer que a curta experiência da UnB produzia experiências similares noutros campos: na física, nas artes plásticas, na música, na matemática estávamos cercados do melhor do pensamento e da criação estética brasileira numa rica convivência num campus universitário planejado por Oscar Niemeyer, que além disto dirigia o Instituto de Artes.

Nesta mesma época, o Brasil explodia intelectual e artìsticamente: o Movimento de Cultura Popular da UNE, com o qual convivíamos estreitamente, o teatro do opirmido, a pedagogia do oprimido do querido Paulo Freire, o Movimento das Ligas Camponesas e o Movimento de Cultura Popular que vinham de um Nordeste em ebulição, a bossa nova, o movimento concretista, o teatro brasileiro de comédia, o cinema novo, etc.. O Brasil explodia de criatividade ao mesmo tempo que avançava democràticamente e economicamente.

É evidente que neste país pujante não havia lugar para uma ciência social puramente repetitiva dos padrões e das preocupações dos centros de poder da época. Esta inquietação chamava a uma proposta radical de revisão crítica das ciências sociais e humanas em geral e, sem dúvida, a Universidade de Brasília era um cenário privilegiado deste processo. André Gunder Frank tinha pois razão ao resgatar este momento e agregá-lo na história da teoria da dependência , como o seu verdadeiro ponto de partida.

Mas o passo mais definitivo vai ocorrer no Chile. A derrubada do governo Goulart no Brasil e a imposição de um governo comandado por militares e apoiado sobretudo nas forças armadas como instituição e não em caudilhos militares chamava a atenção dos estudiosos da América Latina para a emergência de um fenômeno político novo. De fato, a doutrina da contra-insurreição dos Estados Unidos se converteu numa doutrina de intervenção militar na economia e política dos paises em desenvolvimento.

Constituíram-se assim governos profundamente comprometidos com as corporações multinacionais, com apoio do FMI e do Banco Mundial, da embaixada norte americana e dos serviços de inteligência daquele pais. Tratava-se de uma ofensiva articulada com as "elites" nacionais aterrorizadas com a ameaça de governos populares nacional democráticos. O caso de Cuba havia demonstrado inclusive que estas propostas limitadas de melhoria econômica estavam subordinadas à possível eficácia de governos determinados a transformar sua base política substancialmente na direção de uma economia e sociedade socialista.

O programa da Unidade Popular chilena assumia estas duas experiências e se propunha a destruir os grandes monopólios e substitui-los por empresas públicas, estatais ou cooperativas ou empresas mixtas. Era a primeira vez na historia que um governo eleito se propunha a iniciar uma transformação socialista da economia e da sociedade. Projeta-se para toda a América Latina umas propostas socialistas de transformação social mostrando a correção das análises que eu colocara no meu livro de 1967, Socialismo o Fascismo: El dilema de América Latina, al demonstrar que as novas condições da acumulação de capital em curso na região obrigavam a recorrer a governos de direita baseados na terror de Estado que considerávamos fascistas na medida em que definíamos o fascismo como "governos de terror do grande capital".

Nos anos 70 a região foi plagada por regimes de direita apoiados no uso massivo do terror de Estado a serviço não do latifúndio tradicional ou mesmo dos exportadores mineiros e sim do grande capital multinacional que buscava criar uma nova fase de acumulação de capital. Em algumas partes mais avançadas no desenvolvimento industrial como o Brasil o capital financeiro assumia a liderança deste processo que se complicava com a gigantesca dívida pública forjada pelos compromissos destes regimes com os interesses das multinacionais.

De outro lado, regimes dominados por militares nacionalistas como a revolução peruano estabelecido em 1968 se propõem a conduzir seus paises para o socialismo como única forma de assegurar uma acumulação de capital capaz de superar as mazelas históricas desta situação histórica de dependência estrutural.

Num prólogo a uma prometida edição brasiléira deste livro muito citado mas quase totalmente desconhecido no país, coloquei assim a questão de sua atualidade:

Em julho de 1965, depois do golpe de Estado de 1964 no Brasil, publiquei um artigo na Revista Civilização Brasileira (n.31) chamando a atenção sobre a necessidade de analisar este golpe de Estado como parte um movimento histórico mais geral que introduzia a ideologia fascista na configuração de uma nova etapa histórica do capitalismo(1). A tese principal desse artigo afirmava que o golpe de 1964 não era simplesmente, como se pensava, uma reação das forças sociais ligadas ao antigo modelo econômico primário-exportador contra o avanço da industrialização e dos novos protagonistas sociais que ela trazia através da "substituição de importações" .

Portanto, tratava-se de provar que ele não era simplesmente um golpe militar reacionário e sim uma nova etapa da dominação do grande capital internacional sobre nossa economia. Esta dominação impunha ao pais um modelo de desenvolvimento que aprofundava nossa dependência das corporações multinacionais, aumentava a concentração econômica e rompia mais ou menos fortemente com o velho latifúndio improdutivo para implantar o capitalismo no campo, expandia uma urbanização dependente do capitalismo internacional, e aprofundava uma brutal exclusão ou, como dizíamos na época, uma marginalização social. Já naquele momento chamávamos a atuação para a dificuldade política de conciliar este tipo de desenvolvimento com a democracia.

O projeto modernizador do grande capital internacional apelava para as elites modernizadoras e se sustentava no poder militar como o setor mais organizado e disciplinado destas elites.

Duas complicações saiam desta primeira aproximação de uma nova interpretação do golpe de 1964 que, como dissemos, entrava em confronto mais ou menos claro com as análises dominantes do processo de desenvolvimento.

Primeiramente, ficava claro que estávamos antecipando no Brasil uma tendência internacional, que partia dos centros de poder mundial (comandada pelos Estados Unidos) e se expandia sobretudo nas regiões periféricas e semi periféricas do sistema capitalista mundial. Inaugurava-se uma nova fase política na qual o capital internacional e os capitais locais se uniam para garantir um processo de modernização profundamente anti-popular. Pouco tempo depois, nosso companheiro na direção da Política Operária (2), Ruy Mauro Marini, publicaria, no exílio ao qual fomos obrigados, no Chile, no México e outros países, sua análise do sub imperialismo brasileiro que reforçava este enfoque ao destacar que a expansão do capitalismo industrial brasileiro dava origem à implantação do capital

financeiro no país e criava em conseqüência a tendência à expansão imperialista. Contudo, esta tendência estava contida num contexto internacional no qual o Brasil estava subjugado ao domínio do capital imperialista internacional. Estas tendências imperialistas convertiam-se assim num subimperialismo que se refletia muito bem, politicamente, nas propostas geopolíticas do general Golbery do Couto e Silva, planejador principal, dentro do Brasil, do golpe de 1964 e do regime que buscava impor no país.

Nossas teses, desenvolvidas em comum posteriormente, colocavam a necessidade de situar o movimento repressivo triunfante em 1964 no contexto da expansão do capitalismo mundial e como expressão de sua cara dependente e não nas interpretações que o atribuíam às sobrevivências do feudalismo ou ao atraso econômico.

Em segundo lugar, apontávamos, uma vez mais, para a emergência de um movimento operário (3) e um movimento popular de novo tipo que tinha sua base social no avanço do capitalismo nos paises periféricos, particularmente na expansão do capitalismo industrial e financeiro nestas áreas da economia mundial

. Esta emergência de um novo proletariado industrial, somada à crise do campesinato tradicional devido à introdução massiva do capitalismo no campo; a criação e expansão das populações chamadas marginais ou uma espécie de subproletariado nos grandes cenros urbanos; assim como a afirmação de uma classe média sedenta de modernidade e, em geral, dependente dos empregos gerados pelo desenvolvimento econômico (em particular o movimento estudantil refletia esta aspiração de jovens de classe média de converter-se em profissionais modernos, em consonância com o desenvolvimento econômico-social); dentro desta classe média a expansão dos corpos militares que se identificavam com estas aspirações modernizadoras; por fim, a posta em marcha de um movimento feminista que afirmava a libertação de mulher do passado patriarcal e sua Integração no projeto de modernização sócio-econômico em marcha, tudo isto formava um novo quadro socioeconômico que enquadrava as lutas sociais do periodo.

Contudo, este conjunto de forças sociais emergentes não cabiam no mediocre caminho de um capitalismo dependente, concentrador e excludente. Elas tendiam a aliar-se com as reivindicações nacionalistas, socialmente avançadas, que a classe trabalhadora em ascenso impulsionava. Do lado da classe dominante, mesmo do novo setor industrial nacional, se tendia à repressão e a garantir uma acumulação de capital subordinada ao capital internacional, para conter o lado popular desta nova fase do capitalismo. Ao constatar a vacilação das classes dominante, erguia-se um processo de radicalização política e social das amplas camadas populares e de importantes setores de classe média.

Estavam configurados assim os elementos do meu trabalho posterior que recebeu sua forma final no livro sobre Socialismo ou Fascismo: O Dilema da

América Latina. O qual se articulou posteriormente com os nossos estudos sobre o novo caráter da dependência, ando origem à versão mais ampla que corresponde a esse prólogo, sob o título de Socialismo ou Fascismo: o Novo Caráter da Dependência e o Dilema Latinoamericano.

Trata-se de uma história intelectual profundamente implicada no processo socioeconômico que pretendíamos explicar:

Depois de completar. no princípio de 1964, minha dissertação de mestrado no departamento de Ciências Políticas da Universidade de Brasília, sobre Classe Sociais no Brasil: Primeira Parte os Proprietários (4), iniciei, quando – demitido na UnB e condenado pelo tribunal de exceção de Brasilia a 4 anos de prisão, me encontrava na clandestinidade em São Paulo, entre 1964 e 1966, um estudo aprofundado sobre a economia internacional que deu origem a um livro sobre a crise Brasileira que entreguei à Editora Civilização Brasileira, que havia publicado meu primeiro livro (5) sobre Quais são os Inimigos do Povo, com excelente venda para época.

Enio Silveira, diretor e alma dessa editora heróica, uma das poucas que continuava a editar literatura de esquerda sob o regime militar, me informou, um pouco antes do meu exílio em 1966, que o livro recebera 3 pareceres muito inusualmente contraditórios. Um parecerista o recomendava entusiàsticamente enquanto outro se opunha radicalmente à sua publicação e um terceiro se colocava neutro. Vetada assim a sua publicação no Brasil só fui a retomar o livro já no exílio, no Chile, em 1966.

Foi nesta oportunidade que comecei a verificar que o processo antidemocrático na política e contrário às reformas estruturais no econômico que se apresentava no Brasil era uma amostra do que tendia a ocorrer em toda a América Latina. O golpe de Ongania na Argentina apontava na mesma direção. Mais tarde pude observar que se tratava de uma tendência geral no Terceiro Mundo. Em 1966, a sangrenta derrubada de Sukarno na Indonésia mostrava que esta tendência se apresentava cada vez de maneira mais dramática. A ultra direita brasileira já anunciava esta constatação e enchia os muros do país com as inscrições que chamavam a uma Jacarta no Brasil (tratava-se da capital da Indonésia, cujo golpe militar tinha assassinado perto de 1 milhão de pessoas).

Foi assim que pude elaborar a argumentação básica deste livro que foi publicado primeiramente no Chile, e depois em edições clandestinas em toda América Latina (6). Em 1966, iniciei no Centro de Estudios Socioeconómicos da Universidade do Chile (CESO) uma ampla pesquisa sobre relações de dependência (7) e publiquei em 1967 um caderno do CESO sobre O Novo Caráter de Dependência, no qual aprofundei muitas das teses incorporadas à primeira versão de Socialismo ou Fascismo.

Dado o êxito deste livro, editores italianos me pediram para publicar uma edição mais ampla do mesmo. Assim resolvi unir os dois livros com várias modificações dando origem a um novo livro que assumiu o título de Socialismo o Fascismo: El nuevo caráter de la Dependência y el Dilema Latinoamericano . Ele foi publicado em 1969 em Santiago do Chile pela editora PLA. Imediatamente se publicou na Argentina uma edição da Editorial Periferia que se converteu em texto básico da Universidade de Buenos Aires. Outras edições " piratas" foram publicadas em vários países.

Na Itália, este livro foi editado por Jaca Book sob o título de Strutura político/ economica della Crisi latinoamericana, como parte da coleção " Saggi per una conoscenza della transizione" Nesta coleção se reuniam os livros de Samir Amin, Hosea Jaffe, Andre Gunder Frank e outros que anunciavam um novo enfoque da economia política, capaz de pensar um processo capitalista de acumulação mundial e conseqüentemente, um longo processo global de transição para o Socialismo. Segundo a Nota da Edição do livro: " A face interna dos países da América Latina não é, segundo o autor, uma conseqüência de fatores externos e sim um modo peculiar de estruturação da acumulação em escala mundial". Nesta nota editorial se chamava a atenção para a dimensão global do meu enfoque e quanto ele é parte da articulação de uma teoria do sistema mundial que Inmanuel Wallerstein vai protagonizar na década de 70 e 80, sem deixar de reconhecer a sua dívida para com os trabalhos meus e de Andre Gunder Frank (8) .

Já em 1977 Maria Patrícia Fernandez Kelly, da Rutgers University, mostrava num numero especial de uma influente publicação dos cientistas sociais radicais norte americanos a relação entre minhas reflexões sobre socialismo ou fascismo e a teoria do sistema mundial e mais especificamente, com as reflexões do grupo althuseriano (9).

Apesar de algumas incompreensões sobre a minha visão do fascismo em geral e particularmente nas condições de dependência, Kelly termina por aceitar que " ambos trabalhos (o meu e o de Poulantzas) devem ser considerados como sérias tentativas de entender a organização interna das formações sociais, assim como dos fatores externos que as afeta. Poulantzas e Dos Santos nos entregam informação sobre a dinâmica do capitalismo (e do imperialismo) desde uma perspectiva macroestrutural" Ela esperava que aprofundássemos nosso enfoque do imperialismo e do capitalismo mundial. Meu livro sobre Imperalismo y Dependência buscava preencher em parte esta lacuna e, da mesma forma, meus trabalhos posteriores sobre a revolução científico-técnica e a crise capitalista mundial (10).

Em 1978, Enrique Dussel, cuja obra teórica vem ganhando dimensões cada vez mais profundas (11), me pediu para preparar uma edição mexicana de Socialismo o Fascismo, a qual se publicou neste mesmo ano (esgotando-se rapidamente).

Estávamos no auge da bárbárie fascista na região. Pinochett no Chile e os militares de direita argentinos aproximavam muito densamente nossa experiência política do que havíamos caracterizado como um fascismo dependente. Por outro lado, experiências como o governo Allende no Chile nos aproximavam claramente de uma perspectiva socialista na região. Infelizmente, os dados reforçavam o perigo da ameaça fascista na região. Daí que eu afirmasse no prólogo à edição mexicana que " teria preferido mil vezes ter me equivocado".

A edição mexicana incorporou várias atualizações que buscavam desenvolver as teses centrais do livro. Hoje, 33 anos depois, parece que nossas análises teriam sido superadas. De um lado, o Fascismo foi desarmado por uma vasta frente que incluiu a política externa norte americana. Contudo eu já anunciava esta tendência a partir de 1973. O governo dos Estados Unidos e os seus formuladores da sua política internacional já começaram a duvidar das vantagens de sua política de governos militares de segurança nacional, desde 1968, quando o grupo pró-estadunidense que comandava o golpe de Estado no Brasil foi afastado do poder pelos chamados militares nacionalistas de direita com "o golpe dentro do golpe" em 1968. Para surpresa das camadas liberais e dos próprios golpistas, a "eleição" realizada dentro das Forças Armadas para indicar o novo presidente escolheu o general Alburqueque Lima, considerado um nacionalista radical pro-peruano (12). A junta militar desrespeitou o resultado da consulta interna e rejeitou o general Albuquerque Lima com a cínica justificativa de que este general tinha somente 3 estrelas e não podia comandar generais de 4 estrelas...

Na verdade, a auto designada "revolução" revelou a existencia de uma corrente militar majoritária nacionalista, auti-imperalista e até com tendências socialistas que se espraiava por toda América Latina. Um exemplo: o general Mercado Jarrin, criador do CINANOS, que pretendia criar um movimento ideológico popular dentro da Revolução Peruana, em entrevista para o semanário Chile Hoy, no Chile de Allende, me indicou como a sua principal influencia intelectual. Este livro, <u>Socialismo o Fascismo</u> era um dos que circulavam na formação da elite militar peruana. Desta forma o general Velasco Alvarado era líder, não só de um processo de transformação social e econômico fundamental, mas pretendia levar às últimas conseqüências o processo revolucionário que iniciara. O Pentágono não entendia o que passava. Diga-se de passagem que grande parte da esquerda latinoamericana também não entendia.

Por isto o politólogo Einaudi veio analisar esta situação para a Rand Corpoation em 1969. Sua conclusão foi muito clara: as forças armadas estavam em geral comprometidas com objetivos de segurança nacional que entravam em choque com as empresas transnacionais cujos interesses fundamentavam a política e a ideologia da doutrina de segurança nacional do Pentágono. As forças armadas se revelaram assim um perigoso aliado que havia de fazer voltar aos quartéis. Os acontecimentos na Argentina precipitaram estas constatações . A retomada das Malvinas pelo governo militar de direita foi respondida com decisão pelos Estados Unidos

apoiando incondicionalmente a ação militar inglesa que retomou as Malvinas com violência implacável.

A direita militar viu assim romper em pedaços sua base ideológica: a doutrina da segurança militar interamericana americana. Como as forças populares haviam afirmado várias vezes, a doutrina Monroe " as Américas para os Americanos" que servira de base ao Acordo militar do pós guerra era falsa. Os imperialistas estadunidenses eram aliados incondicionais de seus amigos dos paises desenvolvidos, onde estava a maior parte dos seus investimentos.

Estava lançada definitivamente a semente da discórdia. A direita militar saia do controle dos Estados Unidos. Renascia o nacionalismo militar com Torrijos , no Panamá, com Torres na Bolivia e tantos outros que pareciam fugir totalmente do controle norte americano. Segundo nossas análises, esta era a razão para o Estados Unidos buscar um novo rumo político na região. Surgiriam então os processos de " abertura democrática" que teve no Brasil sua prática mais coerente. Tratava-se de estabelecer processos de reforma constitucional controladas que pregavam o restabelecimento de "democracias" liberais com exclusão dos movimentos populistas, comunistas e socialistas. Contudo as " aberturas" políticas não puderam circunscrever-se a este plano "moderado". Os processos políticos da região foram assumindo um caráter democrático cada vez mais radical e criaram-se as condições para movimentos políticos regionais muito mais à esquerda do que se pretendia.

A assembléia constituinte no Brasil , foi um começo de rebelião que conduziu no seu final a um reagrupamento da direita (chamado " centrão") que evitou que se pusesse em prática grande parte das propostas constitucionais mais radicais. Foi necessário uma nova união da direita com o centro para inviabilizar a regulamentação de vários capítulos constitucionais.

Por toda parte se pretendeu manter a região sob domínio deste tipo de frentes que teve na " Concertación" de Chile (união entre os socialistas e os democratas cristãos) um de seus modelos mais recomendados . Os modelos foram contudo se rompendo pouco a pouco na década de 90 e, no início do novo milênio, o movimento popular retomou a ofensiva na América Latina.

A situação se fez mais grave na ponta do processo democrático latino americano: na Venezuela, que alcançara uma democracia aparentemente estável em 1958, aparece um líder militar com forte suporte de massas que, eleito para presidente em 1998, depois de 4 anos de tentativas de negociação de um processo de transformações moderadas mas conseqüentes enfrenta um golpe de Estado e vê-se na condição de radicalizar seu governo e retoma o socialismo como meta histórica. O comandante Hugo Chávez inicia uma polarização regional na direção do socialismo, ideal que a direita e o próprio centro pensavam haver eliminado. O líder republicano Thiers anunciou o "fim do comunismo" depois que suas tropas (apoiadas pelos invasores alemães!) afogaram em sangue a Comuna de Paris. Quantos monarquistas não tinham já anunciado o fim da democracia liberal e da República com a derrota da

Revolução Francesa, no principio do século XIX? Quantos agora não nos anunciam o fim da história ... e portanto do socialismo e da dialética? Quantos não anunciaram o fim do dilema entre socialismo ou fascismo?

Meus caros leitores brasileiros. Este livro não foi traduzido em português como a maior parte da minha obra produzida no exílio. Não havia clima para estas análise tão cruas e tão marcadas por um horizonte histórico pós-capitalista. As coisas começam a mudar numa América Latina que apresenta um quadro de forças de esquerda em ascensão, enquanto medidas contra-revolucionárias avançam em várias partes anunciando confrontações perigosas para uma região que aspira sua unidade e integração. Esta só será possível contudo num contexto de avanço democrático, com a afirmação da soberania nacional de cada país e da independência de toda região.

Socialismo ou Fascismo estão outra vez no horizonte ideológico da região, talvez a leitura deste livro ajudará a compreender porque este quadro se esboça outra vez no continente. Agora com mais força e profundidade, apesar de todos os recuos ideológicos implantados pelo terror econômico, político e intelectual que o chamado " pensamento único" neoliberal implantou, apoiado nas botas dos militares que traíram seu compromisso patriótico (12). O nosso povo ressurge das cinzas e se coloca outra vez no centro de nossa história, colocando-se mais além da ofensiva anterior, pois a reação não aceitou as mais moderadas conquistas das camadas populares e tem na repressão o seu único e definitivo instrumento para conservar o poder.

Queiramos ou não, os ataques da direita conduzem ao radicalismo, fazendo ruir nossas esperanças de mudanças pacíficas sem maiores violências de ambas as partes. O importante é a união das grande maiorias e sua disposição de avançar firmemente para uma sociedade mais justa e humana. Os inimigos determinarão a forma que assumirá esta luta à qual os povos não podem renunciar como condição para garantir o futuro da humanidade.

Notas

(1) Theotonio Júnior, " A Ideologia Fascista no Brasil", Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, n° 3, os.51 à 64. Na primeira fase de minha atividade literária assinava Theotonio Júnior. Somente a partir do meu exílio, em 1966, passei a assinar Theotonio Dos Santos. Este artigo foi publicado em castelhano no semanario uruguaio Marcha, de grande difusão em toda a região.

(2) Em 1966, Ruy Mauro Marini se exilou no México depois de sair da prisão , realizada pelo CENIMAR (inteligência da Marinha brasileira) em 1965.

Além da sua publicação no México foi editado no Chile na revista do Partido Socialista Chileno.

(3) Ver Theotonio Júnior, "O movimento operário no Brasil"- Revista Brasiliense, n° 39, jan/fev. 1962.

(4) Este trabalho só foi editado em espanhol pelos estudantes da Universidade de Concepción, no Chile, em 1966. Contudo, sua versão em português circulou clandestinamente no Brasil .

(5) O meu livro sobre Quais são os inimigos do povo, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963 resumiu em grandes parte os estudos realizados para a produção a minha dissertação de mestrado .

(6) Tenho em minhas mãos a edição peruana mimeografada de 1969 que me presenteou José R. Bessa, em 14/05/1996. Era uma edição conjunta dos estudantes de medicina de Universidade de São Marcos (da qual recebi o doutorado honoris causa em 2009) e do centro federado de estudante de Ciencias Sociais de Universidade Católica. Tenho informações sobre várias edições clandestinas na região mas não disponho de exemplares das mesmas. Um artigo que resume minhas teses neste livro foi editada em inglês pela revista Insurgent Sociologist, da Universidade de Oregon, e amplamente divulgado .

(7) A equipe de pesquisa sobre as relações de dependência e os pesquisadores que se reuniram através dela no CESO (Vânia Bambirra, Orlando Caputto, Roberto Pizarro, Sergio Ramos e outros) produziram vários livros que marcaram com grande força as Ciências Sociais na América Latina e em todos os continentes. Vejam o balanço que realizei sobre este período no livro Teoria da Dependência : Balanço e Perspectiva, Editora e Civilização Brasileira, Rio de Janeiro , 2000.

(8) Veja-se meu artigo para o Festschrift for Immanuel Wallerstein, Part 1, Journal of World Systems Research, vol. VI, number 2, Summer/fall, 2000, sob o título de "World System: on the Genesis of a Concept". Devo assinalar a recepção extremamente favorável de Immanuel a este artigo.

(9) Veja-se o artigo de Maria Fernandez Kelly, "Dos Santos and Poulantzas on Fascism, Imperialism and the State", The Insurgent Sociologist, Vol. VII, n°2, Spring, 1977.

(10) Sobre a economia política da Revolução Científico- Técnico publiquei vários livros e trabalhos: Forças produtivas e relações de produção, Vozes Petrópolis,1983, Revolução científico técnica e capitalismo contemporâneo , Vozes, Petrópolis,1986, Revolução cientifico –técnica e acumulação de capital, Vozes, Petrópolis, 1986, Revolução científico Técnica, Divisão

Internacional do Trabalho e o sistema econômico mundial, Cadernos Ange, Vitória, 1984.

(11) A presente edição em português se traduz desta edição atualizada: Theotonio Dos Santos, Socialismo o Fascismo: el nuevo carácter dela dependencia y el dilema latinoamericano, Edicol, México, 1978.

(12) Veja-se meu livro Do Terror à Esperança: Auge e Decadencia do Neoliberalismo, Idéias & Letras, Aparecida, 2004. onde analiso em detalhe e creio em profundidade a experiência histórica do pensamento único. A edição venezoelana deste livro está disponível por internet no site da editora : Monte Ávila editora.

ANEXO: PRÓLOGO E INTRODUÇÃO AO LIVRO IMPERIALISMO E DEPENDENCIA QUE DÁ SEQUENCIA AOS ESTUDOS SOBRE SOCIALISMO OU FASCISMO. IMPERIALISMO E DEPENDENCIA FOI PUBLICADO NA BIBLIOTECA AYACUCHO, PRESTIGIADO EDITORIAL VENEZOELANO QUE PUBLICA OS CLÁSSICOS LATINOAMERICANOS NA LITERATURA E NAS HUMANIDADES.

P R Ó L O G O

Iniciamos nossos estudos empíricos sobre a economia internacional no Brasil, entre 1964 e 1966, período em que fomos perseguidos pela ditadura militar recém-instalada. A urgência do tema era evidente para as forças da esquerda. A ditadura iniciava um processo de forte integração de nossa economia com a economia capitalista mundial, particularmente com os Estados Unidos. Era necessário compreender muito claramente o caráter dessa integração. Em fins de 1965, chegamos à conclusão de que o sistema capitalista mundial havia entrado numa nova fase de integração no pós-guerra de 1939-45 e iniciado um novo e prolongado ciclo de crescimento, apoiado nas empresas multinacionais, o qual parecia então estar chegando ao fim para dar origem a um novo ciclo depressivo, caracterizado por uma desintegração relativa, que daria origem, por sua vez, a uma nova fase do movimento revolucionário mundial.

Essas teses foram apresentadas em um informe político sobre a conjuntura internacional e desenvolvidas num livro sobre a crise econômica e política do Brasil, impossibilitado de ser publicado no país, foi mimeografado em 1966 no Chile (1), onde nos havíamos asilado recentemente, depois que, num processo sem defesa e sem nenhum fundamento legal, fomos condenados à revelia pelos tribunais militares do Brasil sob a vaga acusação de "mentor intelectual da penetração subversiva no campo".

No Chile encontramos um ambiente adequado para continuar nossas pesquisas, principalmente quando, em 1968-69, a reforma universitária abriu perspectivas para um grande desenvolvimento da pesquisa e do pensamento crítico. Criamos, então, no Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO), instituição da Faculdade de Economia da Universidade do Chile, uma equipe de pesquisa sobre imperialismo e dependência, que, além de fazer uma revisão da bibliografia teórica sobre o assunto, dedicou-se a acumular um vasto material empírico. No primeiro semestre de 1969 fomos convidados a lecionar nos Estados Unidos, na Northern Illinois University, oportunidade que aproveitamos para reunir um vasto material empírico sobre a economia, a sociedae e a política norte-americanas. Para essa tarefa contamos com a ajuda da Fundação Rabinowitz, por interferência de Paul Sweezy e Harry Magdof. Em dezembro do mesmo ano voltamos aos Estados Unidos a convite de Paul Sweezy, a fim de apresentarmos uma tese na Reunião Anual da Associação Norte-americana de Economistas, na comissão sobre "economia política do imperialismo", organizada por ele. Nessa oportunidade, pudemos também debater amplamente o tema com os membros da Associação de Economistas Radicais

que funcionou paralelamente ao congresso, bem como com outros pesquisadores, de tendências diversas, dedicadas ao estudo das corporações multinacionais.

(1) Esses estudos foram incorporados ao livro Socialismo ou fascismo, dilema da América Latina, PLA, 1969. Realizamos em seguida uma nova pesquisa sobre o tema, que foi incorporada ao livro O Novo caráter da dependência, CESO, 1968.

De volta ao Chile pudemos ampliar nossa equipe de pesquisas e nossos estudos. No segundo semestre de 1970 fizemos um debate mais amplo sobre o tema ao participarmos, em Tilburg, na Holanda, do Congresso sobre Capitalismo 1970 e em Varna, Bulgária, na Comissão sobre Imperialismo e Movimentos Nacionais do Congresso Mundial de Sociologia. Desde então mantivemos um amplo contato, em reuniões e por correspondência, com diversos grupos marxistas e não marxistas que nos Estados Unidos, na América Latina e na Europa se dedicavam ao estudo do capitalismo contemporâneo.

A vitória da UP (Unidade Popular) no Chile aumentou nossa responsabilidade em definir as novas políticas do imperialismo para a América Latina. Foi nesse amplo período de 1968 e 1973 que publicamos alguns dos trabalhos aqui reunidos em forma de artigos e livros, no intuito de oferecer nossa contribuição a um debate cada vez mais intenso e necessário. Quando ali chegamos em 1966, Santiago do Chile já se achava transformada num importante centro de intelectuais de várias procedências, que vieram contribuir para criar um ambiente intelectual bastante desenvolvido, seja pelas mudanças ocorridas na América Latina, seja pelas mudanças políticas em andamento no país. Com a implantação do governo popular produziu-se uma verdadeira explosão intelectual, refletida nas novas publicações, nas enormes edições de livros, nos inumeráveis seminários, cursos e reuniões.

O golpe militar de setembro de 1973 veio cortar bruscamente os estudos sobre o capitalismo contemporâneo que tínhamos em curso. Apesar do enorme esforço representado por trabalhos feitos em tantos anos, foi sem amargura que os perdemos. Era tão grande o drama daquele povo que se tinha convertido em nossa segunda pátria, que qualquer problema pessoal, ainda que tenha um sentido coletivo, como é a pesquisa, se tornava e se torna mesquinho. Os materiais que já tínhamos reunido e os mais recentes, que nos haviam sido enviados pelos companheiros da NACLA * para formar um centro de documentação sobre o capitalismo contemporâneo, foram afogados junto com o sangue de tantos.

Após cinco meses de asilo na embaixada do Panamá, encontrmos no México a mais cálida acolhida da parte de vários amigos na UNAM *, particularmente do Instituto de Pesquisas Econômicas e da Divisão de Estudos Superiores da Escola Nacional de Economia, para continuarmos nosso trabalho. Depois de alguns meses de pesquisas bibliográficas, chegamos à conclusão de que o novo estudo sobre o capitalismo sontemporâneo que havíamos programado demandará muito mais tempo do que tínhamos previsto. Apesar de nossa dependência dos Estados Unidos e do capitalismo mundial,

temos dedicado em geral, na América Latina, muito pouco tempo e esforço em reunir a vasta documentação que existe sobre o assunto.

Por essa razão, e porque temos visto quão pouco são conhecidos no México os trabalhos de outras partes da América Latina, sentimo-nos animados a refazer os escritos

* (North American Congress of Latin America)
* (Universidade Nacional Autônoma do México)

publicados em La crisis norteamericana y América Latina, Dependencia y cambio social e Imperialismo y corporaciones multinacionales e incorporá-los aos resultados de novos estudos sobre a conjuntura internacional e a novos capítulos de discussão teórica, que procuram responder às confusas críticas feitas à "teoria da dependência", para cujo desenvolvimento meus trabalhos tinham contribuído de alguma forma - ou pelo menos assim pensam os críticos.

Esta é, pois, a história deste livro, que talvez se tenha estendido um pouco mais do que previsto; entretanto, esperamos que, sem se contituir um tratado sobre os temas nele ventilados, ele reúna uma boa parte dos elementos necessários à sua abordagem sistemática.

Queremos aproveitar esta oportunidade para agradecer aos amigos do CESO, no momento dispersos por vários países, e em particular aos da equipe de pesquisas sobre relações de dependência e da área de pesquisa sobre o capitalismo contemporâneo, bem como à Fundação Rabinowitz e a Paul Sweezy e Harry Magdof, às autoridades e amigos do Instituto de Pesquisas Econômicas e da Divisão de Estudos Superiores de Economia, ao amigo Peter Roman, que tanto se empenhou para que fôssemos em 1969 aos Estados Unidos a fim de prosseguirmos nossa pesquisa e, acima de tudo, tanto lutou em 1973 para nos tirar do Chile, quando os militares nos negavam o salvo-conduto, e para obter o visto para trabalharmos na Universidade de Nova York, no Departamento de Ciências Sociais que ele dirige no Hostos Community College. Apesar de seu valoroso e gigantesco esforço, ele não conseguiu quebrar a resistência da imigração americana, que não aceitou os protestos de dezenas de cientistas sociais americanos e dos políticos e intelectuais que intervieram em favor do direito fundamental de romper a cortina de ferro imposta pela "democracia" americana aos lutadores democráticos que se levantam contra os ditadores impostos no mundo todo por seus políticos, o seu dinheiro e a sua polícia.

Devo agradecer ainda a Álvaro Briones, que reviu e discutiu grande parte do livro, e a Marcel Schilling, que se ocupou dos índices e da bibliografia final.

Vania Bambirra não somente participou da equipe de pesquisas sobre imperialismo e dependência, durante cujas discussões foi gerada uma boa parte deste livro, como também estimulou nosso trabalho e participou ativamente com suas críticas, da revisão final e da preparação das novas partes. Devo agradecer-lhe de maneira muito especial sua dedicação, muitas vezes em detrimento de suas próprias pesquisas.

México, junho de 1975.

INTRODUÇÃO

Este livro tem por principal objetivo estudar a natureza e o alcance da crise geral do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, estabelece uma demarcação bastante nítida entre a crise geral do capitalismo e suas manifestações particulares, como a depressão econômica que se iniciou em outubro de 1973 e terminou no segundo semestre de 1975. Nesta introdução pretendemos resumir a argumentação central e o caminho expositivo que seguimos nesta obra, de maneira a oferecer aos leitores o fio do raciocínio geral que a conduz.

1 - Imperialismo e Corporações Multinacionais

O imperialismo contemporâneo define-se como uma nova fase do capitalismo, iniciada depois da segunda guerra mundial e que se caracteriza por uma alta integração do sistema capitalista mundial fundada no amplo desenvolvimento da concentração, conglomeração, centralização e internacionalização do grande capital monopolista, cristalizando-se nas corporações multinacionais, célula desse processom e no aumento e fortalecimento do vínculo entre monopólio e o Estado. No plano internacional, esse sistema se resume na imposição hegemônica dos Estados Unidos, de sua moeda nacional, de sua ajuda econômica, de suas forças militares, bem como nos acordos monet'rios de Bretton Woods e seus aspectos institucionais (o FMI e o Banco Mundial), na aplicação do Plano Marshall, do Ponto IV, da Aliança para o Progresso e outros planos de "ajuda" inspirados pelo Eximbank, nos tratados militares do Rio de Janeiro, da Aliança Atlântica, do Sudeste Asiático, e em todo um sistema de relações militares que permitiram às tropas americanas formar uma rede internacional de ocupação disfarçada dos territórios de quase todos os países capitalistas. Ideologicamente, esse sistema se justifica como a expressão do "mundo livre" que se opõe à "tirania comunista", base da "guerra fria" promovida pelo capitalismo contra o socialismo, teses ainda subjacentes na fase da chamada distensão.

Para compreender a fase atual do imperialismo, temos de partir do estudo das contradições que essa integração capitalista encerra e que o levam necessariamente a um período de desintegração. O que é específico no momento atual é que esse processo de desintegração ocorre no contexto de uma realidade internacional em que o capitalismo se vê frente não só a uma contradição de classe interna mas também a um campo socialista dinâmico que apresenta uma potência similar à sua.

A natureza da crise do imperialismo e de suas contradições internas não se modifica diante dessa situação internacional; modificam-se, porém, suas formas, efeitos e resultados. A existência de um forte campo socialista limita a capacidade de ação econômica, política e repressiva do imperialismo, cria condições favoráveis, em muitos casos, à capacidade de autodeterminação dos países dependentes e facilita sua rápida

transição para o socialismo, tendo como apoio a base material dada pelo campo socialista, o desenvolvimento científico não monopolizado pelo capital e a ciência social marxista.

O imperalismo não consegue resolver a contradição entre a base nacional de sua expansão (existência de um mercado e um Estado nacionais fortes em que se apoia tecnológica, econômica, financeira, política e militarmente para realizar a expansão internacional do capital) e sua crescente internacionalização (que pressupõe o livre movimento de capitais, de mercadorias e de recursos financeiros). Essa contradição manifesta-se em um aumento do caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista, estimulando o parasitismo do centro dominante e dinamizando outros polos de crescimento (Europa e Japão), o que, a longo prazo, leva a um confronto, seja entre blocos de países, seja nas zonas periféricas, dos interesses nacionais imperialistas.

Essa situação não leva, entretanto, a um maior desenvolvimento econômico das zonas periféricas e dependentes, as quais constituem, para o capital internacional, uma base para a extração de lucros elevados, bem como para a colocação de produtos e preços altos e para obtenção de matérias primas e de produtos agrícolas a preços baixos. Aumentam assim as contradições entre os interesses que se batem pelo crescimento econômico do mundo dependente e os interesses dominantes dos centros imperialistas, facilitando-se o desenvolvimento das tendências revolucionárias que não vêem senão no socialismo o caminho capaz de assegurar o desenvolvimento e de vencer a dominação imperialista e as estruturas dependentes, que mantêm a situação de exploração e miséria.

A célula dessa economia internacional é um novo tipo de empresa, que transpõe para uma escala mundial as poderosas técnicas de apropriação, administração e controle privados dos resultados da concentração tecnológica econômica, da monopolização, da centralização, da conglomeração e da intervênção estatal. Esse novo tipo de empresa veio superar os antigos trustes e cartéis que tinham uma relação de complementariedade comercial com suas atividades no exterior, desenvolvidas em função do intercâmbio entre a exportação de manufaturas pelos centros industriais e a importação de produtos agrícolas e matérias primas dos países em desenvolvimento. As modernas corporações multinacionais não só aumentam significativamente o papel dos negócios internacionais no conjunto de suas atividades, como também se dedicaram a produzir para o mercado interno dos países que recebem seus investimentos.

Em sua essência, a corporação multinacional é quase uma suprema tentativa da empresa capitalista no sentido de responder às necessidades criadas pela socialização dos meios de produção, que cresce a passos gigantescos com o avanço da revolução científico-técnica e a incorporação da automatização ao processo produtivo. Ela encerra em seu seio as contradições básicas do sistema ao depender dos estados nacionais e ao mesmo tempo confrontá-los, ao buscar uma racionalidade e um planejamento que se chocam com os limites estreitos e arbitrários impostos pela propriedade privada dos meios de produção; ao aperfeiçoar as técnicas de "racionalização" da sua anarquia interna sob a forma de uma conglomeração de atividades díspares, aumentando, na

práticam o desperdício e a irracionalidade que se esconde por trás de seu pretenso "planejamento".

A nova fase do grande capital colocado nas corporações multinacionais conduz a uma nova divisão internacional do trabalho, pressupondo um aumento da industrialização das matérias primas e de produtos de menor avanço tecnológico e sua exportação para os centros dominantes, particularmente para os Estados Unidos, que se especializariam na exportação de bens e serviços de alto teor tecnológico e de capitais, elevando a níveis altíssimos o parasistismo típico das potências imperialistas.

Enquanto o capitalismo conseguiu manter um elevado ritmo de crescimento durante o período ascendente do ciclo de pós-guerra, as justificativas ideoógicas dessa irracionalidade pareceram "científicas e apoiadas em fatos. Ao mesmo tempo, a oposição política ao grande capital encontrava-se parcialmente neutralizada pelas conquistas econômicas e sociais dos trabalhadores, provindas em parte de uma maior renda a ser distribuida e em parte do aumento do seu poder de barganha em função do pleno emprego relativo. A capacidade de aumentar a renda dos trabalhadores e de incorporar dinamicamente novos setores da pequena burguesia à atividade econômica teve como resultado que, ideologicamente, a oposição operária tendesse para o reformismo e aumentasse suas esperanças no sistema. A ideologia pequeno-burguesa impregnava com o seu idealismo o movimento popular. O caso norte-americano é muito significativo. Depois dos avanços sindicais, políticos e ideológicos das décadas de 30 e 40, o movimento operário norte-americano é seduzido pelo anticomunismo e a frente popular que apoiou a segunda parte do New Deal e a luta antifascista se desvaneceu como por um passe de mágica.

Desde a década de 60 vêm sendo recompostas as bases de uma coalizão de forças populares nos Estados Unidos, que também se expressa em formas contraditórias - no novo recrudescimento do movimento antitruste de conteúdo liberal pequeno-burguês; no movimento contra a guerra do Vietnã; nos movimentos estudantis de vanguarda; num forte sentimento anti-imperalista, pacifista e antimonopolista, agravado pelos resultados das crises econômicas locais e internacionais.

Nessas condições se vão delineando as bases de um programa de transformações sociais nos Estados Unidos, cuja radicalização poderá dar origem a um movimento ou partido antimonopolista, anti-imperialista e democrático, apoiado num movimento operário renovado, na juventude universitária e na intelectualidade liberal de esquerda. Talvez, no seio desse movimento ou ao seu lado, poderão nascer alguns rebentos de uma intelectualidade marxista que começa a despontar nesse país de sólidas tradições anti-intelectuais.

As contradições do imperialismo começam a amadurecer em seu próprio centro e buscam um canal de expressão política e ideológica.

2 - A Crise do Imperialismo

A prolongada fase de crescimento contínuo de pós-guerra, bem como a aplicação relativamente bem sucedida de técnicas anticíclicas de inspiração keynesiana e a posição defensiva do movimento revolucionário nos países industrializados causaram euforia no campo ideológico e particularmente na ciência econômica - campo fértil para a apologética burguesa. As teses do capitalismo pós-cíclico, da sociedade de consumo, da opulência, do estado de bem-estar, da sociedade industrial, e tantas outras, procuravam eternizar os resultados positivos de um capitalismo reformado, vitalizado e aparentemente esmagador.

Essas versões apologéticas não procuraram explicar as raões que davam origem ao período cíclico de crescimento e que, não obstante, estabeleciam ao mesmo tempo os seus limites; nem tampouco quiseram reconhecer como crises cíclicas e como manifestação de uma inegável permanência do ciclo as depressões e recessões econômicas do período. Hoje em dia, quando a depressão assume um caráter dramático improvisam-se explicações e justificativas que não questionem essa "ciência" de opereta, com seus galardões, suas elegâncias estilísticas e outras fachadas necessárias para encobrir seu fracasso real.

É preciso assinalar que a grande burguesia jamais acreditou nessas versões ideológicas reservadas para o grande público. Seus verdadeiros economistas continuaram preocupados com o ciclo econômico, com os movimentos financeiros, com os déficits fiscais e as balanças de pagamento negativas.

O marxismo, por sua parte, depois que alguns autores previram equivocadamente a impossibilidade de uma significativa recuperação capitalista no pós-guerra, caiu numa posição defensiva e somente sob o impacto da crise norte-americana de 1958-61 começou a apresentar uma perspectiva de questionamento da expansão ininterrupta. Devido, porém, à forma dessa crise, gerou-se uma teoria que previa uma estagnação relativa, sem graves depressões e sem grandes períodos de crescimento. Uma vez mais, o boom de 1962 a 1966 veio complicar o revisionismo teórico.

Que nos dizem, todavia, as evidências empíricas? Os estudos sobre ciclos econômicos prolongados constatam em geral a existência de ondas cíclicas de 40 meses, 10 anos e 60 anos. As explicações para essas ondas de crescimento e depressão são, entretanto, pouco consistentes, e seria de crer que não tivessem por que se repetir. Não obstante, é possível explicar os ciclos prolongados pela incorporação de inventos

importantes para a economia, os quais provocam modificações significativas na composição orgânica do capital, na taxa de lucro, no exército industrial de reserva e no nível salarial, bem como no plano institucional (concentração empresarial, centralização financeira, internacionalização do capital e intervenção estatal). Essas modificações positivas para a taxa de crescimento do produto atingem um limite num prazo aproximado de 30 anos, tornando-se necessário um novo período depressivo com a mesma duração para provocar os ajustes necessários a um novo ciclo ascendente. A depressão conduz a um aumento do exército industrial de reserva, a um consequente rebaixamento salarial, a um aumento da composição orgânica do capital, da taxa média de lucro e dos excedentes de capital que permite iniciar uma nova fase de crescimento.

Se estudarmos detidamente o grande ciclo de pós-guerra, poderemos isolar teoricamente suas causas particulares e contatar, em consequência, os seus limites. A incorporação ao ciclo produtivo das transformações tecnológicas operadas durante a guerra na indústria eletrônica, na petroquímica e na energia atômica, bem como o aumento dos gastos estatais, particularmente o estímulo à indústria de guerra e aos gastos militar e educacional, a reconstrução européia e japonesa e a industrialização de vastas regiões do Terceiro Mundo, as mudanças de produtividade da agricultura com o aumento do consumo de bens industriais (adubos, fertilizantes, pesticidas, etc.) - tudo isso configura um conjunto de investimentos incorporados primeiramente nos Estados Unidos e em seguida estendidos ao plano internacional.

Todas essas novidades atingem o seu limite na década de 60: o processo de expansão internacional se completa com o término da reconstrução européia e japonesa e da chamada substituição "fácil" de importações nos países mais industrializados do Terceiro Mundo; a indústria de guerra entra em crise ao ocorrerem os saltos tecnológicos cuja aplicação exige uma nova fase de acumulação, a revolução científico-técnica em andamento exige uma importante renovação do parque industrial existente, com a introdução maciça da automatização, o aumento do consumo público em escalas gigantescas e as consequentes mudanças no capitalismo de Estado e em seu grau de intervenção econômica; também no plano internacional impõe-se a necessidade de uma nova divisão do trabalho e novas regras financeiras que assegurem a liquidez de um sistema financeiro cujo crescimento se fez às custas de um endividamento dos países dependentes impossível de ser saldado sem drásticas moratórias, falências e reajustes.

Por outro lado, os dados revelam que ciclos de 4 a 10 anos ocorrereram nos Estados Unidos em 1949, 1954, 1958 e 1961. Na Europa e no Japão, os ciclos assumiram formas mais brandas e pouco perceptíveis devido à reconstrução maciça do pós-guerra.

Os fatos revelam, pois, que o ciclo ascendente prolongado tem explicações muito precisas e que os ciclos menores não desapareceram - apenas se atenuaram.

Por outra parte, há um bom número de dados sobre a economia americana que revelam um aumento na margem de desemprego permanente ou estrutural, ao passo que no conjunto do capitalismo a constante inflação que tomou enorme alento na década de 60 revela os limites da intervenção estatal e do consequente déficit fiscal, bem como do

manejo deficitário do dólar, dos gastos militares imperialistas e de um comércio mundial fundado no mais irresponsável endividamento.

A partir de 1967, surge um novo padrão de comportamento da dinâmica capitalista mundial. De um período de crescimento contínuo, empanado apenas por pequenas crises, passa-se a uma fase de crises constantes marcada por curtas recuperações. Podemos aceitar, com bom fundamento teórico, que se trata de um novo ciclo depressivo, o qual deverá manter-se por longo prazo com as características de seus primeiros oito anos de crise geral, já decorridos. O fundamento dessa afirmação encontra-se, em parte, na observação geral dos ciclos de grande duração que já assinalamos e, em particular, na constatação do esgotamento dos fatores que lavaram à fase ascendente do pós-guerra. Cabe, pois, analisar mais detelhadamente o comportamento da economia norte-americana e internacional nesses oito anos para que se possam definir suas constantes e a evolução possível dos acontencimentos mundiais.

Conseguimos dividir esse período em 3 ciclos curtos. O primeiro ciclo depressivo vai de 1967 a 1971, passando por uma pequena e artificial recuperação em 1968. Um segundo ciclo caracteriza-se por uma forte recuperação, curta e especulativa, entre 1972 e 1973. Um terceiro ciclo é marcado por uma forte, contínua e generalizada depressão entre 1974 e 1975. No segundo semestre de 1975 anuncia-se uma nova recuperação, cujas características podemos prever em função da análise dos oito primeiros anos da crise geral em andamento ou, em outras palavras, do ciclo depressivo de longo prazo.

Em resumo, o que podemos concluir da análise desses três períodos cíclicos é que o capitalismo se vê impossibilitado de vencer a crise geral em que se debate sem sofrer importantes mudanças em sua estrutura, o que implica necessariamente um longo período cuja característica principal são os períodos depressivos. Essas modificações estruturais têm de criar necessariamente as condições de um novo equilíbrio econômico, superando assim os limites atuais que impedem o surgimento de um novo período de acumulação capitalista. Depois de um prenúncio de recessão surgido em 1967, com uma queda internacional generalizada da taxa de crescimento, os governos capitalistas tentaram uma recuperação artificial em 1968. Logo foi possível observar os graves afeitos econômicos (inflação, crise do dólar e da libra, aumento do protecionismo, ameaça ao comércio mundial) e políticos (onda contestatória de massas em nível mundial, cuja expressão mais alta foi o maio francês) dessas medidas. A única saída possível foi a adoção das restrições ao crescimento que levaram à recessão de 1969/1971. Nos Estados Unidos o que se iniciou como uma recessão acabou por assumir o caráter de uma franca depressão em 1970, sendo que na Europa ela se definiu em 1971. Por essa razão começaram então a despontar os efeitos políticos da nova situação. O fim dos "milagres econômicos" e da economia de "abundância", o aumento do desemprego e as investidas contra as conquistas salariais alcançadas nos anos de bonança econômica acentuaram as contradições de classe nos países industrializados. Da mesma forma, no plano internacional, aumentaram as contradições interimperailistas e os movimentos reivindicativos dos países dependentes. Essas tendências foram agravadas pelo avanço econômico e militar do campo socialista, que levou em 1970 a um equilíbrio militar entre a URSS e os Estados Unidos.

Em termos políticos gerais, essas mudanças levaram a um crescimento dos movimentos de centro-esquerda. A social-democracia subiu ao poder em quase toda a Europa, e nos países onde os partidos comunistas tinham mais peso sua capacidade de luta foi aumentada, começando a surgir condições para uma união entre comunistas e socialistas. Inesperadamente, foi num país dependente - o Chile - que uma aliança liderada por comunistas e socialistas assumiu o poder em 1970, realizando-se ali uma experiência de interesse mundial. Isso se tornou possível graças às características particulares do Partido Socialista Chileno, que, além de defender uma linha de frente de trabalhadores, se havia definido pelo marxismo-leninismo em 1967. A participação do Partido Radical Chileno no governo garantiu o apoio da social-democracia européia. Por isso, foi um ato de desespero de Nixon quando aniquilou, com o emprego da mais deslavada violência, essa experiência, expondo-se a um confronto com a social-democracia e colocando em sério risco à sua política de distensão com a URSS.

A ação golpista no Chile foi parte de uma contra-ofensiva dos Estados Unidos, que tentacam recuperar o prestígio perdido desde 1967, tendo como apoio as condições econômicas criadas pela recuperação de 1972/73. Essa recuperação havia começado no segundo semestre de 1971, chegando ao auge no período compreendido entre os primeiros meses de 1973 e outubro do mesmo ano, quando o embargo do petróleo, determinado pela crise militar no Oriente Médio, marcou o início de uma gave depressão, que analisaremos mais adiante.

Convém assinalar alguns aspectos dessa recuperação. Em primeiro lugar, ela foi muito breve. Em segundo lugar, fez subir a inflação internacional a níveis de alta periculosidade para as operações capitalistas do dia-a-dia e para o funcionamento do sistema em geral. Essa inflação chegou a atingir os produtos agrícolas e as matérias primas, causando em 1973 uma modificação nos termos de intercâmbio internacionais em favor dos países dependentes. O embargo do petróleo e o súbito aumento do seu preço provocaram uma nova redistribuição dos recursos financeiros internacionais, o que causou grande pânico nos países industrializados. Em terceiro lugar, os enormes investimentos do período não alteraram substancialmente o sistema produtivo nem conseguiram provocar uma queda significativa da taxa de desemprego.

Apesar do otimismo artificial surgido nesse breve período, os fatos indicavam claramente os limites dessa recuperação, apontando para novas medidas restritivas que levariam inevitavelmente a uma depressão bastante grave.

E isso foi o que sucedeu. Em outubro de 1973, os dados começaram a assinalar o fim do boom de 1973. Iniciou-se a aplicação de medidas restritivas e, entre 1974 e o primeiro semestre do ano atual, a depressão se manifestou em toda a sua intensidade. Tornou-se claro, desde o princípio que, se a intenção era pelo menos atenuar a inflação, não bastva uma simples recessão. Em seu trancurso, a depressão revelou seu caráter grave, expressado na mais alta taxa de desemprego e na mais acentuada baixa do produto nacional bruto, da produção industrial, dos valores da bolsa, do comércio mundial, do

movimento de capitais e outros indicadores de depressão econômica, desde a crise de 1929-32.

Os acontecimentos políticos se precipitaram. No auge da crise radicalizaram-se alguns governos do Oriente-Médio, caíram a ditadura grega e a portuguesa, iniciou-se a descolonização portuguesa em favor dos movimentos mais radicais de liberação colonial, o caminho socialista foi proposto para Portugal, caiu o império etíope e os Estados Unidos tiveram que abandonar, derrotados, o Vietnã do Sul. Na Inglaterra, uma heróica greve operária derrubou o governo conservador e instalou no poder um governo trabalhista de centro, fortemente influenciado, porém, pela esquerda proletária. Na França, a coalizão popular comandada por uma frente socialista-comunista por pouco não chega ao governo; na Itália, a crise da Democracia Cristã se agrava, a direita é derrotada num plesbicito sobre o divórcio e os socialistas abandonam o governo, aproximando-se do maior partido comunista do Ocidente; na Espanha, periclita o regime totalitário, já pronfundamente debilitado; nos países nórdicos são mantidos os governos social-democratas, porém cada vez mais dependentes do apoio dos comunistas. Em 1976 os social-democratas foram derrotados na Suécia, o que, não obstante, deverá aumentar sua radicalização política em direção à esquerda.

Em toda a Europa se formam, dentro de uma social-democracia ascendente, alas de esquerda que no período de pós-guerra se tinham mantido amortecidas. Os movimentos sindicais socialistas e cristãos aliam-se firmemente aos comunistas, e esse importante aparelho da guerra fria - a CIOSL - bem como sua correspondente latino-americana, a ORIT, entram em plena decadência. As bases da união da classe operária se desenvolvem em todos os planos: econômico, social e político.

Os efeitos da situação sobre a extrema-esquerda ou a esquerda extra-parlamentar faziam-se sentir desde 1970. Surge uma diferenciação cada vez mais nítida entre o seu setor anarquista, que se inclina seja para um "massismo" agressivo em 1968-69, seja paraum terrorismo de minoria, e um setor marxista que se vai aproximando das frentes socialista-comunistas. Alguns grupos retornam, inclusive, a seus partidos primitivos, onde existe um campo de ação crescente em consequência da radicalização das grandes massas operárias e de amplos setores pequeno-burgueses. Isso implica uma moderação do racidalismo dos setores minoritários e uma radicalização das teses de setores de massa.

As mudanças políticas operadas na direção do Partido Comunista da URSS e em todos os demais partidos, manifestadas na Conferência dos Partidos Comunistas de 1969 e nas duas reuniões dos partidos comunistas europeus realizadas em 1973, dirigiram-se no sentido da adoção de uma linha política mais combativa, baseada numa definição estratégica mais avançada, passando do apelo à formação de governos progressistas, democráticos e nacionalistas à formação de governos operários socialistas e social-democratas, em busca de uma frente única proletária capaz de executar medidas socializantes (com a importante exceção do Partido Comunista Italiano que propõe o "compromisso histórico" com a Democracia Cristã e do Partido Comunista Espanhol, que propõe uma frente democrática contra o fascismo). Da mesma forma, os partidos comunistas modificam sua atitude com relação à extrema-esquerda, estabelecendo um

diálogo com o seu setor não terrorista, que ainda se apresenta cheio de dificuldades e atritos. Atenuaram-se também as críticas ao maoísmo.

Desde fins da década de 60, entramos, assim, numa nova era política. Essa era é o anúncio das tendências ainda subterrâneas que irão aflorar durante esses anos de crise geral do sistema e que poderão ser matizadas por períodos de recuperação, mas que continuarão a agravar, em seu conjunto, as contradições do capitalismo, até há bem pouco tempo atenuadas pela fase de acumulação. Nesse quadro não deve ser subestimada a ascensão do fascismo. Este ressurgiu no cenário mundial como movimento organizado, dispondo ainda de fortes pontos de apoio nos governos do Brasil e da Espanha, assim como, anteriormente, encontrava esse apoio nas ditaduras da Grécia e de Portugal. Em nossos dias, o fascismo tem encontrado um baluarte na junta militar chilena. Na Itália foi descoberta uma rede de relações fascistas que compromete altas personalidades da Democracia Cristã e altas hierarquias da OTAN, numa tentativa de golpe de Estado frustada em 1970. A CIA tem participado ativamente dessas conspirações.

Embora seja possível afirmar que o fascismo se enfraqueceu nos últimos anos com a queda das ditaduras portuguesa e grega, não é menos verdade que ele se fundiu mais intimamente com os movimentos e partidos conservadores que se radicalizaram para a direita nesse mesmo período.

Podemos observar um complexo movimento histórico: os partidos comunistas, socialistas e social-democratas se radicalizam para a esquerda, absorvendo, inclusive, parte da antiga extrema-esquerda; os partidos conservadores se radicalizam para a direita, absorvendo parte do fascismo. O que na década de 60 era um confronto de minorias radicais tende a se converter, na década de 70, num confronto de massas. É a dinâmica da crise, que anteriormente era apenas intuída ou percebida por minorias e que se vai estendendo a todo o corpo social.

A próxima recuperação econômica, esperada a partir do segundo semestre do ano em curso, deverá estimular novas tentativas de agressão da direita, mas os resultados necessariamente insuficientes da recuperação e a sua curta duração (os dados indicam que se deverá atingir um boom econômico em 1978, o qual deverá elevar a inflação a níveis incontroláveis e, por conseguinte, a uma nova depressão bastante mais grave do que a atual) deverão abrir caminho para uma nova fase revolucionária, que levará principalmente até a Europa e também aos demais países do centro do imperialismo (Estados Unidos e Japão) as ondas revolucionárias que desde o início da guerra fria se tinham deslocado para os países coloniais.

É muito difícil prever até que ponto uma classe operária educada, durante o período de pós-guerra, segundo conceitos reformistas que afetaram seriamente a visão ideológica e estratégica de seus partidos dirigentes e pressionada, por outro lado, na década de 60, por um radicalismo anarquista de caráter pequeno-burguês e elitista, que no entanto anunciava o fim do período reformista - até que ponto, dizíamos, essa classe poderá encontrar o justo equilíbrio revolucionário que lhe permita superar, através de uma sociedade socialista, os desafios da hora presente.

Os passos unitários alcançados nos últimos anos, tanto no plano sindical como no político, constituem uma base necessária para qualquer solução revolucionária. As mudanças nos partidos comunistas, particularmente no soviético, são também animadoras, o mesmo ocorrendo com os progressos dos setores socialista e social-democrata. A moderação e a auto-crítica de setores da extrema-esquerda, bem como a crise da democracia cristã com o aparecimento de um novo movimento cristão de cunho socialista, são outros sinais positivos. Essas são, porém, todas elas, tendências muito gerais e ainda minoritárias, embuídas de uma tradição predominantemente sectária, divisionista e subjetivista surgida durante a guerra fria. Se prevalecerem os fatores unificadores e um movimento ideológico, estratégico e tático em direção ao socialismo, poderemos, não obstante, alimentar grandes esperanças no desenvolvimento do socialismo nos centros dominantes do capitalismo, provocando uma mudança radical na face do globo.

3 - Dependência e Revolução

As seções anteriores que resumiram as teses centrais das duas primeiras partes deste livro restrigiram-se a analisar as formações sociais dominantes, a economia política internacional à época do imperialismo monopolista integrado e os elementos básicos da crise geral do capitalismo. Restringimos a análise aos países dominantes por razões metodológicas, porque dentro dessa economia internacional capitalista há dois grandes tipos de formações sociais que têm características estruturais e comportamentos distintos, reagindo também de maneira diversa em face das oscilações cíclicas do sistema. As formações sociais dominantes são o foco irradiador dos ciclos e por isso sua análise precede ou condiciona a análise daquelas formações sociais dependentes, que têm de acomodar-se a esses ciclos internacinais reagindo de maneira positiva ou negativa conforme suas características internas. Entre essas características estão seus próprios ciclos econômicos que, ao derivarem de suas leis internas de acumulação, não coincidem necessariamente com as conjunturas internacionais. Ocorrem assim movimentos cíclicos muito particulares, que exigem uma análise específica.

Torna-se necessário, pois, que estudemos as características próprias da situação de dependência na economia internacional, as relações específicas que se estabelecem, as modalidades de estruturas sócio-econômicas que se formam, o caráter específico que assumem as leis do desenvolvimento capitalista dessas formações e, finalmente, os comportamentos cíclicos que elas tendem a ter. Ao mesmo tempo, a partir dessas análises, é possível determinar de maneira muito geral as estruturas de classes e as forças sociais ou coalizões sociais que se estabelecem, bem como a correlação de forças que tende a se formar e as alternativas de mudança que essas forças sociais criam. Antes de

analisar esses problemas, é necessário fazer algumas considerações de ordem teórica e metodológica que nos permitam estabelecer a maneira correta de abordar o fenômeno.

Historicamente, desde a antiguidade têm existido formações sociais imperialistas e coloniais. Não obstante, é somente na época moderna que essa relação assume um caráter mundial em consequência da integração alcançada pela economia capitalista internacional que, de um lado, produz um mercado mundial integrado de mercadorias, força de trabalho e capitais, de outro, uma alta concentração da tecnologia, de produção e dos capitais num centro hegemônico e num conjunto de países dominantes. A questão da dominação imperialista, de um lado, e da superação da condição de dependência, de outro, converte-se num problema mundial. O desenvolvimento do capitalismo como capitalismo monopolista imperialista se converte, dialeticamente, num impulso à expansão mundial capitalista e, ao mesmo tempo, num limite a esse desenvolvimento. Pois a expansão do capitalismo não produz, em consequência de seu caráter contraditório, uma economia internacional equilibrada e igualitária, e sim a oposição entre um capitalismo dominante e um capitalismo dependente, limitado em sua capacidade de desenvolvimento e incapaz de resolver sequer os problemas de sobrevivência humana elementares, que numa boa parte dos países dominantes puderam ser superados.

O reconhecimento desse problema é bastante antigo, embora um estudo mais profundo dele se torne cada vez mais premente. Não obstante, há duas maneiras fundamentalmente opostas de apresentá-lo. Uma delas parte do princípio de que a situação dos países dependentes é uma consequência de sua demora em integrar-se ao capitalismo. A outra encara o subdesenvolvimento como consequência de uma situação histórica de submissão econômica e política, fruto do caráter desigual e combinado do capitalismo. Estudemos a primeira, que se origina de uma classe evidentemente burguesa. De acordo com o primeiro enfoque, o subdesenvolvimento seria sinônimo de ausência de desenvolvimento, de subsistência de relações pré-capitalistas, tradicionais, feudais ou semi-feudais. A ênfase teórica se volta, assim, essencialmente, para o estudo das condições do desenvolvimento econômico, do impulso que assegure o início de uma escalada de acumulação capitalista.

Em suas linhas gerais, essa posição, com maior ou menor variação, vê nos investimentos capitalistas o caminho do crescimento econômico, da integração e da independência nacional, da superação dos vestígios tradicionais ou pré-capitalistas que levaram a uma distribuição de renda negativa, da formação do mercado interno, da implantação de condições democráticas e de participação popular. Em sua forma populista, que chegou ao auge na década de 30, postulava-se uma forte participação estatal na economia, a nacionalização das riquezas básicas, a reforma agrária e a justiça social, como os requisitos básicos para uma transformação social cujo objetivo era o desenvolvimento nacional autônomo.

Depois da segunda guerra mundial, o imperialismo começou a interessar-se diretamente pelo investimento industrial nos países dependentes, sendo dada, em consequência, uma grande ênfase aos estudos sobre o desenvolvimento. A entrada maciça do capital internacional nos setores mais dinâmicos da economia encontrou, a princípio,

uma oposição do capital nacional e do movimento popular. Com o passar do tempo ocorreu, contudo, uma divisão ideológica no interior do movimento populista e nacionalista. Um setor - a grande burguesia - percebeu claramente a impossibilidade de manter sua independência num mundo cada vez mais dominado pelo grande capital, tendo concluído que a única força capaz de se opor a uma entrada maciça do capital internacional seria um capitalismo de Estado muito desenvolvido, o qual, em condições democráticas, precisaria contar com o apoio do movimento popular, ameaçando retirá-la do poder e abrindo caminho para o socialismo. A experiência da revolução cubana - que só conseguiu atingir seus objetivos democráticos dentro do quadro de uma revolução socialista - fez voltarem atrás os ideólogos nacionalistas e os levou a aceitarem a tese do "desenvolvimento" que enunciava de forma simples a proposição de que o desenvolvimento era o objetivo e o nacionalismo, o instrumento. Se o capital internacional se aliava ao desenvolvimento, o nacionalismo devia moderar-se e aceitar esse fato como positivo. Ao memso tempo, a aplicação maciça do desenvolvimento baseado no capitla internacional demonstrava seus limites: tecnologia avançada (mas não a mais avançada), produtos de consumo evidente, concentração e monopolização da produção, estrutura industrial especializada no setor de consumo, elevada importação de insumos para sua produção, remessas enormes de lucros, empréstimos para financiar essa situação deficitária, baixa utilização da mão-de-obra, desintegração da estrutura agrária tradicional, sub-emprego e desemprego em vastas concentrações urbanas. Tudo isso indicava os limites do crescimento econômico realizado sob os auspícios do grande capital: concentração de renda, limites para o mercado interno de produtos de consumo básico, criação de uma estrutura industrial dependente, marginalidade urbana, baixa produção rural, protecionismo e clientelismo estatal artificial, déficit da balança de pagamentos, empréstimos internacionais que não podem ser saldados.

Nesse contexto acentuou-se a busca de uma maior integração no sistema capitalista mundial, que modificou substancialmente o programa reivindicativo das burguesias dos países dependentes: melhor preço para os produtos exportados, industrialização das matérias primas e produtos agrícolas exportados, ampliação do mercado dos países dominantes para os produtos manufaturados nos países dependentes. Do ponto de vista interno, restringiu-se cada vez mais a participação popular, ampliou-se o poder do executivo e dos tecnocratas, foram postas em prática as técnicas contra insurreição e recorreu-se abertamente à ditadura militar com inclinações fascistas quando o movimento de massas atingiu níveis importantes e ameaçou tomar o poder.

A situação alterou-se significativamente com a crise do capitalismo e particularmente com a depressão de 1974-75, permitindo a radicalização do programa nacionalista ao se acentuar a iniciativa de formar cartéis para garantir os preços, de aumentar as nacionalizações e de reforçar substancialmente o capitalismo de Estado; ao se ameaçar, ainda que vagamente, com o não pagamento das dívidas externas, ao se procurar mercado nos países socialistas, ao pleitear-se uma política externa mais atuante frente aos Estados Unidos e de maior unificação do chamado Terceiro Mundo, explorando principalmente as possibilidades de pressão nos organismos internacionais em aliança com os governos socialistas. Ao mesmo tempo, o avanço da revolução socialista na África e na Ásia, bem como o desenvolvimento do movimento popular em

escala internacional, aumentou de maneira considerável o radicalismo anti-imperialista do movimento dos não-alinhados.

Essas considerações nos permitem penetrar na visão marxista do problema da dependência e do subdesenvolvimento que, apesar de não estar alheita às oscilaçòes do pensamento burguês e do movimento populista, se desenvolveu dentro de critérios teóricos e políticos próprios.

Em contraposição à visão burguesa da questão da dependência, o materialismo dialético abordou-a e ainda a aborda de maneira distinta. Desde o triunfo da revolução russa, o movimento socialista internacional passou não só a contar com o apoio de um poder estatal - a URSS - como a se vincular à revolução colonial. O III Congresso da Terceira Internacional, em seu informe elaborado pelo próprio Lenine, com a assessoria de camaradas hindus, propôs já claramente que o movimento de libertação colonial passasse a integrar-se à luta mundial pelo socialismo. Já aí, então, se reconheciam os limites da burguesia nacional colonial e, em certos casos, se constatava sua inexistência ou incapacidade para levar avante a luta democrática e de libertação nacional que assegurasse o desenvolvimento igualmente capitalista desses países. Reconhecia-se, então, a especificidade dessas formações sociais e as novas formas que nelas assumiam as tarefas democráticas e a acumulação primitiva de capitais. Reconheciam-se também os diversos tipos de estrutura social que se formavam em consequência da situação pré-colonial e do grau de penetração do capitalismo e, consequentemente, do desenvolvimento da classe operária. Porteriormente, a queda do movimento revolucionário europeu e a ascensão da revolução democrática na Pérsia, na Turquia, na Indonésia e sobretudo na China levaram a Terceira Internacional a se preocupar mais diretamente com a questão. Realizou-se um amplo debate sobre o malogro da insurreição de Pequim e Cantão em 1927, iniciando-se um trabalho mais extenso sobre o tema da revolução de libertação nacional.

Foram, porém, os marxistas dos países coloniais que deram um impulso mais direto à análise da revolução no mundo dependente. Mao-Tse-Tung deu uma grande contribuição ao tema ao descrever, já em 1927, a especificidade da estrutura de classes chinesa e ao assinalar posteriormente, em 1939, o caráter da “nova democracia” que emanaria da revolução. Mao demonstrou então o caráter operário-camponês, anti-imperialista e democrático da revolução chinesa e sua necessária inclusão no quadro da revolução socialista.

A revolução democrática seria não apenas dirigida pelo proletariado, seu exército e seu partido, como também se desenvolveria de maneira constante para uma fase socialista.

A contribuição teórica de Mao foi coroada pela prática da revolução chinesa. Consolidou-se na Coréia e no Vietnã do Norte esse marco teórico. Nos casos da Argélia e de Cuba ocorreram fenômenos novos. A revolução democrática não foi conduzida por um partido comunista; não obstante, particularmente no caso de Cuba, ela evoluiu num sentido nitidamente socialista. A década de 60 conheceu amplas variações

revolucionárias no mundo dependente, principalmente na África, onde o socialismo emergiu às vezes diretamente de sociedades tribais, sob formas muito próprias e originais, conduzidas por vanguardas políticas às vezes improvisadas.

É, pois, evidente que nesse contexto internacional dinâmico se desenvolve também a teoria sobre a situação de dependência e das estruturas que ela gera.

Particularmente na América Latina, a experiência da revolução cubana criou um novo marco político e ideológico. Tornou-se bastante evidente que as relações de dependência não podiam ser superadas dentro dos moldes capitalistas. Ao mesmo tempo, o movimento populista se vinha desintegrando devido à evidente traição de seus dirigentes burgueses aos ideais nacionalistas democráticos e de justiça social. Por outro lado, as experiências entreguistas, ditatoriais e concentradoras de renda, como o modelo brasileiro, atraíam cada vez mais o empresariado do continente. No Chile, a experiência da "revolução em Liberdade" da Democracia Cristã mostrava claramente os limites do reformismo. Agigantam-se, assim, os clamores revolucionários no continente, a chamada à revolução socialista começa a se fazer ouvir em amplos setores populares. Após vários malogros do movimento insurrecional, particularmente dos que alcançaram maior amplitude, como os da Venezuela e Guatemala, impõe-se no Chile um governo popular com um programa de transformação anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiário, com o objetivo de iniciar, baseado nesses princípios, a construção socialista.

Como fundamento para esse programa havia, além da experiência prática cubana, os estudos que tinham exposta o caráter feudal de nossa economia e sociedade e demonstrado que o subdesenvolvimento tinha sua origem numa situação de subordinação e dependência do capitalismo local, incapaz de levar avante um significativo desenvolvimento das forças produtivas que conseguisse provocar a absorção maciça da força de trabalho, destruir as relações de produção retrógradas e instaurar uma democracia com plena participação das massas. Na época do capitalismo monopolista de Estado, o desenvolvimento do capitalismo dependente se mostrava também monopolista e apresentava indícios de decomposição antes de alcançar formas mais democráticas.

Os estudos sobre a dependência começaram, assim, a inverter a perspectiva tradicional que punha ênfase nos obstáculos pré-capitalistas ao desenvolvimento do capitalismo e procuravam eliminá-los a fim de criar condições políticas e econômicas para os seu pleno desenvolvimento. Os novos estudos concentraram-se na análise do caráter atual do imperialismo, na incidência da remessa de lucros para configurar o déficit na balança de pagamentos, na influência do capital internacional e suas opções tecnológicas, no desenvolvimento de uma estrutura de produção concentrada e monopolista, em seu efeito sobre o padrão de consumo e a distribuição de renda, na relação entre esse tipo de industrialização e distribuição da renda e a formação de um vasto subproletariado, em seus efeitos sobre a estrutura de classe, particularmente sobre a classe dominante e o chamado empresariado local ou burguesia nacional convertidos em sócios menores do imperialismo, nos ajustes políticos do Estado a fim de criar uma infraestrutura para esse novo tipo de dependência, nos efeitos ideológicos de semelhante situação sobre o movimento nacionalista e a radicalização do movimento de massas, nos

problemas estratégicos e táticos que derivavam dessa situação. Surgiu assim um conjunto de estudos econômicos, sociológicos e políticos sobre o subcontinente, suas diferenciações tipológicas, suas sociedades nacionais e grupos regionais, sobre os aspectos ideológicos da dependência e muitos outros que renovaram e estimularam amplamente a produção científica latino-americana. Esses estudos, embora inspirados em certas linhas gerais comuns, refletiam várias tendências teóricas e políticas distintas.

Posteriormente, surgiram várias críticas às proposições gerais do que se convencionou chamar de "teoria da dependência". Essas críticas não só ignoraram completamente as diferentes posições que sobressaám dentro dessa corrente de idéias e estudos, como também atribuiram ao conjunto de autores as posições de apenas alguns deles. Mas, o que há de lamentável nelas é o seu desconhecimento dos últimos 50 anos de elaboração marxista sobre o tema, fazendo com que equiparassem o estudo dessas formações sociais à análise das relações sociais pré-capitalistas, cujo desenvolvimento se vê obstado pelo imperialismo. Ao mesmo tempo, outros entendem que as sociedades nacionais dependentes são unidades absolutamente distintas, sem leis de desenvolvimento comum, ou, então, que seriam simples versões nacionais do capitalismo monopolista de Estado. Não faltaram também as críticas metodológicas segundo as quais a "teoria da dependência" não havia superado o desenvolvimentismo e se achava ainda dentro de seus moldes epistemológicos.

Apesar de não haverem apresentado ainda nenhum estudo empírico importante, essas críticas atacaram a falta de uma análise de situações concretas, ignorando sumariamente os esforços empíricos já realizados.

O que há de grave, do ponto de vista metodológico, nesses pronunciamento, é a sua influência estruturalista, que pretende separar o esforço teórico latino-americano de suas fontes históricas e criar um pensamento "marxista" que, ao invés do confronto e superação dialética da ideologia burguesa nacionalista e desenvolvimentista profundamente impregnada no nosso proletariado, pretende impor uma alternativa pura constituída por uma aplicação mecânica e ahistórica do marxismo.

Do ponto de vista político, as críticas negam a relação dialética necessária entre o caráter socialista da revolução latino-americana e suas tarefas antiimperialistas, democráticas e de libertação nacional. Negam, em consequência, a luta comum antiimperialista dos países dependentes, ao invés de tentarem radicalizá-la através de sua aplicação consequente sob a hegemonia do proletariado.

Esse tipo de estruturalismo metodológico e de sectarismo político se combinam para compor um conjunto de observações gerais muito vagas e sem o respaldo de nenhum estudo concreto, além de contribuirem para uma deformação sistemática das posições de vários autores.

O que tem sido feito nos últimos anos é necessariamente insuficiente e talvez contenha muitos equívocos, mas isso não será superado seguindo-se o caminho apontado

por esses críticos. Eles apontam na direção da ideologia pequeno-burguesa e do passado, na direção do esquematismo teórico e do mais confuso formalismo e generalismo.

Na medida em que logremos superar essas críticas que procuram fazer retroceder o avanço teórico ocorrido nos últimos anos, poderemos definir mais claramente as características específicas da crise do capitaslimo nos países dependentes e as alternativas de mudança que permitam superar revolucionariamente o capitalismo dependente ou renová-lo e ajustá-lo a uma nova fase da economia imperialista recém-emergente. Podemos concluir aqui essa discussão teórica e metodológica e retomar o nosso objetivo, analisando as características das crises nos países dependentes, bem como as modalidades de mudança que elas apresentam.

A crise capitalista dos países dependentes tem duas grandes fontes de origem. Há uma oscilação cíclica do setor exportador que está ligada fundamentalmente ao movimento da economia mundial e à sua relação com a estrutura produtiva interna. Há, por outro lado, uma oscilação cílica da acumulação capitalista interna que assumiu uma forma mais declarada no período de pós-guerra, sobretudo naqueles países que conseguiram instalar uma indústria mínima tanto de base quanto pesada. Não podemos nesta introdução descrever em detalhe essas duas crises. Assinalaremos apenas suas características gerais.

A crise do setor exportador tem uma característica secular, na medida em que o controle monopolista do comércio mundial e a substituição de produtos naturais por sintéticos configuram uma situação negativa de intercâmbio para as matérias primas e produtos agrícolas. Da mesma forma, a crônica debilidade da balança comercial e a dependência da importação de maquinarias e matérias primas industrializadas para o desenvolvimento industrial dependente aumentam conjuntamente com o crescimento da industrialização e, de maneira ainda mais dramática, forçam a aceitação das oncidções impostas pelas empresas transnacionais e pelo aparelho financeiro ou de ajuda econômica que exige sejam importadas em escala crescente as maquinarias ematérias primas, como parte dos investimentos estrangeiros. Ao mesmo tempo esses investimentos elevam a níveis fantásticos as remessas de utilidades e, por conseguinte, o déficit da balança de pagamentos. Para saldá-lo, recorre-se cada vez mais ao endividamento internacional cujos altos serviços formam, em consequência, uma parte crescente e fundamental do déficit da balança de pagamentos.

A esse déficit crescente e crônico, que configura os termos de uma crise secular ou estrutural, somam-se as oscilações do comércio mundial e dos movimentos financeiros que podem arruinar setores produtivos inteiros nos países dependentes e, por outro lado, provocam queda nas importações que em muitos casos podem estimular a produção interna substitutiva. Essas oscilações, quando assumem um caráter amplo, como no período de 1929 a 1939, provocando a queda do comércio, desinvestimentos e outros efeitos similares, criam condições novas para a luta de classes dos países dependentes: aceleram o antiimperialismo, estabelecem premência nas opções do desenvolvimento econômico interno, apresentam novas exigências de investimento estatal, agigantam as crises sociais, os deslocamentos humanos, a luta política.

As crises originadas pelo setor capitalista industrial de consolidação recente ligam-se evidentemente a essas oscilações, mas possuem sua dinâmica interna, determinada pelas leis gerais da acumulação capitalistas e suas manifestações específicas em países de baixa produtividade geral, de mercados internos muito concentrados ao lado de massas depauperadas, de empresas industriais dominadas pelo capital internacional, de mão-de-obra barata com grandes desníveis internos, e de vasto subproletariado. Em tais condições, as oscilações tendem a ser menos x drásticas que nos países dominantes. Acima de tudo, a ausência de um setor de bens de capital importante faz com que a crise, ao chegar a esse setor, seja exportada para o exterior, através da queda das importações ou do aumento do financiamento externo.

Com esses traços gerais pudemos fazer um esboço em termos muito superficiais das grandes opções políticas que estão abertas aos países capitalistas dependentes. A intensificação da entrada de investimentos estrangeiros no setor industrial restringiu a termos mínimos as bases materiais de uma burguesia nacional e, portanto, de um projeto de desenvolvimento capitalista nacional e autônomo. Em seu lugar, erigiu-se um padrão de crescimento cujas características é destacamos e que se resumem numa alta exploração do mercado concentrado de rendas elevadas, capaz de absorver os produtos sofisticados da nova tecnologia, e na ampliação do subproletariado como consequência das tendências tecnológicas excludentes de mão-de-obra. Por seu caráter limitado, que se choca com a necessária estreiteza do mercado interno, esse crescimento procura uma saída no mercado internacional com base numa nova divisão internacional do trabalho apoiada na exportação de matérias primas industrializadas e bens manufaturados de utilização intensiva de mão-de-obra, segundo os padrões internacionais definidos pelo desenvolvimento da revolução científico-técnica.

Como vimos, essas tendências podem coincidir com os interesses do grande capital internacional que, ao acentuá-las e controlá-las, se apossa da força de trabalho barata do Terceiro Mundo. Esse caminho leva à intensificação do caráter monopolista da economia, da ingerência do capitalismo de Esado, da centralização do capital. Na área política, leva à centralização do poder e a ditaduras de inspiração fascista. Na área cultural, leva ao aumento do consumismo, ao desenvolvimento científico especializado e dependente, sem poder criador próprio, à exacerbação das concepções desenvolvimentistas tecnocráticas, autoritárias e irracionalistas, de tipo fascista.

A imposição desse caminho traz graves inconvenientes, ao dar margem a uma forte resistência do proletariado e de amplos setores populares empobrecidos por esse processo de concentração da produção e da renda. Da mesma forma, ao criar graves problemas para os poucos setores nacionais sobreviventes, aumenta o seu descontentamento e sua tendência a se apoiar no capitalismo de Estado com o objetivo de interromper esse caminho. Para essas pretensões, encontra o apoio de setores da tecnologia e da burocracia estatal civil e militar, que procuram utilizar o poder econômico do Estado, como empresário e como interventor na economia, para reorientar o desenvolvimento capitalista num sentido mais nacional.

Essas ambições políticas estão condenadas, a longo prazo, ao fracasso, pois não é possível um desenvolvimento capitalista que se oponha de maneira sistemática à tendência da economia mundial capitalista a se submeter ao grande capital e das economias nacionais a se concentrarem sob o domínio do monopólio. O capitalismo de Estado tem que ajustar-se necessariamente aos interesses do monopólio e "racionalizar" seu funcionamento no sentido de aumentar a taxa geral do lucro.

Isso não impede, entretanto, que nos períodos de crise do sistema aumente o poder de negociação das burguesias locais e da pequena burguesia, sobretudo se conseguem colocar sob seu controle setores importantes do proletariado e do campesinato. Por outro lado, a utilização das contradições antiimperialistas crescentes durante a crise e a possibilidade de se abrirem mercados no campo socialista e de se poder contar com sua ajuda para conter em parte as pressões imperialistas configuram um quadro geral favorável a essa política que, reafirmamos, não encontra campo a longo prazo.

Convém assinalar ainda que essas polítiacs são uma resultante das fortes pressões sociais criadas pela crise geral do imperialismo e outras crises dela derivadas. Em tais circunstâncias, o movimento operário e popular dos países dependentes tende a se radicalizar, a aumentar o seu grau de conscientização e de organização e a assumir, em consequência, maior autonomia política e ideológica. Em tais circunstâncias, não faltam os oportunistas burgueses e pequeno-burgueses, que procuram aproveitar-se da situação para, através de uma política e, sobretudo, uma linguagem mais radical, assumir a liderança dessas massas.

Nessas condições, a crise geral do capitalismo radicaliza, por um lado, a ideologia e as políticas burguesas do grande capital em direção à direita, e por outro lado, radicaliza o proletariado em direção à esquerda. No centro, abre caminho para uma política oportunista e circunscrita, das camadas sociais decadentes, que se apóiam no capitalismo de Estado e procuram atrair o proletariado. Na fase atual da crise, esses setores aumentaram, como vimos, sua capacidade de negociação que se esconde por trás das tendências "neopopulistas" e social-democratas, que se vêm desenvolvendo ultimamente.

O resultado geral é uma situação de crescente radicalismo político, cuja solução final dependerá da capacidade do grande capital internacional e seus aliados locais, de um lado, ou do proletariado, de outro, de estabelecer claramente perspectivas viáveis de solução imediata da crise, conquistando o apoio das camadas intermediárias.

Este resumo das teses centrais do livro e dos argumentos em que elas se apoiam servirá de orientação aos leitores para que não se percam em meio a uma grande abundância de detalhes, dados e argumentações que um tema tão complexo exige obrigatoriamente. Esperamos havê-los estimulado a enfrentar as longas exposições que apresentamos à sua consideração.